

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

BIANCA WOLLENSCHLLAGER TEIXEIRA

**PROJETO CRICIÚMA CRIANÇA: CONEXÕES POSSÍVEIS ENTRE A CIDADE,
DIREITOS E INFÂNCIAS**

**CRICIÚMA
2025**

BIANCA WOLLENSCHLLAGER TEIXEIRA

**PROJETO CRICIÚMA CRIANÇA: CONEXÕES POSSÍVEIS ENTRE A CIDADE,
DIREITOS E INFÂNCIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em desenvolvimento socioeconômico.

Orientadora: Dr. Prof. Ismael Gonçalves Alves
Coorientadora: Dra. Profa Fernanda da Silva Lima

**CRICIÚMA
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

T266p Teixeira, Bianca Wollenschllager.

Projeto Criciúma Criança : conexões possíveis
entre a cidade, direitos e infâncias / Bianca
Wollenschllager Teixeira. - 2025.

116 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo
Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2025.

Orientação: Ismael Gonçalves Alves.

Coorientação: Fernanda da Silva Lima.

1. Projeto Criciúma Criança. 2. Direito da criança
e do adolescente. 3. Políticas públicas. 4 Teoria da
proteção integral. 5. Crianças - Política
governamental - Criciúma (SC). I. Título.

CDD 23. ed. 342.1637

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101

Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

Bianca Wollenschllager Teixeira

**PROJETO CRICIÚMA CRIANÇA: CONEXÕES POSSÍVEIS ENTRE CIDADE,
DIREITO E INFÂNCIAS**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre(a) em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **ISMAEL GONCALVES ALVES**
Data: 26/05/2026 15:41:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves
(Presidente e Orientador – UNESC)

Documento assinado digitalmente
 **JORGE LUIZ ZALUSKI**
Data: 24/11/2025 18:08:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Jorge Luiz Zaluski
(Membro – UFS)

Documento assinado digitalmente
 **FERNANDA DA SILVA LIMA**
Data: 01/12/2025 12:51:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Fernanda da Silva Lima
(Coorientadora – PUC/CAMPINAS)

Documento assinado digitalmente
 **CAMILA SERAFIM DAMINELLI**
Data: 27/05/2026 01:20:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Camila Serafim Daminelli
(Membra – UNESC)

Documento assinado digitalmente
 **BIANCA WOLLENSCHLAGER TEIXEIRA**
Data: 26/05/2026 11:29:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Bianca Wollenschllager Teixeira
(Discente)

Criciúma, 17 de novembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **DIMAS DE OLIVEIRA ESTEVAM**
Data: 27/05/2026 11:43:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

*Ao meu sobrinho Heitor, que me ensina apenas
por existir. E aos meus alunos, que me lembram
que a infância, no singular, não existe.*

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação só se tornou possível graças às muitas pessoas que caminharam ao meu lado, oferecendo apoio, carinho e força ao longo desta jornada. Agradeço, primeiramente, à minha mãe e ao meu pai, que nunca mediram esforços para que eu pudesse ingressar no ensino superior e que sempre me incentivaram a seguir em frente. Agradeço também à minha irmã Bruna, que me deu o presente mais bonito, meu sobrinho Heitor, cuja presença alegra nossos dias.

Sou imensamente grata à minha companheira Maurem, que não mediu esforços para me ajudar, revisou este trabalho inúmeras vezes quando meus olhos já não aguentavam mais e, com sua paciência e dedicação, tornou possíveis muitos dos insights e ideias que aqui se materializaram.

Agradeço ainda à minha amiga de tantos anos, Vanessa, que me acompanhou na graduação e agora no mestrado. Em todos esses anos, vivemos juntas e separadas muitos desafios e conquistas, tornando-a parte essencial da minha história.

Registro meu profundo agradecimento ao meu orientador, professor Dr. Ismael Gonçalves Alves, que me acompanhou desde a graduação, contribuindo para meu amadurecimento intelectual e na minha formação enquanto professora e pesquisadora. Agradeço também à professora Dra. Fernanda da Silva Lima, que gentilmente aceitou me coorientar e trouxe contribuições importantes para este trabalho.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro concedido por meio da bolsa de pesquisa, fundamental para a realização deste trabalho. Estendo meus agradecimentos à Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS), que me acolheram e contribuíram de maneira decisiva para este percurso acadêmico e humano.

RESUMO

O presente trabalho é fruto da pesquisa desenvolvida no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo-sul Catarinense. Teve como objeto de pesquisa a infância e adolescência e sua relação com a cidade, visando responder ao problema de pesquisa sobre “quais são as conexões existentes entre os novos direitos constitucionais de 1988 e o projeto Criciúma Criança no processo de construção de uma nova cidade?”. Ainda, teve como objetivo geral analisar as conexões existentes entre os novos direitos constitucionais de 1988 e o projeto Criciúma Criança no processo de construção de uma nova cidade. E os objetivos específicos dividiram-se em: Identificar, no processo constitucional e legislativo brasileiro, a definição da criança como sujeito de direito; analisar o Projeto Criciúma Criança como um plano de reestruturação da cidade baseado na ideia de direitos infanto-juvenis; e analisar como as diversas políticas públicas que compõem o Projeto Criciúma Criança, a partir dos direitos infanto-juvenis, instituíram a ideia de garantia de direitos à população local. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, com abordagem documental e análise crítica de fontes institucionais, relatórios e materiais produzidos pela Prefeitura Municipal de Criciúma no período de execução do projeto, preservados no Acervo Municipal de Criciúma, ainda, utiliza referências bibliográficas que contribuem no embasamento técnico-científico desta produção. Foi desenhada em três momentos: o primeiro permitindo contextualizar e identificar no processo constitucional e legislativo brasileiro, a definição da criança e adolescente enquanto sujeitos de direitos, trabalhando principalmente com a análise da Constituição Cidadã e do Estatuto da Criança e do Adolescente. O segundo, analisando o Projeto Criciúma Criança como um plano de reestruturação da cidade fundamentado na promoção de direitos à infância e juventude. E o terceiro examinando como as diversas políticas públicas, que compõem o Projeto Criciúma Criança, a partir dos direitos infanto-juvenis, instituíram a ideia de garantia de direitos à população local. O cerne desta pesquisa está em, especialmente, apresentar a metáfora do Projeto Criciúma Criança com o desenvolvimento da cidade de Criciúma como criança. Sendo possível perceber no desenvolvimento deste trabalho os avanços e contradições do processo de implementação e execução do Projeto na cidade de Criciúma, especialmente no que tange às expectativas criadas pelo projeto e na forma como foi sua construção junto à comunidade e os seus impactos posteriores.

Palavras-chave: Projeto Criciúma Criança; múltiplas infâncias; Políticas Públicas Sociais; Cidade Criança.

RESUMÉN

El presente trabajo es fruto de la investigación desarrollada en el curso de Maestría del Programa de Posgrado en Desarrollo Socioeconómico de la Universidad del Extremo Sur Catarinense. Tuvo como objeto de investigación la infancia y la adolescencia y su relación con la ciudad, con el objetivo de responder al problema de investigación: “¿cuáles son las conexiones existentes entre los nuevos derechos constitucionales de 1988 y el proyecto Criciúma Criança en el proceso de construcción de una nueva ciudad?”. Asimismo, tuvo como objetivo general analizar las conexiones existentes entre los nuevos derechos constitucionales de 1988 y el proyecto Criciúma Criança en el proceso de construcción de una nueva ciudad. Los objetivos específicos se dividieron en: identificar, en el proceso constitucional y legislativo brasileño, la definición del niño como sujeto de derechos; analizar el Proyecto Criciúma Criança como un plan de reestructuración de la ciudad basado en la idea de derechos de la infancia y adolescencia; y analizar cómo las diversas políticas públicas que componen el Proyecto Criciúma Criança, a partir de los derechos de la infancia y adolescencia, instituyeron la idea de garantía de derechos para la población local. La metodología adoptada es de naturaleza cualitativa, con enfoque documental y análisis crítico de fuentes institucionales, informes y materiales producidos por el Ayuntamiento Municipal de Criciúma durante el período de ejecución del proyecto, preservados en el Archivo Municipal de Criciúma. Además, se utilizan referencias bibliográficas que contribuyen al fundamento técnico-científico de esta producción. La investigación fue estructurada en tres momentos: el primero permite contextualizar e identificar, en el proceso constitucional y legislativo brasileño, la definición del niño y del adolescente como sujetos de derechos, trabajando principalmente con el análisis de la Constitución Ciudadana y del Estatuto del Niño y del Adolescente. El segundo momento analiza el Proyecto Criciúma Criança como un plan de reestructuración de la ciudad fundamentado en la promoción de derechos para la infancia y juventud. El tercer momento examina cómo las diversas políticas públicas que componen el Proyecto Criciúma Criança, a partir de los derechos de la infancia y adolescencia, instituyeron la idea de garantía de derechos para la población local. El núcleo de esta investigación reside, especialmente, en presentar la metáfora del Proyecto Criciúma Criança con el desarrollo de la ciudad de Criciúma como una niña. Es posible percibir, a lo largo del desarrollo de este trabajo, los avances y contradicciones del proceso de implementación y ejecución del Proyecto en la ciudad de Criciúma, especialmente en lo que se refiere a las expectativas creadas por el proyecto y la forma en que fue construido junto a la comunidad y sus impactos posteriores.

Palabras clave: Proyecto Criciúma Criança; múltiples infancias; Políticas Públicas Sociales; Ciudad Niña.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1 - Taxas de Mortalidade Infantil por Estado e Municípios (coeficiente por mil nascidos vivos)	66
--	-----------

Quadro 1 - Obras concluídas/em execução e projetos (Planejamento Urbano do Projeto Criciúma Criança)	98
---	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFASC	Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CEICs	Centros Educacionais de Integração Comunitária
CER	Centro Educacional Regional
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MNPPC	Movimento Nacional pela Participação Popular na Constituinte
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
MPPC	Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNI	Programa Nacional de Imunizações
PSE	Programa Saúde na Escola
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SUS	Sistema Único de Saúde
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UDN	União Democrática Nacional
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESC	Universidade do Extremo-Sul Catarinense
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. OS DIREITOS DA CRIANÇA: LEGISLAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DA NOVA REPÚBLICA	22
2.1. A REDEMOCRATIZAÇÃO E A NOVA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: GARANTINDO DIREITOS E IMPLEMENTANDO POLÍTICAS	23
2.2. CRICIÚMA NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO: REPENSANDO A CIDADE	41
3. O PROJETO CRICIÚMA CRIANÇA: INTERSECÇÕES ENTRE OS NOVOS DIREITOS INFANTO-JUVENIS (CONSTITUIÇÃO, ECA E CONVENÇÃO)	55
3.1. O PROJETO CRICIÚMA CRIANÇA E A PROTEÇÃO INTEGRAL DA POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL	55
3.2. A CIDADE COMO METÁFORA: CRICIÚMA UMA CIDADE CRIANÇA	68
4. O PROJETO CRICIÚMA CRIANÇA EM FOCO: UMA ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS	80
4.1. POLÍTICAS VOLTADAS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	80
4.2. POLÍTICAS PARA A CIDADE CRIANÇA	94
5. CONCLUSÃO	106
REFERÊNCIAS	111

1. INTRODUÇÃO

Meu percurso acadêmico se alinha ao meu percurso enquanto sujeito, e principalmente enquanto mulher. Por isso, é importante pontuar minha aproximação com os estudos de gênero, que abriram as portas da pesquisa e permitiram, de maneira mais ordenada, a iniciação dos estudos teóricos. Assim, as primeiras indagações emergiram da desconstrução de discursos relacionados à maternidade, especialmente à concepção de uma suposta naturalidade e um “instinto materno”. Discussões valiosas para o entendimento da maternidade e da infância como processos individuais que, embora interligados, não compartilham um vínculo intrínseco, mas sim uma relação entrelaçada pelos discursos e construções sociais.

Assim, o ingresso no curso de História proporcionou uma maior aproximação com o campo, em que participei do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, espaço que trouxe reflexões valiosas para minhas indagações e pesquisas. Principalmente para a primeira pesquisa que pude conduzir como parte da iniciação científica, focando nos postos de puericultura da Legião Brasileira de Assistência - LBA. Nessa pesquisa, buscamos compreender os postos de puericultura como uma importante ferramenta para a LBA, que foi uma grande instituição assistencial no Brasil que contribuiu para a deflagração de um ideal de maternidade e auxiliou o governo varguista a alcançar e normatizar as famílias proletárias. Apesar de inicialmente concentrar minha análise na maternidade, a infância sempre atravessou minhas pesquisas, ainda que sob o prisma do ideal materno.

Ao findar o percurso no curso de história desenvolvi minha pesquisa de conclusão de curso, intitulada “As mães de ontem e de hoje: O discurso puericultor e a educação das mulheres nas páginas dos jornais (1930-1950)”, com o objetivo de analisar de que maneira o discurso puericultor foi difundido por meio do alinhamento a propagandas de alimentos infantis e ao discurso religioso, em dois jornais - A notícia e O apóstolo- das cidades de Joinville e Desterro nos anos de 1935 até 1950. A partir desta pesquisa, percebemos a imprensa como um poderoso recurso para a propagação de discursos e, sobretudo, de um ideal de feminilidade. No entanto, um ponto me chamou a atenção: as propagandas de fórmulas de aleitamento infantil, como o leite condensado e os discursos acerca da infância empobrecida. Apesar da

maternidade ser o tema central da pesquisa, as questões acerca da infância e desigualdade social foram os primeiros elementos a contribuir para a construção desta dissertação.

Como fruto das minhas inquietações sobre a infância, hoje inverteo meu objeto de pesquisa, e coloco a infância e adolescência e sua relação com a cidade como temática central na presente pesquisa de mestrado. Neste momento buscamos analisar o Projeto Criciúma Criança e as conexões existentes entre os novos direitos constitucionais de 1988 e no processo de construção de uma nova cidade. Ao colocarmos em perspectiva o cenário internacional e nacional, é perceptível que o Projeto Criciúma Criança está relacionado às elaborações sociais que fazem parte da história da assistência à infância na cidade de Criciúma. Portanto, nossa problemática central concentra-se em torno de quais são as conexões existentes entre os novos direitos constitucionais de 1988 e o projeto Criciúma Criança no processo de construção de uma nova cidade?

Para responder a questão problema, elaboramos como objetivo geral analisar as conexões existentes entre as os novos direitos constitucionais de 1988 e o projeto Criciúma Criança no processo de construção de uma nova cidade. Os objetivos específicos dividem-se em: Identificar, no processo constitucional e legislativo brasileiro, a definição da criança como sujeito de direito; analisar o Projeto Criciúma Criança como um plano de reestruturação da cidade baseado na ideia de direitos infanto-juvenis¹; e analisar como as diversas políticas públicas que compõem o Projeto Criciúma Criança, a partir dos direitos infanto-juvenis, instituíram a ideia de garantia de direitos à população local.

O Projeto Criciúma Criança estruturou-se a partir do ano de 1990, durante a gestão do prefeito Altair Guidi, em um período de significativas mudanças urbanas e identitárias na cidade. A face mais representativa deste período de intensas mudanças é o próprio prefeito, que nasceu em Criciúma e posteriormente formou-se em arquitetura na primeira turma da Universidade Federal do Paraná - UFPR, fato que

¹ Vale ressaltar a diferença no âmbito jurídico entre a definição de criança, adolescente e jovem. No contexto brasileiro, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto da Juventude estabelecem critérios específicos e distintos acerca da definição. Enquanto o ECA concentra-se na proteção integral dos direitos de crianças e dos adolescentes, abrangendo a faixa etária até os 18 anos, o Estatuto da Juventude amplia essa perspectiva, considerando jovens aqueles que possuem idades entre 15 e 29 anos. No entanto, em nosso trabalho, utilizaremos a definição presente no ECA, uma vez que o Projeto Criciúma Criança esteve envolto nas discussões que se estabeleceram posteriormente a partir deste documento.

direciona sua visão acerca da cidade. Tornou-se prefeito de Criciúma no ano de 1977 até 1983, pela ARENA, e em 1989, já pelo Partido Democrático Social, desenvolveu seu segundo mandato, momento em que foi criado o Projeto Criciúma Criança.

É importante destacar que Criciúma, a partir de 1930, construiu uma economia centrada na extração carbonífera e com pouca diversificação econômica. Esse cenário intensificou-se após a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), projetada para consumir boa parte do carvão nacional, impulsionada pelo início da Segunda Grande Guerra. Nesse contexto, Criciúma fundamentou sua economia nas minas de carvão, o que teve grande impacto em urbanização e na construção da identidade histórica da cidade, já que a cidade buscou, por meio da historiografia, consolidar a imagem de uma “cidade do carvão”.

Com o fim do protecionismo estatal, a partir de 1960, as crises do setor carbonífero começaram a atingir Criciúma, motivando as elites locais a repensarem a economia, desencadeando os primeiros movimentos em direção à diversificação econômica. Nos anos de 1980 e 1990, em especial nas gestões de Altair Guidi, a cidade passou por grandes reestruturações econômicas e identitárias. Nesse contexto, o carvão deixou de ser símbolo de progresso, surgindo os primeiros esforços para uma nova identidade cricumense, que transcendia a imagem de cidade do carvão para se tornar a cidade das etnias. No entanto, a busca por uma nova identidade convivia com problemas antigos, as heranças deixadas pela extração do carvão, tais como a poluição ambiental, elevada mortalidade infantil e a ausência de saneamento básico.

Além dos problemas já mencionados, é importante destacar a segregação espacial e geográfica resultantes de políticas higienistas e da atividade carbonífera. Isso ocorreu devido à estrutura urbana que historicamente sempre favoreceu as famílias mais abastadas, concentrando-as nos bairros centrais da cidade ou nas principais avenidas. Enquanto isso, a população negra e empobrecida foi deslocada para as áreas mais periféricas. Nessas regiões, a extração do carvão deixou marcas ainda mais visíveis e desencadeou problemas socioambientais que impactam negativamente a saúde dessas comunidades, além de dificultar o acesso à parte central da cidade.

Essas questões se personificavam de maneira mais intensa nas vilas operárias, conforme caracteriza o historiador Ismael Gonçalves Alves:

Construídas de maneira irregular sobre o solo piritoso, servidas por ruelas estreitas e lamacentas, sem observar as mínimas normas de higiene, estes locais de habitação rapidamente foram levados à estafa, tornando-se um problema médico-sanitário de difícil solução, tanto para as autoridades estatais quanto para as próprias carboníferas que os idealizaram. (Alves, 2014, p. 184).

Deste modo, as primeiras campanhas assistenciais centralizaram-se em torno dos problemas decorrentes da exploração do carvão e foram conduzidas pela perspectiva da caridade, muitas vezes através de organizações religiosas. Essas iniciativas enfatizavam o papel do médico como o principal solucionador de todos os problemas e o único orientador materno-infantil possível. Contudo, essa abordagem responsabilizava exclusivamente às mães, sem levar em consideração toda a complexidade da estrutura social e física na qual as crianças estavam inseridas. Dessa forma, considerando que os impactos da exploração carbonífera não afetaram as mães da mesma maneira e ainda menos as crianças, especialmente aquelas pertencentes a famílias mais abastadas, que não enfrentavam o cotidiano de privação de direitos das áreas mais periféricas. Consequentemente, tais campanhas assistenciais higienistas atingiram de maneira distinta mães brancas e negras, sendo as últimas envolvidas em contextos de desumanização moldados por perspectivas eugenistas.

Considerando a trajetória econômica e assistencial de Criciúma, o Projeto Criciúma Criança não apenas trouxe uma nova perspectiva ao mobilizar diversos setores da sociedade para investir em infraestrutura, saúde, educação, cultura, unindo poder público e privado, mas também buscou responder aos problemas médicos, sanitários e ambientais decorrentes de décadas de exploração de carvão, que marcaram profundamente a vida urbana na cidade.

O documento base do Projeto Criciúma Criança foi dividido em três instâncias: filosófica, científica e legal. A própria segmentação do documento evidencia a representação da infância como um conceito amplo, envolvendo diversos campos. Ao longo do texto, destaca-se a elaboração da infância como uma construção moderna, interligando diversas áreas para o desenvolvimento integral, como educação, infraestrutura e saúde. Exemplificando essa complexidade, o documento levanta gráficos com números sobre a situação da cidade, especialmente na área da saúde, avaliando a mortalidade infantil e as doenças mais recorrentes na cidade e nos bairros. Da mesma forma, na educação, foram analisados dados sobre a evasão escolar, grade curricular e infraestrutura. Tendo esses dados como base, elaborou-se

um plano de ação que promoveu iniciativas em torno do lazer, educação e saúde, integrando o governo no cotidiano dos cuidados, juntamente com a instituição familiar.

A criação do Projeto Criciúma Criança não representou apenas uma transformação a nível local, ela acompanhou as mudanças em âmbito internacional e nacional. A trajetória das legislações brasileiras deixa em seu caminho significativas evidências acerca das representações sociais e legais da infância e adolescência, muitas vezes sujeitas a internações compulsórias, criminalização da pobreza e violência. Deste modo, em diferentes períodos históricos, as leis serviram como uma ferramenta coercitiva do Estado, em que se alinhou pobreza e criminalidade, distante da noção de infância e adolescência idealizada como sujeito de direitos, mas sim como “menores” e possíveis transgressores e infratores.

A Constituição de 1988 consagra a retomada democrática, após um longo período de repressão e violência. O período de sua elaboração foi especialmente agitado devido às movimentações populares e organizações dos movimentos sociais que pleitearam pela participação na sua elaboração, tornando-se um palco de grandes disputas. Nesse contexto, a infância e adolescência também foram alvo de confrontos entre setores conservadores e progressistas, resultando em expressivas mobilizações e idas até o Congresso Nacional a fim de defender pautas ou inseri-las na agenda política. No entanto, a Constituição evidentemente inaugurou uma nova maneira de representar a infância e adolescência, adotando uma perspectiva de proteção integral e, sobretudo, reconhecendo a criança e o adolescente como sujeitos de direitos. Acompanhando essa mudança de paradigma, a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 buscou efetivamente direcionar as ações a nível nacional e municipal relacionadas à infância e adolescência.

Dessa forma, a elaboração do Projeto Criciúma Criança marcou uma grande tentativa de despedida de um tempo de mortalidade, abandono e falta de cuidados, tanto para as crianças quanto para a cidade. O Projeto inaugurou um período fundamentado na lógica dos direitos e da democracia, buscando tornar a cidade sinônimo de cuidados e garantia de direitos não só para as crianças e os adolescentes, mas também como parte da identidade urbana.

Para nos auxiliar a responder nossa questão problema, buscamos compreender o conceito de política pública para além da sua noção tradicional, que a define como uma simples extensão das ações de Estado e de governo. Conforme define Souza (2007), entendemos política pública como uma ação multidisciplinar, ou

seja, uma abordagem ampla que responde a uma problemática que afeta um grupo ou local específico. Esse processo é dinâmico e pode mudar ao longo de sua implementação, sendo influenciado por questões de agenda e movimentos sociais que exigem uma resposta em forma de ação por parte do Estado.

Para compreendermos a cidade como uma metáfora da infância, partimos da nova representatividade infanto-juvenil, que, no pós-Segunda Grande Guerra, passa por uma significativa remodelação em níveis internacionais. Nesse contexto, a criança emerge como um sujeito de direitos, em estado peculiar de desenvolvimento, baseando-se na noção de proteção integral para o pleno desenvolvimento. Ela insere-se no cenário urbano não apenas como um sujeito presente, mas como um protagonista em constante processo de transformação e construção da sua identidade.

Desta forma, o Projeto Criciúma Criança engloba uma variedade de ações que impactaram não somente a população infanto-juvenil, mas também deixaram sua marca nas estruturas arquitetônicas e nas narrativas históricas. O projeto surge em conjunto com a tentativa da gestão pública de superar a extração do carvão, marcando o período com a criação da festa do centenário para destacar a colonização como o grande marco fundador da cidade. Portanto, podemos conjecturar que o momento de surgimento do Projeto representa uma fase de transformações, tanto no âmbito internacional quanto nacional, buscando inserir um cenário democrático e inovador distante da ditadura do passado.

A pesquisa apresentada se utilizou de documentos preservados no Acervo Municipal de Criciúma. Estes documentos abrangem uma ampla variedade, incluindo atas de reuniões semanais, legislações, cartilhas, folhetos informativos e jornais locais. No âmbito das complexidades de uma pesquisa qualitativa, podemos incluir a análise de documentos oficiais que, ao longo dos séculos, serviram de base para a escrita historiográfica. Em certos momentos, foram entendidos como verdades absolutas que representavam todo o contexto histórico da época. A partir do alargamento das fontes históricas e das contestações acerca de narrativas da historiografia tradicional, a ideia de documento-verdade foi superada. Dadas essas disputas, a análise de um documento oficial é permeada por uma rede de complexidades que correspondem às intencionalidades conscientes e inconscientes que estão presentes em todos os documentos.

Portanto, a construção de um caminho para uma pesquisa qualitativa deve partir de reflexões antecedentes, como a de March Bloch, que em sua célebre frase compara o bom historiador ao “ogro da lenda”. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça.” (p. 54). A simples analogia nos leva a reflexão sobre o alargamento das fontes históricas, mas também tensiona acerca da construção de vestígios históricos, apontando para o documento como uma construção social que revela disputas políticas e narrativas, ora silenciadas e ora silenciando. Cabe ao pesquisador desvelar as intencionalidades e disputas emaranhadas nas entrelinhas documentais. E, assim como Le Goff, compreender todo documento como monumento, o qual pode ser definido como:

[...] Resultado do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. (Le Goff, 1990, p. 547).

Se os documentos oficiais exigem competências específicas, o mesmo ocorre com a análise de jornais, especialmente da imprensa. A imprensa, enquanto fonte histórica, demanda habilidades específicas do pesquisador, alinhadas à própria formação da imprensa e do jornalismo. Isso implica que uma notícia não pode ser compreendida apenas dentro das páginas e palavras nela impressas. Em outras palavras, como afirma Oliveira (2011, p. 126), “Ao selecionar o texto jornalístico como sua fonte de pesquisa, o historiador deve levar em conta que sua fonte não é um documento ‘puro e cristalino’ que contenha todas as verdades.” Diante dessa perspectiva, o uso da imprensa pela história representa um espaço de tensões e reflexões, buscando nas entrelinhas dos textos as nuances que compreendem um determinado tempo histórico e um imaginário. Cabe ao historiador decifrar e transformar esses elementos em narrativa histórica.

Assim, a análise documental do Projeto Criciúma Criança deve ser construída a partir de desmistificações acerca dos documentos oficiais, que não correspondem a verdades absolutas nem representam a totalidade de um cenário histórico. Portanto, devem ser confrontados com a amplitude de acontecimentos nacionais e internacionais, bem como com o campo prático. Para isso, o cruzamento das fontes é fundamental, assim como o entendimento do momento histórico regional, nacional e internacional.

A dissertação está distribuída em três capítulos. No primeiro buscamos identificar no processo constitucional e legislativo brasileiro, a definição da criança e adolescente enquanto sujeitos de direitos. Compreendendo que o período de redemocratização representa um grande marco para a legislação que envolve a infância e a adolescência, devido ao surgimento da Constituição Cidadã e do Estatuto da Criança e do Adolescente. A análise desse processo será realizada por meio da análise da Constituição Cidadã de 1988, buscando compreender qual a perspectiva de infância e adolescente presente no documento. Além disso, exploramos as implicações e desdobramentos dessas leis para a proteção e promoção dos direitos da infância e adolescência no Brasil.

No segundo capítulo, buscamos analisar o Projeto Criciúma Criança como um plano de reestruturação da cidade fundamentado na promoção de direitos à infância e juventude. Deste modo, a partir do documento base do projeto, procuramos identificar paralelos entre a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, explorando as interseções entre os documentos e o projeto. Por fim, investigamos as principais transformações e o surgimento de uma nova configuração urbana, a qual estabelece uma metáfora entre a infância e a cidade.

No terceiro capítulo, buscamos examinar como as diversas políticas públicas, que compõem o Projeto Criciúma Criança, a partir dos direitos infanto-juvenis, instituíram a ideia de garantia de direitos à população local. Dessa forma, identificamos as políticas públicas direcionadas ao público infantil como iniciativas abrangentes, alcançando a totalidade da população e, simultaneamente, visando transformar a cidade que dava seus primeiros passos pós-ditadura. Nesse contexto, exploramos não apenas as ações em si, mas também os impactos e transformações que essas medidas provocaram na construção de uma nova dinâmica para diversos grupos locais.

Ao término, almejamos contribuir com as pesquisas do campo de políticas públicas e infância, oferecendo reflexões significativas para as pesquisas históricas locais. Nesse contexto, inauguramos reflexões abrangentes sobre políticas públicas direcionadas à infância e adolescência que desempenharam um papel fundamental na construção e estruturação da cidade de Criciúma.

2. OS DIREITOS DA CRIANÇA: LEGISLAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DA NOVA REPÚBLICA

O capítulo inicial se subdivide em dois temas: "A Redemocratização e a nova Constituição Federal: garantindo direitos e implementando políticas" e "Criciúma no processo de Redemocratização: repensando a cidade". No primeiro momento, nossa intenção é analisar a definição de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos no âmbito do processo constitucional e legislativo do Brasil. Destacamos a importância do período de redemocratização na formulação da legislação relacionada à infância e adolescência, a partir da promulgação da Constituição Cidadã e do Estatuto da Criança e do Adolescente. A avaliação desse desenvolvimento será conduzida através da análise da Constituição Cidadã de 1988, visando compreender a abordagem em relação à infância e adolescência presente no texto. Adicionalmente, exploramos as implicações e desdobramentos dessas leis no que diz respeito à proteção e promoção dos direitos da infância e adolescência no contexto brasileiro.

No segundo tópico, propomos uma análise do processo histórico de Criciúma, focando na estruturação da cidade em torno da extração do carvão no século XIX e nas ramificações da centralização econômica. Destacamos as implicações socioeconômicas e ambientais resultantes da exploração do minério, cujas consequências se manifestaram de maneiras complexas e multifacetadas na comunidade local. Desde os primeiros imigrantes até o apogeu da extração nas décadas de 1940 e 1950, nosso objetivo foi expor os impactos e transformações ocasionados pela dependência do carvão, evidenciando desigualdades sociais e transformações estruturais na cidade. A década de 1970, especialmente durante o período de redemocratização, emerge como um ponto crucial, quando a elite local busca reconfigurar não apenas a identidade histórica, mas também a estrutura visual da cidade, procurando distanciar-se da imagem vinculada à exploração do carvão. Ao adentrarmos as celebrações do centenário, observamos não apenas a reescrita da narrativa histórica, com ênfase nas etnias e em alguns colonizadores, mas também percebemos uma tentativa de apagar as marcas deixadas pela exploração carbonífera.

2.1. A REDEMOCRATIZAÇÃO E A NOVA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: GARANTINDO DIREITOS E IMPLEMENTANDO POLÍTICAS

A Constituição Cidadã e o Estatuto da Criança e do Adolescente não representam apenas um marco para a questão dos direitos humanos no Brasil, mas também foi um movimento de participação popular em prol da assistência à infância brasileira. Hoje, apesar de todos os embates históricos na construção destes documentos, obtivemos uma das leis mais avançadas e bem estruturadas já vigentes no país. Garantindo formalmente, de modo prioritário, direitos básicos às infâncias sem discriminação de origem social, raça ou gênero. No entanto, as pesquisas apontam para uma realidade que vai na contramão da legislação. Ao analisarmos o estudo feito pela UNICEF em 2018, verificou-se que 6 em cada 10 crianças e adolescentes viviam em lares empobrecidos e conviviam com a privação de direitos.

Ao longo da história das legislações acerca da infância no Brasil, é possível perceber a suposta relação entre pobreza e criminalidade, bem como a privação de direitos. No entanto, a pesquisa citada anteriormente evidencia o contrário, já que “Os resultados mostram que a pobreza monetária na infância e na adolescência foi reduzida no Brasil na última década, mas as múltiplas privações a que meninas e meninos estão sujeitos não diminuíram em igual proporção.” (Unicef, 2018, p. 6). Estudos como estes nos conduzem a diversas reflexões, pois apontam para a diminuição da pobreza e inversamente o aumento da privação de direitos na infância e adolescência. Enquanto avanços significativos foram alcançados no campo legislativo, no campo prático, percebemos um distanciamento da noção da criança e do adolescente enquanto sujeitos de direitos.

Partindo desta realidade, precisamos analisar as construções das legislações brasileiras, as quais marcaram a infância empobrecida no Brasil, especialmente, durante a ditadura militar.

No dia 31 de março de 1964, a democracia brasileira, que ensaiava seus primeiros passos, foi interrompida por uma ditadura imposta por forças militares. Essa interrupção não aconteceu de forma repentina, pelo contrário, foi uma ação cuidadosamente planejada e inserida em um contexto de disputas políticas mais amplas. Ao longo do processo democrático brasileiro, diversas forças opostas se confrontaram, ameaçando a estabilidade social e econômica do país. Essa

polarização culminou no golpe de 1964, que caracterizou um longo período de repressão e violência.

A eleição de Jânio Quadros em 1960 determinou uma série de acontecimentos que aceleraram a mudança de rumo do país, mas que já vinham se arrastando desde o fatídico suicídio de Getúlio Vargas, o qual se viu envolto a um emaranhado de interesses conflitantes. Portanto, algumas forças políticas desejavam mais do que qualquer coisa a cadeira da presidência, que por interesse particular foi renunciada pelo então presidente Jânio Quadros. Apesar das alegações indicarem um motivo de saúde, o presidente, em meio à crise, havia feito discursos fervorosos acerca de suas limitações, alegando precisar de plenos poderes. Isso nos leva a conjecturar:

A explicação mais provável é que ela teria sido um estratagema para conseguir poderes especiais do Congresso para governar discricionariamente. Para o êxito do plano, Quadros contaria com a incompatibilidade entre os militares e o vice-presidente João Goulart, que, no momento, convenientemente para Jânio, se achava na China comunista em visita de cortesia. O apoio popular a Quadros e o veto militar a Goulart, segundo esta hipótese, fariam com que a renúncia não fosse aceita e o presidente ganhasse do Congresso os poderes extraordinários que desejava. (Carvalho, 2002, p.135)

Ao renunciar, o único fato a se concretizar foi a incompatibilidade dos militares com seu vice, João Goulart, que, ao assumir, enfrentou grandes embargos em um país à beira da guerra civil. Com o apoio de setores legalistas, Goulart foi empossado como presidente. No entanto, como uma medida emergencial, o congresso instaurou um sistema parlamentarista de governo que objetivava diminuir os poderes do líder de estado. Em 1963, por meio de um plebiscito, a maioria da população decidiu retornar a um sistema de governo presidencialista, mas a polarização e a radicalização já estavam enraizadas.

De um lado, os conspiradores da direita à espreita e, de outro, a esquerda pressionando pelas reformas, denunciavam a situação delicada do presidente João Goulart. Ao optar pelas reformas, rompeu definitivamente com forças da direita e concentrou suas energias para que as reformas de base entrassem em tramitação no congresso. Contudo, a análise do cenário denunciava que “[.] A tradução política dessas eleições, no que diz respeito às reformas, poderia ser assim resumida: elas não seriam aprovadas legalmente pelas instituições representativas.” (Aarão, 2000, p. 23).

Desta forma, restou ao presidente e às forças da esquerda o planejamento de grandes comícios, visando pelo apoio popular, forçar o congresso a aprovar as reformas de base. O primeiro e único comício contou com ampla participação social e discursos fervorosos sobre a reforma agrária e a expropriação de terras. No entanto, em um país polarizado, esse evento acabou sendo o prelúdio da tomada de poder pelos militares. Que, em resposta, organizaram a marcha da Família com Deus pela Liberdade, cujo próprio título indica a que rumo o país caminhava. Esse movimento culminou no Golpe Civil-Militar de 31 de março de 1964.

Ao longo dos vinte e um anos de duração do regime militar, cinco militares ocuparam a cadeira presidencial, com características diferentes, dependendo da linha política que seguiam. Por conta disso, podemos dividir o regime em três fases que tiveram características de mais repressão ou mais abertura. No entanto, a repressão, tortura e exílio foram práticas comuns a todas as fases da ditadura. Contudo, Carvalho (2002) destaca que, apesar de presentes em todo o período, elas se concentraram em dois momentos: entre 1964 e 1965, e entre 1968 e 1974.

Por meio dos Atos Institucionais, editados pelos presidentes, a repressão adquiriu um suposto caráter legal, possibilitando a cassação dos direitos políticos de opositores, o fechamento de partidos políticos e sindicatos, bem como a aposentadoria forçada de funcionários públicos. Dentre os 17 Atos Institucionais promulgados, alguns foram mais emblemáticos, pois marcaram uma ruptura estrutural no país. Como o AI-5, que fechou o Congresso Nacional e suspendeu o direito ao habeas corpus para os considerados infratores da segurança nacional. Com amparo legal, a repressão tornou-se autônoma e se instituiu dentro das próprias instituições, permitindo que a tortura ocorresse sistematicamente e livremente através do Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

Existem muitas dificuldades em abordar a juventude durante esse período, já que as violações contra esse grupo foram recorrentes. Os movimentos estudantis foram amplamente perseguidos, e as universidades e escolas conviviam com a presença dos censores. Como resultado, a juventude foi sufocada pelo autoritarismo, mas ao mesmo tempo, mostrou-se responsável pela resistência e combate à ditadura. Ainda mais delicado é tratar da infância, pois as prisões arbitrárias e a tortura estiveram presentes no cotidiano de muitas famílias e, por conseguinte, afetaram

diretamente as crianças. Muitas famílias foram separadas e muitas crianças foram presas juntamente com as mães, presenciando diretamente ou indiretamente a tortura e a privação de direitos. Portanto, mesmo que as leis do período abordassem a infância de maneira diferente, não podemos deixar de dimensionar o prejuízo e a violação dos direitos das crianças e adolescentes por meio da repressão e tortura.

Em dezembro de 1964, ocorreu a extinção do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), criado em 1941 com objetivo de retirar as crianças e adolescentes infratores das ruas e, por meio do sistema de internatos, corrigir comportamentos nocivos à sociedade. Em seu lugar, neste mesmo ano, criou-se a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), que pretendia deixar no passado a má fama de seu antecessor, conhecido como a “escola do crime”, e reestruturar o sistema de assistência infantil. Na redação da lei é perceptível a pretensão dos objetivos que começavam com o planejamento e investigação da situação dos menores no país, bem como a formação de profissionais para atuar no campo assistencial. (Lei nº 4.513, parágrafo 6).

Junto com o estabelecimento de um regime de exceção no Brasil, nasceu também a FUNABEM, que desde seus primeiros passos se apresentou como uma das grandes promessas do regime militar. Isso foi prontamente evidenciado pelo:

[...] Departamento de Relações Públicas da Funabem tratou de produzir esclarecimentos acerca das atribuições, do funcionamento ou da composição da Fundação por meio de reportagens exclusivas para Brasil Jovem. Numa delas, intitulada “O que é a Fundação”, veiculada no primeiro exemplar da revista, lia-se que a entidade incorporava o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, mas destacava: “devendo-se notar que sua competência vai muito além, pois a Fundação tem como objetivo primordial formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor em todo o país”. No exemplar número 02, uma matéria homônima expunha dizeres complementares, ao inferir que “não se trata da criação de mais uma entidade para internar”, ao contrário, propunha “proteger a criança em sua própria família”, além de “adotar meios tendentes a prevenir ou corrigir as causas do desajustamento”. No corpo da narrativa, uma pequena lista de projetos apresentava a Funabem enquanto promessa – maneira pela qual ela irá se posicionar frente às suas atribuições durante certo tempo – como indicava o uso do tempo verbal no futuro do indicativo: “vai proteger [...], vai auxiliar [...], vai estimular [...], vai atualizar [...]”. (Daminelli, 2019, p. 66).

No entanto, a tarefa árdua de deixar o Serviço de Assistência ao Menor no passado dificultava-se ainda mais, pois a nova instituição herdou não somente os patrimônios sucateados como também um cotidiano de violências, o que levantava suspeitas na opinião pública e a falta de confiança da população. Essa herança ia além dos bens materiais e estendia-se para algo mais enraizado, ou seja, “[...] um

imaginário institucional, capaz de garantir a sobrevivência e a reprodução de tudo aquilo que pretendia deixar para trás.” (Vogel, 2009, p. 300). Deste modo, uma distância enorme entre o documento base e a prática cotidiana das instituições se estabeleceu, e isso, em parte, explica os rumos que a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor tomou.

Na prática, a instituição vinculava o crescente empobrecimento da população à marginalidade, resultando em uma ampla campanha em favor do que ficou conhecido como a “questão do menor”. Desse modo, as crianças e adolescentes que viviam em situações de vulnerabilidade passaram a ser considerados um grande risco à segurança nacional, pois estavam inseridos em famílias “desestruturadas” e, portanto, supostamente conviviam com a imoralidade e falta de orientação parental.

Embasados nessa visão, a marginalização das crianças e adolescentes transformou-se em uma epidemia. Segundo o Censo de 1970, em uma população global de 93.292.100 habitantes, contavam-se 49.378.200 com idade entre 0-19 anos (52,93%) em estado de marginalização. (Vogel, 2011, p.305). Esses números expressivos eram reflexo de uma conjuntura maior, conhecida como o “Milagre Econômico”, que durante a ditadura simbolizou um grande índice de crescimento econômico. No entanto, é importante destacar que crescimento econômico e distribuição de renda não caminhavam juntos. Apesar dos grandes números na economia, a população era cada vez mais assombrada com o desemprego e os baixos salários. Nesse contexto, ao vincular a marginalidade à pobreza, o governo deixava de abordar questões cruciais para as infâncias e juventude, como a desigualdade social, repressão, a falta de saneamento básico e a precarização da educação pública.

A tarefa de deixar o antigo Serviço de Assistência ao Menor (SAM) no passado distanciou-se ainda mais, pois os antigos internatos deram lugar às FEBEMs², que prometiam remodelar o sistema de privação de liberdade para crianças e adolescentes infratores. No entanto, a legislação que fazia críticas às famílias “desestruturadas”

²A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) foi uma instituição brasileira que teve como objetivo principal a execução de medidas socioeducativas para menores em situação de vulnerabilidade. Sua atuação se dava no âmbito dos estados brasileiros, sendo vinculada às Secretarias Estaduais de Assistência Social e Desenvolvimento Humano. Criada em 1964, durante o regime militar, a FEBEM passou por diversas transformações ao longo dos anos, sendo posteriormente substituída por novas instituições e programas voltados para a assistência e ressocialização de adolescentes em conflito com a lei.

passou a “sequestrar” crianças e adolescentes do seu núcleo familiar, iniciando um ciclo de estigmatização que se mostrou falho, pois:

Ao escolher políticas de internação para crianças abandonadas e infratoras, o Estado escolhe educar pelo medo. Absolutiza a autoridade de seus funcionários, vigia comportamentos a partir de uma idealização das atitudes, cria a impessoalidade para a criança e o jovem vestindo-se uniformemente e estabelece rígidas rotinas de atividades, higiene, alimentação, vestuário, ofício, lazer e repouso. (Passetti, 2023, p. 356).

As FEBEMs rapidamente se tornaram uma extensão do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Em que prisões arbitrárias eram comuns, maus-tratos e torturas faziam parte do cotidiano das crianças e adolescentes. Ao analisarmos as legislações referentes à infância na ditadura, torna-se impossível desvincular o autoritarismo impregnado em todas as instituições sob o comando do Estado. As crianças e adolescentes vulneráveis, muitas vezes oriundos de famílias empobrecidas, eram alvos de um sistema que, em nome da segurança nacional, ignorava seus direitos básicos e os submetia a uma realidade de opressão e violência. Ainda que o Estatuto da Criança e Adolescente busque superar a herança deixada pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), algumas memórias traumáticas ainda assombram nossas instituições.

O regime militar investiu significativamente em propagandas vinculadas ao programa, fazendo crer que as instituições eliminariam toda a marginalidade brasileira, supostamente transformando adolescentes e crianças em “futuros doutores”. Como demonstram as edições da revista *Brasil Jovem*, em que a foto de capa da primeira edição:

estampava os rostos dos garotos símbolo – dois meninos sorridentes, um branco, outro negro – seria reproduzida na contracapa de todos os demais números da revista, tendo-se tornado a imagem oficial da Fundação. (Daminelli, 2019, p.67).

A foto, juntamente com o slogan “Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor: a base do futuro sem fronteiras”, circulou pelas mídias da época levando a acreditar que as práticas autoritárias foram deixadas no passado. No entanto, a base para funcionamento do programa sempre esteve presente: uma política eugenista e higienista que incutiu na sociedade e nas famílias a ideia de que a reclusão seria a melhor solução. Logo, o “menor problema” se estabeleceu como sendo as crianças e adolescentes negras e empobrecidas, as quais foram sequestradas de suas famílias

e sujeitadas a violências nas instalações das FEBEMs, perpetuando o legado violento e racista das políticas anteriores.

A abertura democrática, assim como o próprio regime, emergiu em meio a agitações sociais e foi resultado de processos conturbados permeados por lutas de resistência. Os primeiros sinais começaram no ano de 1974, momento em que as restrições às propagandas eleitorais diminuíram, mesmo que ainda dentro de um sistema bipartidário, isso representou um avanço para as eleições municipais e estaduais. A partir de 1978, as censuras prévias extinguiram-se, e houve o retorno de alguns exilados políticos. É importante destacar que o processo de abertura ocorreu durante o mandato de Geisel, que integrava um grupo de militares mais abertos à ideia de uma volta democrática.

Essa abertura para uma possível volta democrática não decorre da boa vontade militar, e sim de uma série de processos que minavam a legitimidade de um governo que, em sua essência, já não era legítimo. Segundo Carvalho (2002), há pelo menos três fatores, além da resistência, para a abertura democrática: o preço do petróleo, que em 1973 aumentou significativamente, colocando o Brasil em uma situação delicada, pois precisava comprar das refinarias estrangeiras pelo menos 80% de seu consumo total; a tortura como uma instituição à parte do governo, que já não controlava o que acontecia nos porões do DOI-CODI; e, por último, a insubordinação dos militares, que depois do Golpe puderam ascender para a vida política, o que tornou-se o objetivo da maioria e os desviava das obrigações do dia a dia.

Portanto, esses fatores corroboram com a noção de que a abertura democrática faz parte de um grande processo, envolvendo diversos agentes e múltiplas causas. A eleição indireta de Tancredo Neves em 1985 marcou o início desse processo, tornando os anos 80 os mais frutíferos em termos de transformações sociais. No entanto, com a morte de Tancredo antes de assumir o cargo, seu vice José Sarney assumiu a presidência. Embora Sarney estivesse anteriormente ligado ao partido dos militares, não pôde interromper as transformações que se delineavam. A campanha por eleições diretas já havia tomado conta do país e, vinculado a isso, havia o anseio pela abertura de uma constituinte. Portanto, esses debates já circulavam em meio ao povo. Assim, em 1985, o então presidente enviou a proposta de uma constituinte para o Congresso Nacional.

Os primeiros movimentos da Assembleia Nacional Constituinte ocorreram no ano de 1987, iniciando uma jornada de extensas reuniões e debates fervorosos. O documento precisava refletir o novo momento do país, deixando o autoritarismo no passado e soprando os ventos de uma democracia. A Constituição Cidadã não carrega este nome ao acaso, seu período de formulação foi especialmente participativo, com a mobilização de diversos grupos sociais. A participação ativa desses grupos organizados na constituinte permitiu a conquista de legislações impensadas anteriormente. De certo modo, grupos que foram excluídos durante o regime ditatorial tiveram a oportunidade de pleitear por seus direitos e construir legalmente a Constituição de 1988.

O Art 5º, o qual apresenta a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, destaca os direitos e deveres civis, fortalecendo a democracia e nomeando a Constituição como “Cidadã”. A exemplo disso, destacam-se os incisos:

[...] II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante; [...] VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei; [...] IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença (Brasil, 1988, Art 5, não paginado)

A participação popular ocorreu por meio de movimentos sociais e do Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte (MPPC), que se mobilizou para colher assinaturas e promover debates. O principal meio de comunicação eram as cartilhas, com uma linguagem pedagógica, objetivavam informar a população da importância da Constituição e da democracia. É relevante destacar que alguns grupos passaram a se organizar após a leitura dessas cartilhas, sendo impulsionados para os debates e para a construção do texto constitucional. Portanto, o uso das cartilhas foi uma “estratégia dos múltiplos movimentos em favor da participação popular na constituinte, articulados de modo horizontal pelo Movimento Nacional pela Participação Popular na Constituinte (MNPPC).” (Neves, 2020, p. 109).

A constituinte foi organizada a partir de comissões temáticas, totalizando 25 comissões, que por sua vez dividiam-se em subcomissões. Cada comissão encarregava-se de discutir um tema em específico e ouvir os grupos sociais envolvidos, depois das discussões elaborava-se um documento que seria votado pelos constituintes. Essa estrutura permitiu a ampla participação popular, embora

tenha exigido um processo exaustivo de escuta e elaboração textual. É importante ressaltar que a participação popular foi resultado de esforços dos movimentos sociais que por meio de grandes mobilizações reivindicaram o lugar de construção para a população e sobretudo de grupos organizados.

Portanto, a participação da sociedade civil foi marcada por conflitos e constantes embates com diversos setores, demonstrando a rede interesses múltiplos que permearam a Assembleia Nacional Constituinte. Esse fato fica evidente nas manifestações em frente ao Congresso Nacional, nas reações a propostas e discursos, bem como na mobilização de grupos até Brasília. Podemos conjecturar que as comissões criadas passaram por intensos debates e mais que isso, embates que representavam narrativas em conflito. Nesse contexto, a questão das crianças e adolescentes ficou ao encargo da “subcomissão da Família, do Menor e do Idoso” que fazia parte da comissão da “Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência, Tecnologia e da Comunicação”.

Ao que se refere à questão da infância e adolescência, assim como outros tópicos presentes na elaboração da Constituição, muito além de conflitos de interesses múltiplos, as pautas enfrentaram desafios significativos. Isto é, tiveram que lidar com legisladores que apoiaram e foram base de sustentação do regime militar e endossaram as ações da FUNABEM. Portanto, a mobilização popular e os setores mais progressistas lidaram com visões de infância e adolescência bastante conservadoras. Segundo Moreira e Salles (2018), a mobilização popular e, sobretudo, a ida de 500 crianças ao congresso em abril de 1987 possibilitou o envio de propostas e pressionou as comissões a ouvirem as reivindicações da infância e adolescência brasileiras.

Como exemplo desta mobilização e de resistência às ações da FUNABEM, podemos destacar o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR), que surgiu a partir de 1982 em resposta às violências institucionais promovidas pelas FEBEMs. Este movimento se estruturou e participou ativamente da Assembleia Nacional Constituinte, apresentando quatro projetos centrais: Conquista de Direitos e Defesa da Criança e do Adolescente; Formação e Organização de Meninos e Meninas; Formação de Educadores; Fortalecimento e Interiorização do Movimento. Assim, crianças e adolescentes em situação de rua ou vulnerabilidade não apenas resistiram, mas também reivindicaram seu espaço na construção da Constituição,

desempenhando um papel significativo na mudança legislativa brasileira. (Gouvêa, Carvalho, Silva, 2021, p. 8).

Dada a heterogeneidade dos movimentos sociais, surgiram duas frentes de campanha: “Criança Prioridade Nacional” e “Criança e Constituinte”. Que originaram duas emendas parlamentares que, posteriormente, se unificaram e foram apresentadas à Assembleia Nacional Constituinte. Pautas como a educação infantil foram amplamente discutidas, visões como a educação enquanto um direito das famílias e educação enquanto um direito da criança, confrontaram-se. O que culminou em uma significativa mudança a respeito da partilha de responsabilidade entre família e estado, especialmente no que diz respeito à garantia de uma educação de qualidade como dever do Estado. (Galvão; Silveira; Barbosa, 2020). Nesse sentido, a educação infantil deixou de ser um meio de garantir a entrada das famílias, especialmente das mulheres, no mercado de trabalho. Transformando-se em um direito fundamental das crianças. Embora a expansão da educação infantil tenha contribuído para o aumento de mulheres no mercado de trabalho formal, essa mudança de perspectiva não se limitou ao aspecto do cuidado. Abriu caminho para se repensar a pedagogia e a racionalização da educação infantil que passou a estar para além do ato de cuidar.

A constituinte é reconhecida como um período de intensas conquistas. Entretanto, é importante ressaltar que nem todas as pautas levantadas durante o processo foram completamente aceitas e efetivamente implementadas. Além disso, análises mais detalhadas de questões orçamentárias estabelecidas na Constituição Cidadã revelam desafios e problemas atuais que cercam a criação e implementação de políticas públicas voltadas à infância e adolescência no Brasil. Com todos os avanços e limitações, é indiscutível que a representação e o reconhecimento presentes nas leis refletiram em transformações significativas. As crianças e adolescentes deixaram de ser considerados sujeitos à mercê da família, das ruas e das normativas do Estado, passando a serem reconhecidos como sujeitos de direitos.

A elaboração da Constituição de 1988 caminhou lado a lado com o processo de retomada democrática, de direitos e de participação popular. Portanto, não é exagero dizer que a Constituição brasileira é uma das mais progressistas da história do país. No que diz respeito às crianças e adolescentes, ela inaugurou uma nova maneira de pensar políticas públicas e, principalmente, esses sujeitos, que passaram a ser retratados como detentores de direitos e personagens de sua própria história.

No entanto, uma lei progressista por si só não é capaz de garantir uma realidade segura e assistida, já que há crianças e adolescentes vivendo de diversas maneiras em diferentes regiões do país. Diante de infâncias diversas, torna-se relevante avaliar como essas mudanças legislativas se refletem ou não nas realidades concretas.

A efervescência dos movimentos sociais no Brasil e no mundo possibilitou a criação de uma Constituição que, em todo o seu texto, objetivou garantir um Estado democrático de direito. Essa concepção vai além da cidadania baseada apenas no ato de votar, abrangendo uma ampla gama de direitos que visam assegurar a dignidade humana, conforme estabelecido na Declaração Universal de Direitos Humanos. Esses direitos sociais são destacados no Capítulo II da Constituição como “Direitos e Garantias Fundamentais”. Podemos compreender como Estado de Direito aquele estabelecido na Constituição de 1988 como:

[...] um Estado Social Democrático de Direito, atribuindo ao poder público a tarefa de promover as condições para uma vida digna e para o exercício dos direitos fundamentais. Atendidas as condições para o exercício democrático, este Estado atua simbolicamente como fomentador da participação pública, quando esta participação qualifica o Estado e suas instituições. (Luna, 2012, p. 15).

Em relação às crianças, vale ressaltar o Art. 6º, que define os direitos sociais, incluindo educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, bem como assistência aos desamparados, conforme estabelecido nesta Constituição (Brasil, 1988, Art. 6º). Deste modo, ao incluir direitos como educação, moradia, saúde e alimentação, a mudança de perspectiva se torna bastante evidente, ampliando as garantias necessárias dentro de um Estado democrático de direito. Ao estabelecer a infância e a maternidade como foco da proteção estatal, fica evidente que as crianças deixam de ser consideradas “menores problemas” que precisam ser corrigidos para ocupar o lugar de indivíduos protegidos e cuidados pelo Estado e pela sociedade. Em outras palavras, a infância deixa de ser assistida de maneira normativa e punitivista para ser representada como parte da sociedade, com o cuidado e amparo legal.

A Constituição estabelece objetivamente as responsabilidades legislativas entre a União, os estados e o Distrito Federal. Estabelecendo uma série de áreas que devem ser regulamentadas, incluindo educação, esportes e cultura. Especificamente, no Art 24, inciso XV, a Constituição estabelece: “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: XV - proteção à infância e à

juventude; (Brasil, 1988, Art. 24)”, reconhecendo tal direito como uma prioridade a ser considerada em todas as esferas sociais.

Isso implica em legislações pensadas em diferentes níveis, respeitando os princípios fundamentais da Constituição, e ao mesmo tempo em que levam em conta as particularidades presentes nas esferas regionais do país. Ao analisarmos esses incisos, é possível perceber que temas como cultura, esportes e patrimônio cultural aparecem. No entanto, não encontramos disposições específicas que estabeleçam relação direta entre a infância, a juventude e a cultura. Embora ao longo do texto constitucional a ideia de cultura como um direito de todos seja mencionada diversas vezes, uma lacuna importante é a falta de articulação explícita entre esse público e a relação cultural. Vale ressaltar que o Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado após a Constituição, aborda diretamente as questões culturais.

No entanto, nossa análise se concentra na Constituição Cidadã, que apresenta a cultura como algo separado da juventude e da infância. No art 23, inciso V, destaca-se “[...] proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação” (Brasil, 1988, Art 23, não paginado), ao apresentar tal garantia, não assegura diretamente o acesso à cultura de forma a valorizar a produção cultural desses grupos. A dificuldade de estabelecer uma relação efetiva entre cultura e adolescência em liberdade já é relevante, mas essa dificuldade se torna ainda mais complexa quando consideramos a adolescência privada de liberdade em regimes socioeducativos.

Ainda que o Estatuto da Criança e do Adolescente assegure, por meio da lei, o acesso e a valorização da cultura, bem como dos esportes, existem obstáculos significativos que impedem a concretização desses direitos. Como a própria estruturação desses programas, que com frequência carrega como herança normas higienistas e punitivistas que estão em desacordo com as novas leis. (BERCLAZ; Lopes, 2019, p. 1450).

Outro fator importante, no que diz respeito ao direito de maneira geral e, em especial, aos direitos das crianças e adolescentes, é a instituição familiar, que ao longo da história foi compreendida de diversas formas e assumiu diferentes configurações. Em geral, a formação dos estados modernos e de bem-estar social possibilitou que sob o dogma da medicina o núcleo familiar fosse influenciado de maneira direta ou indireta. Assim, as crianças e adolescentes estiveram, em

momentos diferentes, sujeitas a decisões familiares absolutas ou a sistemas assistenciais que estigmatizam as famílias como “imorais” ou “desestruturadas”, dependendo do tipo de arranjo familiar.

Nossa Constituição eleva a instituição familiar como a base da sociedade, a partir do Art. 226 que aborda “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.” (Brasil, 1988, Art. 226, não paginado), atribuindo ao Estado o dever de protegê-la. Dispõe sobre a facilidade de conversão da união civil em casamento nas relações heterossexuais, equiparando o direito dos cônjuges, independente do gênero. Além disso, amplia a noção de parentalidade ao garantir o reconhecimento de filhos fora do casamento legal e concede à família o direito ao planejamento familiar.

Vale ressaltar que a concepção de instituição familiar sofreu alteração no ano de 2011, com o reconhecimento de casamentos homoafetivos. No entanto, esse reconhecimento não refletiu na alteração expressa da Constituição, pois ocorreu por meio de uma alteração na interpretação da mesma e do Código Civil através de uma decisão do Supremo Tribunal Federal que reconheceu a união homoafetiva equiparada a união estável proibindo os cartórios a se negarem a realizar a união estável de pessoas do mesmo sexo. Tornando o casamento igualitário um direito em constante risco, sempre em discussão e às vésperas de ataques conservadores.

Já no parágrafo § 8.º do Art. 226, “o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.” (Brasil, 1988, Art. 226, não paginado). Neste ponto, o Estado demonstra que, apesar de ser considerada a base da sociedade, a família não é absoluta e a violência em seu núcleo será passível de punições. A violência contra crianças e adolescentes é abordada de maneira direta na Constituição - conforme declara o Art 227, que será abordado mais à frente-, e posteriormente no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Nº 8.069/1990, Art 5º).

A proteção integral a esse grupo nos permite analisar que a mudança legislativa referente às violências e abusos no interior da família, fez emergir dois sujeitos em posição de vulnerabilidade: as mulheres e as crianças. Isso permitiu a elaboração de leis e punições mais severas e desmistificou a concepção de que as decisões e ações familiares são única e exclusivamente do campo privado.

As mudanças legislativas significaram uma transformação que orienta a Constituição de 1988, a qual pode ser referida como o princípio da proteção integral.

Que representou a superação da noção de “*pátrio poder*”, ou seja, do poder concentrado na figura do pai como chefe da família. Em seu lugar, no Art 227 de tal documento, inseriu-se a noção de “*poder parental*”, que atribui à família³ a responsabilidade pelas decisões relativas à criança e ao adolescente. No entanto, essas decisões devem visar o bem-estar integral, implica que a família, em conjunto com o estado, assegure os direitos fundamentais estabelecidos em lei. Assim, “[...] os direitos da Criança e do Adolescente são aqueles que regulam todas as relações que os envolvem. Não são apenas os preceitos contidos no Estatuto, mas sim em todos os diplomas legais em que crianças e o adolescente sejam partes. (Fontoura, 2011, p.38).

Ao regular todas as relações envolvendo as crianças e adolescentes, os direitos fundamentais os acompanham em todas as circunstâncias. Essa virada legislativa torna-se clara quando realizamos uma análise mais detalhada, revelando que as Crianças e Adolescentes são representados na Constituição como sujeitos em desenvolvimento que necessitam de condições adequadas para seu pleno crescimento. Nesse sentido, o princípio da proteção integral orienta todas as interações e convoca diversos setores sociais para esta responsabilidade. O constituinte originário estabeleceu os direitos de crianças e adolescentes por meio da redação do art. 227:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Brasil, 1988, Art. 227).

Nesse artigo, fica evidente a partilha de responsabilidade entre Estado, família e sociedade na garantia dos direitos da infância e adolescência brasileira. Dessa forma, todos esses setores compartilham a responsabilidade de zelar pelas questões que envolvem esse grupo. É fundamental destacar a noção de absoluta prioridade, que se origina da compreensão do indivíduo em desenvolvimento mencionada anteriormente, estabelecendo a preferência desse grupo no recebimento de socorro

³ A noção de família, assim como o conceito de casamento, também foi ampliada para incluir a ideia de multiparentalidade, em que os laços afetivos também são reconhecidos. Garantindo o pleno desenvolvimento da criança e o reconhecimento de todos os laços afetivos e biológicos que contribuem para sua formação e identidade, promovendo assim uma perspectiva mais inclusiva e ampliada do conceito de família.

e no acesso a serviços públicos, bem como na formulação de políticas e no uso de recursos públicos. Nesse sistema de compartilhamento de responsabilidades e deveres, cada setor tem a incumbência de garantir a preservação dos direitos fundamentais, com especial atenção às crianças, uma vez que elas vão adquirindo consciência de seus direitos à medida que amadurecem, tornando-se, assim, sujeitos considerados em estado peculiar de desenvolvimento.

Quanto ao trabalho na infância e adolescência, a Constituição proíbe o trabalho infantil - art. 7º, inciso XXXIII “proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos” (Brasil, 1988, art. 7º, não paginado). Além disso, regulamenta o trabalho na adolescência, estabelecendo a idade mínima de 14 anos - na condição de aprendiz - e jornada de trabalho que não exceda seis horas diárias. É importante destacar que, atualmente, as atividades desempenhadas pelos jovens aprendizes não devem ocorrer em ambientes de trabalho que representem riscos à sua saúde e desenvolvimento - Art 43 da CLT, Parágrafo único “O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola” -, essas regulamentações têm como objetivo principal garantir o acesso à educação e assegurar o pleno respeito a todos os direitos trabalhistas.

A regulamentação do trabalho durante a adolescência, pode ser considerada um reflexo da ideologia neoliberal no mercado brasileiro. As normativas não se traduzem em fiscalizações adequadas, o que resulta na existência de ambientes de trabalhos inseguros e irregulares para esses jovens. Além disso, essa abordagem não garante necessariamente a adesão desses jovens ao mercado de trabalho posteriormente. Pesquisas recentes têm apontado que a inserção de jovens em espaços de trabalho precários pode ter impacto negativo no desempenho escolar e “[...] Evidenciam também que aqueles que começam a trabalhar cedo possuem mais chances de abandonar os estudos, o que leva ao comprometimento de suas oportunidades de crescimento.” (Rosa, 2014, p. 176). Deste modo, a regulamentação do trabalho na adolescência gera fortes impactos na realidade escolar brasileira, sendo um dos principais fatores que contribuem para a desistência escolar, que tem sido um dos grandes desafios da educação pública brasileira.

Quanto às políticas de assistência das crianças e adolescentes, a Constituição prevê que o Estado, em conjunto com entidades não governamentais, seja responsável por promover campanhas e projetos relacionados à saúde - Art 227, § 1º “O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais [...]” (Brasil, 1988, Art 227, não paginado). Esses programas e projetos têm como objetivo prático garantir direitos fundamentais, como o acesso à saúde, para grupos específicos. É importante ressaltar que essas políticas assistenciais podem ser implementadas em níveis federal, estadual e municipal, envolvendo recursos públicos e privados. No entanto, a Constituição, ao estabelecer a responsabilidade do Estado, deixa em aberto a origem dos recursos financeiros, não especificando a quantidade e a maneira que isso será concretizado nas diferentes instâncias. Consequentemente, a ausência de orientações financeiras objetivas coloca os programas de assistência à saúde de crianças e adolescentes em segundo plano, sujeitando-os a um risco constante de descontinuidade.

Após compreender o histórico legislativo que envolve as crianças e adolescentes, é notável a mudança na representação trazida pela Constituição Cidadã. No entanto, o caráter relacional da história nos lembra que as leis são produtos do seu próprio tempo. Ou seja, a existência de uma Constituição progressista se deve às mobilizações de diversos grupos em uma sociedade que buscava a redemocratização e a ampliação das representações sociais e legais. Contudo, não podemos ignorar as complexas disputas de poder na construção e, hoje, na reconstrução das leis. Assim, retirando a Constituição do lugar de um documento completo e acabado. Pois, a realidade atravessa o cotidiano e as leis, para além de uma legislação progressista as mesmas têm de conviver com representações da infância e adolescência que as consideram um produto inacabado e por isso assujeitado a decisões familiares e legislativas de maneira vertical.

Ao analisarmos a construção constitucional e o processo legislativo brasileiro, percebemos que a definição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos é uma conquista bastante recente. Isso decorre, principalmente, dos processos relacionados à luta pela redemocratização brasileira e ao reconhecimento de sujeitos que há muito tempo faziam parte do cenário nacional como resistência, mas não tinham seus direitos assegurados em lei. Portanto, a legislação pode nos auxiliar para

a elaboração de reflexões valiosas acerca de como as crianças e adolescentes estiveram inseridos nas diferentes realidades materiais e sociais. Além disso, retomar as análises sobre a legislação assistencial na ditadura é relevante, pois denuncia a ambiguidade de um regime antidemocrático e autoritário que, paradoxalmente, utilizava das leis para empreender ações violentas contra a infância e adolescência em situação de vulnerabilidade.

Diante desse cenário, as conquistas legislativas se fundamentaram na concepção de Estado democrático, guiado pelos princípios dos Direitos Humanos. Essa abordagem levou ao reconhecimento do acesso a serviços essenciais, como saúde, educação, moradia e outros, como condições indispensáveis para assegurar a cidadania e a dignidade humana. Esse reconhecimento culminou, especialmente no caso das crianças e adolescentes, na noção de direitos fundamentais e proteção integral. Sem dúvida, essa mudança de paradigma refletiu-se em uma legislação progressista que resultou na criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, cujo propósito é nortear uma ampla gama de questões que afetam esses sujeitos.

Apesar dos avanços legislativos conquistados formalmente, não é possível compreender as legislações brasileiras fora de sua construção histórica. Lembrando o passado colonial e escravagista vivenciado pelo país, os quais sempre mantiveram uma elite econômica e social que em diversos momentos se reestruturaram e se mantiveram no poder. Portanto, a formulação constitucional instaurou avanços no campo legal, mas não rompeu com as estruturas coloniais como as questões de classe, raça e gênero, assim o próprio modelo de constituição passa por críticas, já que por vezes sustenta essas estruturas de desigualdade.

É importante ressaltar que a sociedade brasileira é profundamente marcada por ideias neoliberais, tanto no âmbito social quanto econômico. Nesse contexto, conceitos como meritocracia frequentemente entram em conflito com os princípios estabelecidos como direitos fundamentais, ao mesmo tempo em que estimulam a desigualdade social. Portanto, o capitalismo aliado ao liberalismo, apresenta consideráveis desafios na formulação de políticas de assistência e exercem influência direta na cultura e nas concepções relacionadas à infância e adolescência.

Por isso, revisitamos a pesquisa mencionada na introdução deste artigo, a qual destacou que, embora a pobreza monetária na infância e adolescência foi reduzida no Brasil, as múltiplas privações de direitos não acompanharam essa

redução. Para elucidarmos questões como essa, baseamo-nos na concepção da filósofa Nancy Fraser de redistribuição, reconhecimento e participação:

A abordagem que proponho requer que se olhe para a justiça de modo bifocal, usando duas lentes diferentes simultaneamente. Vista por uma das lentes, a justiça é uma questão de distribuição justa; vista pela outra, é uma questão de reconhecimento recíproco. (Fraser, 2002, p. 11).

Essa abordagem nos permite analisar a justiça sob duas perspectivas interligadas: a distribuição justa de recursos e o reconhecimento recíproco. Deste modo, distribuição de renda e reconhecimento caminham juntos. Embora a pobreza monetária na infância e adolescência tenha diminuído, isso não se traduziu em distribuição justa de renda, já que não tivemos políticas públicas efetivas que levassem em consideração as diferenças dentro das infâncias brasileiras. A partir da noção de reconhecimento, podemos afirmar que a legislação atual reconheceu a diversidade das infâncias e adolescências formalmente, mas isso isoladamente não garantiu a seguridade dos direitos. Isso ocorre porque a privação de participação social sempre esteve em pleno funcionamento, ancorada muitas vezes no direito, que frequentemente estigmatiza crianças e adolescentes empobrecidos, rotulando-os como um suposto risco à sociedade e como a nova face da marginalidade brasileira. Em outras palavras, a mudança legislativa ocorreu de maneira isolada sem a participação social efetiva desses sujeitos e menos ainda a distribuição de renda, de modo que não representou as transformações das estruturas de raça, classe e gênero.

Em última análise, podemos afirmar que a Constituição Cidadã inaugurou uma nova perspectiva e marcou o início de uma mudança na concepção de infância e adolescência no Brasil. Contudo, a persistente desigualdade econômica e social, continuam a ser o grande obstáculo na superação de violências que permeiam o cotidiano da maioria das nossas crianças e adolescentes. Além das leis progressistas, a mudança efetiva na concepção das infâncias e adolescências empobrecidas deve partir também da noção de reconhecimento e distribuição de renda que garante a participação efetiva desses grupos. Isso implica no impedimento de um ciclo de violência na infância e adolescência que se repete e marca a história do Brasil.

2.2. CRICIÚMA NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO: REPENSANDO A CIDADE

A cidade de Criciúma está localizada no sul do Estado de Santa Catarina, na chamada Região Carbonífera. A descoberta do carvão no século XIX promoveu mudanças significativas à vida na cidade, assim como a construção de uma narrativa histórica que elevou o minério a um símbolo de desenvolvimento e sucesso. Diversos fatores convergiram para a interconexão do carvão com a identidade de Criciúma. O protecionismo estatal assegurou a aquisição de grande parte do carvão local, tornando-o o principal produto comercializado e, conseqüentemente, inibindo a diversificação econômica na cidade. Essa conjuntura contribuiu para que a cidade do sul de Santa Catarina viesse a ser reconhecida como a “cidade do carvão”.

A fundação do Núcleo São José, que posteriormente se tornaria Criciúma, remonta a 1880 com a chegada dos primeiros imigrantes italianos. A concessão de terras por parte do governo, em troca de uma quantia de dinheiro ou de serviços para o Estado, como a abertura de estradas ou construção de pontes, marcou esse primeiro período. É importante ressaltar que a narrativa em torno da figura do imigrante muitas vezes está repleta de estereótipos e pouco relacionada aos benefícios concedidos pelo governo, devido a uma política de eugenia bastante presente na época. Contudo, é importante analisar o modo de vida dos primeiros imigrantes do núcleo, fundamentado em uma agricultura de subsistência e no comércio de alguns produtos, bastante diferente do que viria ser o modo de vida após a extensiva extração do carvão.

As descobertas das jazidas de carvão no início do século XIX desencadearam um período de intensas transformações sociais e econômicas. Inicialmente, os métodos de extração eram artesanais, e o transporte do carvão para os principais portos ocorria por meio de tração animal. Foi somente a partir de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas e a implementação de diversas políticas protecionistas, que o carvão passou a ocupar grande espaço na economia nacional e regional. A criação da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina otimizou o escoamento do minério em nível nacional, destacando o investimento na comercialização do carvão.

A formação inicial de Criciúma, representada na figura do imigrante, também era marcada por desigualdades, seja na concessão de terras ou a própria estrutura familiar, que poderia privilegiar o trabalho na agricultura, dependendo do número de filhos aptos para as atividades laborais do campo. No entanto, com a extração do carvão, o cenário se modificou, e novos personagens passaram a compor a estrutura

econômica e social da cidade e as desigualdades se intensificaram. Isso inclui as migrações internas para o trabalho nas minas, mas principalmente as companhias e empreiteiras que se instalaram cada vez mais na cidade, visando a exploração do subsolo local. Como destaca Teixeira (1995):

[..] alguns empreiteiros e/ou firmas do Rio de Janeiro que obtiveram do governo concessão do Estado para explorar o cobiçado minério. Novamente a presença do Estado será fundamental e vai explicar (em parte), a mudança que ocorreu nas elites dirigentes da cidade a partir do "novo" modelo de desenvolvimento (baseado na mineração), quando outros atores entram em cena, em substituição aos comerciantes e antigos coronéis que comandaram a cidade até o final da década de 30. (Teixeira, 1995, p. 43).

As transformações econômicas e sociais da cidade foram moldadas pelas regulamentações governamentais e, principalmente, pelo incentivo ao carvão como um dos principais produtos nacionais. Isso provocou mudanças de cunho social e econômico, pois as dinâmicas de trabalho modificaram-se profundamente. Havia dois grupos à frente das atividades econômicas: as empreiteiras, detentoras dos principais meios de extração, e uma pequena elite local que coordenava esse processo, embora não detivesse efetivamente os meios e o monopólio econômico da cidade. Dessa forma, a ascensão do governo Vargas e seu incentivo à industrialização nacional desencadearam profundas mudanças na vida urbana e social de Criciúma.

O auge dessas políticas protecionistas e, conseqüentemente, o período mais frutífero para a extração de carvão em Criciúma ocorreu entre os anos 1940 e 1950, em decorrência da ascensão da Segunda Guerra Mundial. A criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1945 evidenciava as expectativas do governo em relação ao mercado do carvão. Nesse momento, todo o contingente de Santa Catarina teve sua compra garantida pelo Estado. Segundo o historiador Carlos Renato Carola (2002), Criciúma transformou-se num verdadeiro “queijo suíço”, com a abertura de bocas de minas em todos os lugares, chegando ao ponto de comercializar pedras. Esses eventos refletiram na criação das principais minas e em como o carvão passou a tornar-se parte integral do ambiente urbano.

A compra garantida pelo governo contribuiu para que a economia de Criciúma se estruturasse em torno do carvão, resultando em pouca diversificação econômica. Todo esse arranjo econômico favorecia uma pequena parcela da população, composta por uma elite carvoeira, e deixava a cidade em posição bastante vulnerável

a cada crise no setor carbonífero. A falta de diversificação econômica não se limitava apenas às políticas protecionistas de Vargas, conforme observado por Teixeira (1995). Para os principais empresários do carvão, a diversificação econômica poderia significar partilha de poder e menos lucro, por isso esse entrave se estendeu por muitos anos, resistindo a diversas crises do setor.

A intensa extração de carvão e a instalação das companhias siderúrgicas promoveram profundas mudanças no modo de vida e na própria estruturação da cidade. O antigo Núcleo São José, caracterizado por uma economia familiar, deu lugar a um conjunto de minas que se espalhavam pelos principais pontos da cidade, atraindo uma diversidade de trabalhadores e trabalhadoras de diferentes localidades. Esse cenário remodelou significativamente o ambiente e o cotidiano da população criciumentense. O novo modo de trabalho demandava uma jornada de longas horas nos subsolos, mas não se limitava apenas aos mineiros, fora das minas, embora pouco documentado, mulheres e crianças também desempenhavam papel na escolha do carvão, conforme evidencia a pesquisa do historiador Carlos Renato Carola:

Em relação às mulheres, mais de 68% encontravam-se na faixa etária de 14 a 20 anos de idade (a idade mínima estabelecida pelos mineradores para trabalhar na escolha era 14 anos, mas nossa pesquisa comprova que muitas crianças já começavam antes dos 12 anos); na força de trabalho das minas de Criciúma, apenas 18% eram nascidas nesta cidade, o que comprova a intensa corrente imigratória e o acelerado crescimento populacional na década de 40; menos de 20% eram mulheres negras de 84% eram solteiras quando foram admitidas; 51% eram analfabetas e 45% tinham instrução primária; pertenciam a famílias pobres, que sobreviviam dos trabalhos na roça, lavoura e pesca, vindas das pequenas cidades e vilarejos circunscritos no litoral sul do estado de Santa Catarina, entre os quais Tubarão, Laguna, Imaruí, Araranguá, Jaguaruna, Orleans, Urussanga, entre outros [...] (Carola, 1997, P. 23).

Segundo os dados do IBGE, de 1940, a população negra em Criciúma correspondia a um total de 5,7%. Dentro desse contingente, 51% eram mulheres. Assim, os números apresentados pelo historiador despertam a atenção, pois revelam que um pouco menos de 20% de mulheres negras estavam empregadas nas minas. Essa proporção, quando comparada ao número total de mulheres negras na cidade, evidencia a significativa presença de trabalhadoras negras nesse setor específico. Essa realidade aponta para as dinâmicas raciais da época, as quais submetiam essas mulheres a condições de trabalho extremamente degradantes e insalubres, afetando sua saúde e as compelindo a trabalhar mais por salários extremamente baixos.

As leis que regulamentavam as minas não refletiam suas realidades objetivas, uma vez que a presença de mulheres grávidas e crianças era comum. No que diz respeito à escolaridade e ao local de nascimento das trabalhadoras, a instalação das minas provocou alterações nos fluxos migratórios internos, principalmente no extremo sul catarinense. As famílias que se estabeleceram em Criciúma, vindas do litoral ou de áreas rurais sem propriedade de terra, enxergavam nas minas a oportunidade de estabilidade e melhores condições de vida. No entanto, a expansão carbonífera gerou mudanças na cidade que perduram até hoje, e as condições de trabalho estavam distantes dos ditames regulamentares. A busca por melhoria na qualidade de vida deu lugar à busca pela sobrevivência em meio a pirita⁴ e esgoto a céu aberto.

A extração do carvão introduziu uma nova lógica de trabalho, mais próxima do sistema capitalista do que o antigo modo de vida centrado na subsistência. Dessa forma, as minas adotaram uma abordagem mais fabril, impondo diversos regulamentos para condicionar os trabalhadores e trabalhadoras ao labor e à produção. No entanto, a partir de 1920, a lógica fabril punitivista começou a declinar, pois as greves tornaram-se frequentes, e as pequenas resistências no interior das fábricas eram comuns. Portanto, para interromper os meios de resistência proletária, o setor patronal envolveu-se em remodelar as fábricas e estendê-las para fora dos muros de concreto, passando a compor de maneira implícita a vida urbana.

O modo de vida do trabalhador passou a ser visto como imoral e insalubre, considerando-os incapazes de se autogerir. Nessa perspectiva, acreditava-se na necessidade de tutela e orientação médica, sanitária e moral. Apoiadas pelo discurso médico, as vilas operárias foram concebidas com o propósito de retirar o proletariado de condições habitacionais insalubres, proporcionando-lhes residências em ambientes higiênicos próximos ao local de trabalho. Contudo, em sua realidade as vilas escondiam:

[...] Na verdade, muito mais que uma maneira de morar, as vilas representavam a vontade de impor sutilmente um estilo de vida. Através da imposição das vilas operárias, vilas punitivas e disciplinares, estabelece-se todo um código de conduta que persegue o trabalhador em todos os espaços de sociabilidade, do trabalho ao lazer. As vilas, antíteses dos cortiços, permitem que o poder disciplinar exerça um controle fino e leve sobre o novo continente das pequenas relações cotidianas da vida do trabalhador.

⁴ A pirita é um resíduo sólido derivada da extração do carvão mineral, que quando exposto ao meio ambiente, pode reagir com oxigênio e água produzindo ácido sulfúrico e retirando nutrientes do solo, tornando-o impróprio para cultivo.

Eliminando todos os intervalos que separam vida e trabalho do dia-a-dia do operário, a forma burguesa de habitação designada para o pobre instaura um novo campo de moralização e de vigilância. Segregado nos bairros periféricos e distantes da cidade, o proletariado é ainda internado nos limites da minicidade que a vila pretende construir, possibilitando uma gerência patronal absoluta sobre todos os seus comportamentos. (Rago, 1985, p.177).

Dessa forma, o controle se estabelecia de maneira intrusiva na vida cotidiana dos trabalhadores, uma vez que seus vizinhos também eram seus colegas de trabalho, e os espaços de lazer e comércio frequentemente pertenciam aos seus patrões. Nesse contexto, a fronteira entre trabalho e vida privada praticamente desaparecia. Os códigos de conduta também se estendiam às vilas operárias, estabelecendo nos contratos de aluguel diversos detalhes sobre comportamento, incluindo até mesmo regras sobre a criação de animais. Apesar de serem um meio de controle abrangente, as vilas não conseguiram erradicar os meios de resistência ou organização dos trabalhadores que sempre estiveram presentes.

Em Criciúma, as vilas operárias mineiras também se estabeleceram como um meio de controle, mas suas dinâmicas e organizações foram bastante diferentes dos moldes das vilas operárias fabris. Ao contrário da proposta de ambientes higiênicos e sanitários das vilas operárias convencionais, as vilas mineiras foram construídas muito próximas das minas, sobre os rejeitos do carvão, com conglomerados de pequenas casas de madeira desprovidas de saneamento básico. Os trabalhadores tinham que acomodar suas famílias em construções com no máximo dois cômodos. Dessa forma, as empresas carboníferas encontraram uma solução econômica para fixar a mão de obra na cidade, alugando casas para seus funcionários e assim estabelecendo residência próxima ao local de trabalho, visando aumentar a produtividade. As vilas operárias mineiras não eram apenas um meio de fixar a mão obra, mas também representavam uma nova lógica de trabalho e uma reestruturação do ambiente urbano. Nesse contexto, Criciúma passou a abrigar tanto a agricultura quanto a extração do carvão, introduzindo novas dinâmicas de moradia e intensificando a exploração dos recursos naturais.

A partir dos anos de 1940 e 1950, impulsionada pela Segunda Grande Guerra, a extração do carvão atingiu seu ápice, consolidando as mudanças urbanas. Contudo, a “modernização” do processo de exploração do carvão teve um custo elevado para Criciúma, que passou a lidar com as graves consequências da poluição e falta de saneamento básico. Ademais, as vilas operárias mineiras transformaram-se em:

[...] ruelas estreitas e lamacentas, sem observar as mínimas normas de higiene, estes locais de habitação rapidamente foram levados à estafa, tornando-se um problema médico-sanitário de difícil solução, tanto para as autoridades estatais quanto para as próprias carboníferas que os idealizaram. (Alves, 2014, p. 184).

Portanto, as vilas mineiras passaram a abrigar um número cada vez maior de trabalhadores, e os problemas médicos e sanitários começaram a se tornar a principal preocupação desses ambientes. Doenças como tuberculose, varíola, desinterias, tifo e verminoses, disseminavam-se rapidamente, comprometendo a saúde de famílias inteiras. Com um sistema de assistência médica fragilizado, Criciúma enfrentou uma elevada taxa de mortalidade infantil, levando a necessidade de parcerias com o setor privado para combater as doenças que assolavam as vilas mineiras. As primeiras campanhas assistenciais concentraram-se na infância e na maternidade, visando reduzir a mortalidade infantil na região. Entretanto, as crianças empobrecidas foram o principal foco, e as campanhas, ao associarem pobreza à imoralidade, enxergavam a falta de estrutura como uma condição de risco. Mesmo assim, culpabilizavam as famílias, especialmente as mães, pelas doenças dos filhos.

A extração do carvão deixou marcas profundas e irreversíveis em Criciúma. Mesmo após a década de 1970, quando a cidade buscou diversificar sua economia e o petróleo enfrentou uma grande crise, levando o carvão a perder seu exclusivismo econômico, os impactos sociais, como a desigualdade e a poluição causada pelas minas, persistiram. Superar os tempos difíceis do carvão exigia muito mais do que apenas diversificação econômica; as vilas mineiras continuaram a existir, e os rejeitos do carvão continuaram a contaminar as águas. As mazelas decorrentes da exploração carbonífera foram amplamente divulgadas por diversos médicos e alguns políticos, mas as doenças e mortalidade não foram capazes de direcionar a cidade para a exploração de outros setores da economia. Após enfrentar diversas crises econômicas agravadas pela centralização do carvão como único setor econômico, as elites carvoeiras perceberam que os tempos de glórias do minério estavam se encerrando e o lucro nesse setor se esgotaria.

A finitude do carvão como recurso natural fundamentou a necessidade de diversificação econômica, uma vez que o temor de uma cidade fantasma após o esgotamento desse recurso permeava o pensamento de alguns membros da elite. A transição para uma economia mais ampla não ocorreu de maneira repentina, pois as

empresas mineradoras relutavam em abandonar completamente a exploração do carvão. Convencer a elite local demandou uma série de argumentos e eventos concretos, entre eles: a associação do carvão a problemas sociais e urbanos, a percepção de que a centralização econômica no carvão não gerava emprego para as mulheres de mineiros e, por fim, as significativas greves dos mineiros, especialmente a de 1960.

Esses elementos contribuíram para uma abertura econômica lenta e gradual, permitindo o surgimento de novos empreendimentos. Contudo, a ressalva permaneceu: a diversificação ainda era subordinada ao carvão, considerada uma complementação capaz de estabilizar a dinâmica econômica e social da cidade.

Diante dos expressivos impactos ambientais e sociais ocasionados pelas minas, somados às crises enfrentadas pelo setor carbonífero, Criciúma direcionou-se para outros segmentos econômicos, acompanhando o processo de redemocratização do Brasil. O processo de diversificação econômica marcou o início de uma transformação na importância do carvão e em seu simbolismo para Criciúma. Durante muitos anos, o carvão foi enaltecido como símbolo de orgulho pelos governos autoritários, como os governos militares. Contudo, deixar o carvão no passado tornou-se também uma forma de superar o período ditatorial.

Assim, a retomada democrática e a diversificação econômica se desenrolaram quase simultaneamente. Nesse cenário, o carvão, assim como sua elite econômica e política, passou a representar um lugar de atraso para a cidade não apenas em nível econômico, mas também em termos de identidade urbana. Em resposta, Criciúma implementou significativas mudanças estruturais e sociais, visando “modernizar” suas ruas escondendo os impactos da exploração do minério.

Para compreendermos a relação entre carvão e identidade urbana, é imprescindível que façamos um questionamento: como a capital do carvão se tornou a cidade das etnias? Essa virada discursiva faz parte de um longo processo histórico que atingiu níveis econômicos e sociais. Embora a questão dos imigrantes e seus descendentes sempre tenha estado presente na composição da cidade, a ascensão do carvão silenciou e moldou a vida urbana. Assim, a valorização da questão étnica vai muito além de uma simples mudança historiográfica ou discursiva. Ao analisar profundamente os impactos do discurso étnico, podemos observar uma mudança estrutural significativa, principalmente nas áreas centrais da cidade de Criciúma.

A análise da polarização entre o discurso do carvão e o discurso dos imigrantes pode ser conduzida a partir de dois monumentos emblemáticos: o Monumento aos Homens do Carvão e o Monumento ao Imigrante. O primeiro, erguido em 29 de dezembro de 1946 na praça central Nereu Ramos, como símbolo comemorativo do 33º aniversário da instauração da indústria carbonífera no sul catarinense. Em contrapartida, o segundo, inaugurado no dia 6 de janeiro de 1966, também no centro da cidade, enfrentou extensas disputas discursivas até sua consolidação. Esses monumentos não apenas representam a efervescência discursiva local, mas também evidenciam o silenciamento de determinados grupos frente a outros, refletindo assim a complexidade das dinâmicas sociais e históricas de Criciúma.

O Monumento aos Homens do Carvão, construído no auge da extração carbonífera, apresentava a figura de um mineiro em tamanho real posicionado sobre um imponente pedestal, segurando algumas ferramentas essenciais para o trabalho no interior das minas. Além de homenagear os trabalhadores, a estrutura incluía uma placa que ressaltava os principais empresários da indústria carbonífera. Toda a composição destacava a extração do carvão como um significativo evento e a base econômica da cidade, alinhada com a realidade nacional e local previamente discutida. Entretanto, em 1971, alegando melhorar a visibilidade e representação, o monumento foi transferido para outro local e sofreu grandes alterações. Esse momento coincidiu com o declínio da indústria do carvão e o surgimento de discursos imigratórios, marcado por transformações na representação simbólica e objetiva da cidade.

Na realocação, o Monumento aos Homens do Carvão transformou-se em Monumento ao Mineiro, transferindo-se da Praça Nereu Ramos para a Praça Etelvina Luz, adjacente à primeira. Durante esse processo, ocorreram descaracterizações significativas, como a demolição do pedestal original e a inclusão de mais nomes de empresários na placa associada ao monumento. Em síntese, a estátua foi preservada, agora adornada por elementos florais e envolta por áreas gramadas. A remoção do pedestal não passa despercebida a análises mais detalhadas, no entanto, o motivo não se resume apenas ao declínio do setor carbonífero e à diversificação econômica. Coincide, igualmente, com o significado atrelado à Praça Nereu Ramos, conforme destacou Nascimento 2006:

De fato, a formação do espaço da praça Nereu Ramos remonta ao século XIX e é relatado nas memórias da colonização de Criciúma como o local em que os primeiros habitantes italianos levavam seus animais para beberem água, aonde havia uma vegetação abundante de cressiúmas (ou cresciúmas, crixiumas, criciúmas), pequena taquara abundante na região, e que acabou por dar o nome à cidade [...] Além disso, aponta-se também, nos relatos da colonização, aquele local como sendo aonde os imigrantes “arrearam as bagagens junto a um velho barracão erguido e abandonado por alguns sertanistas, à margem de um riacho, estava fundado o núcleo colonial de Criciúma” . De fato, a praça se constituiu como um espaço livre entre a estrada colonial de Urussanga a Araranguá e o templo da igreja católica do distrito, terminado em 1917, tendo sido efetivamente urbanizada na década de 1930. Ao redor da praça se localizaram as famílias mais importantes do lugar. (Nascimento, 2006, p. 121).

Portanto, a realocação do Monumento aos Homens do Carvão sinaliza uma reconfiguração nos locais consagrados como espaços de memória, estabelecendo, assim, uma delimitação quanto à extensão do carvão na identidade visual da cidade. Adicionalmente, instituiu espaços que dialogavam com alguns discursos da imigração, destacando não apenas essas narrativas, mas também as famílias descendentes que residiam na região. Assim, a representação do imigrante progressivamente se vincula à noção de fundação de Criciúma, fortalecendo o discurso de “pioneirismo”.

O Monumento ao Imigrante teve origem a partir de mobilizações na mídia da cidade, visando a valorização dos fundadores do antigo Núcleo São José. A estrutura é relativamente simples, composta por duas pedras de moinhos sustentadas por três colunas. Embora a simbologia agrícola da pedra de moinho seja facilmente interpretada, o significado das três colunas de sustentação, representando os três grupos de imigrantes (italianos, alemães e poloneses), demandou elaborações posteriores. Dessa maneira, a materialização do discurso étnico começou a se desenvolver em Criciúma, contrapondo-se ao discurso do carvão como base econômica e social da cidade, enfatizando os imigrantes como pioneiros e fundadores responsáveis por todas as conquistas subsequentes. Esse tipo de discurso é em especial:

Em Criciúma, emergiu no interior da cidade carbonífera um discurso centrado na atribuição de pertencimentos que se operacionalizou a partir da noção de origem. Essas estratégias discursivas centraram-se na figura do imigrante e valorizaram o grupo social constituído pelos seus descendentes. (Nascimento, 2006, p. 66).

Ao analisarmos os monumentos, torna-se evidente que a centralização do carvão não foi uma hegemonia constante. Apesar de o minério ter ocupado e

estruturado a cidade, existiam grupos com propostas discursivas distintas que, devido à centralização econômica e ao protecionismo estatal, enfrentaram resistência para se consolidar. A construção do Monumento ao Imigrante e a alteração do Monumento aos Homens do Carvão desestabilizaram figuras e discursos históricos consideradas constitutivos da cidade, corroborando com a ideia de que as narrativas históricas de uma cidade são estabelecidas conforme os arranjos sociais inseridos local e nacionalmente, ou seja, fazem parte de construções sociais. Essa análise revela a dinâmica complexa e controversa da identidade urbana de Criciúma ao longo do tempo.

Toda essa dinâmica também se refletiu na administração de Manique Barreto, prefeito de Criciúma de 1973 a 1977. Originário de Nova Veneza, Barreto mudou-se para a cidade para exercer a profissão de alfaiate, conquistando relevância no meio empresarial e, posteriormente, como vereador, até alcançar a liderança municipal. Diversas realizações podem ser atribuídas a ele, destacando-se, no entanto, a construção da Avenida Axial, posteriormente renomeada como Avenida Centenário.

A desvalorização do carvão acarretou severas críticas a tudo que se relacionava ao minério, incluindo a estrada de ferro que cruzava a cidade, passando também pelo centro. Ao instituir a Avenida Axial, Barreto eliminou os trilhos do centro da cidade, solucionando uma questão adicional associada a eles: a ocupação irregular de suas margens por uma população mais vulnerável, cuja presença recordava constantemente as problemáticas vinculadas à extração do carvão. Dessa forma, ao retirar os trilhos, o prefeito eliminou boa parte dos vestígios deixados pela extração de carvão da paisagem central.

Na gestão de Altair Guidi, a Avenida Axial foi completamente desenvolvida, consolidando-se como Avenida Centenário. Nascido em Criciúma, Guidi, ao contrário de seu antecessor, possuía formação acadêmica, tendo passado alguns anos no estado do Paraná, especificamente em Curitiba, onde formou-se em arquitetura pela Universidade Federal do Paraná UFPR. Ele exerceu o cargo de prefeito durante duas administrações: a primeira de 1977 até 1983, pela ARENA, e a segunda de 1989 até 1993, pelo Partido Democrático Social.

Influenciado por sua experiência em Curitiba e engajado em projetos de planejamento urbano, Altair Guidi buscava estabelecer paralelos entre Criciúma e Curitiba. Conhecido por suas grandes intervenções urbanas, o prefeito não apenas

pretendia remover a presença marcante do carvão da paisagem criciumense, mas também conferir uma nova identidade à cidade, por meio de propostas modernizadoras.

Suas primeiras ações concentraram-se na Avenida Axial, rebatizada como Avenida Centenário, em referência aos 100 anos da cidade, inserindo-se em um projeto mais abrangente, que abordaremos posteriormente. O intuito era humanizar a avenida, incorporando elementos como árvores e iluminação, além de inaugurar um terminal de ônibus. Além disso, foram realizados investimentos em áreas destinadas a pedestres na região central, criando um calçadão arborizado e com bancos, visando transformar o centro em uma zona de lazer para a população. Outra obra emblemática foi a transferência do Paço Municipal do centro da cidade para o antigo aeroporto, dando origem ao Parque Centenário em seu entorno.

Inspirado pelo modelo de desenvolvimento urbano de Curitiba, a gestão de Altair Guidi em Criciúma empenhou-se em mobilizar diversos elementos para transformar a identidade visual da cidade. O objetivo era transcender a associação exclusiva com o carvão, reconhecendo a contribuição histórica do minério, mas reposicionando-o como um elemento que, na lógica desenvolvimentista, não mais condizia com a modernidade experimentada no contexto global e local. Essa abordagem buscava uma redefinição simbólica e conceitual de Criciúma, alinhada a uma visão de progresso e contemporaneidade.

Além das intervenções estruturais no centro da cidade, a celebração do centenário reconfigurou a historiografia local, elevando os “pais fundadores” ou os “pioneiros” ao papel de destaque. Desse modo, a antiga “cidade do carvão” foi gradativamente substituída pela narrativa da “cidade das etnias”. Essa mudança identitária foi plenamente consolidada em 1980, ano em que se celebraria o centenário da fundação da cidade. Como discutimos anteriormente, a celebração não se limitou a um único dia de evento, estendendo-se por diversas ações e projetos por vários pontos da cidade. Segundo Gonçalves (2011), várias iniciativas foram implementadas visando manter o impulso dessas comemorações, destacando-se três delas: o Museu da Colonização Augusto Casagrande, o Monumento às Etnias e posteriormente a Quermesse de Tradição e Cultura.

Todas essas iniciativas retomavam o passado da cidade de Criciúma, especialmente o período da chegada dos primeiros imigrantes. O intuito era desvincular a cidade de sua associação exclusiva com o carvão, destacando a jornada

dos imigrantes, tidos como cruciais para o sucesso de Criciúma. É relevante observar que, nesse contexto, a construção do Monumento às Etnias introduziu o uso do termo na cidade, sendo posteriormente amplamente difundido e repetido para a população. Mesmo que a comunidade convivesse com a presença e com a descendência de imigrantes, nada se relacionava com o termo recém difundido.

Os discursos que se apoiam na noção de etnicidade costumam fundamentar-se na ideia de um mito fundador, mas, além disso, baseiam-se em características consideradas “naturais” de determinados grupos em oposição a outros. No caso de Criciúma, a concepção de fundação, ou mesmo de primeiros habitantes, nega diversos fatos históricos, como: a presença negra e indígena na região, a política eugenista que subsidiou a imigração europeia para o Brasil, a facilitação na compra de terras e o genocídio indígena empreendido pelos imigrantes e endossado pelo governo federal.

Podemos interpretar as comemorações do centenário e as transformações urbanas como exemplificações do que Hobsbawm denominou:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.[...] Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. (Hobsbawm, 1997, P. 10).

Conforme discutido anteriormente, os discursos relativos à imigração permeavam a rotina da cidade, estabelecendo relação com os descendentes que ali residiam. No entanto, a atuação do poder público em relação ao fator imigração demonstrou uma significativa distância em relação à realidade dos primeiros imigrantes. Através da comemoração do centenário, criação de monumentos e uma nova narrativa oficial, buscou-se por meio da repetição e teatralização reestruturar os espaços urbanos. O objetivo era transformar a cidade que outrora foi celebrada pela exploração carbonífera na “cidade das etnias”, mesmo que a maioria da população não se visse representada nos estereótipos compartilhados.

As gestões de Altair Guidi podem ser segmentadas entre o primeiro mandato, que corresponde ao período de redemocratização, e o segundo mandato, abrangendo a retomada democrática. Enquanto o primeiro mandato visava reestruturar a cidade,

especialmente afastando-se do legado do carvão e enfatizando a imigração como o marco fundador de Criciúma, o segundo mandato iniciou-se após a promulgação da nova Constituição Federal, que consolidou a democracia brasileira. Nesse período, Guidi continuou a reestruturação urbana e promoveu o discurso das etnias. No entanto, a maneira como o arquiteto deu continuidade à tentativa de deixar o carvão no passado tornou-se mais complexa, alinhando-se aos princípios constitucionais.

Na sua primeira administração, o prefeito implementou modificações significativas no centro da cidade, enquanto os bairros periféricos e as vilas operárias permaneceram com a mesma estrutura e as marcas da extração do carvão, incluindo o empobrecimento das famílias e elevadas taxas de mortalidade infantil.

Com a redemocratização brasileira, a Constituição Cidadã trouxe consigo uma ampliação do foco para outros sujeitos, como foi o caso das crianças e adolescentes. Foi a partir dessa perspectiva que a gestão municipal buscou dar continuidade às transformações empreendidas em Criciúma. A infância passou a ser percebida como uma fase crucial para o desenvolvimento econômico da cidade, alinhando-se com a tendência nacional, tornando-se o foco central da administração municipal. Dessa forma, em 1990, foi elaborado o Projeto Criciúma Criança, que foi além de uma política assistencial, emergindo como um símbolo da cidade em seus primeiros passos, livre do carvão e influenciada pelos ideais democráticos.

3. O PROJETO CRICIÚMA CRIANÇA: INTERSECÇÕES ENTRE OS NOVOS DIREITOS INFANTO-JUVENIS (CONSTITUIÇÃO, ECA E CONVENÇÃO)

Neste capítulo, buscaremos analisar o Projeto Criciúma Criança como uma iniciativa de reestruturação urbana fundamentada na noção de promoção dos direitos das crianças e adolescentes. Vamos explorar suas conexões com a Constituição Cidadã (1988), o Estatuto da Criança e Adolescente (1990) e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e do Adolescente (1989). Desta forma, examinaremos as principais transformações decorrentes do projeto, delineando uma nova configuração urbana que estabelece uma relação direta entre infância e cidade.

O capítulo será dividido em dois subtópicos. O primeiro, intitulado “O Projeto Criciúma Criança e a Proteção Integral da População Infanto-juvenil”, analisará de que maneira o projeto se relaciona com documentos voltados para a infância e adolescência, tanto em nível nacional quanto internacional. A partir do documento base, exploraremos como o Projeto Criciúma Criança inaugurou uma nova abordagem para conceber a infância e adolescência, especialmente na estruturação de políticas públicas. Com esse enfoque buscando garantir uma proteção integral do indivíduo em desenvolvimento.

O segundo subtópico, intitulado “A cidade como metáfora: Criciúma uma cidade Criança”, abordará as mudanças na identidade urbana de Criciúma a partir das ações desenvolvidas no projeto. Caracterizando o Projeto Criciúma Criança como uma política pública ampla, não apenas visando a garantia de direitos à infância e adolescência, mas também buscando reconfigurar a cidade, impactando toda a população local.

3.1. O PROJETO CRICIÚMA CRIANÇA E A PROTEÇÃO INTEGRAL DA POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL

O Projeto Criciúma Criança foi desenvolvido em um período de significativas transformações legislativas e sociais tanto em Criciúma, quanto no restante do país. Consideramos um contexto mais amplo, embora os documentos como a Constituição Cidadã (1988), o Estatuto da Criança e Adolescente (1990) e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e do Adolescente (1989) tenham sido formalizados antes ou mesmo depois de sua criação, em 1990. Essas mudanças

ocorreram de maneira gradual e processual, o que nos permite considerar tais documentos como influências na sua elaboração.

O registro da primeira movimentação do chamado Documento Base que deu origem ao Projeto ocorreu em janeiro de 1990, o que sugere que ele pode ter sido pensado no ano anterior. No entanto, não há fontes que confirmem essa informação de maneira precisa, considerando que o documento foi finalizado nos primeiros meses de 1990, é plausível pensar que sua preparação tenha ocorrido ao longo do ano de 1989.

O documento base do Projeto Criciúma Criança foi finalizado no mês de janeiro, no entanto, a inauguração do projeto não ocorreu na mesma data. Como podemos observar na matéria do Jornal Tribuna Criciumense, publicada em 2 de maio de 1990, o título “Projeto Criciúma Criança será lançado neste mês” indica a previsão de lançamento para maio.

É intenção do prefeito Altair Guidi apresentar à comunidade cricumense, até meados deste mês de maio, o projeto Criciúma Criança, cujos cartazes encontram-se espalhados pela cidade. [...] Para tanto, o prefeito Guidi acaba de receber o documento básico do projeto Criciúma Criança, a ser implantado, a partir deste mês, da comissão formada pela Secretária Municipal de Educação, Vera Maria Silvestre Cruz e presidente da AFASC, Sandra Zanatta Guidi. (Projeto Criciúma Criança será lançado neste mês, 1990, não paginado)

Ao analisarmos o trecho mencionado, parece provável que a inauguração tenha ocorrido poucos dias após a publicação dessa matéria. Contudo, uma nova notícia publicada pelo mesmo jornal sugere outra previsão, mencionando que o início do projeto estaria prevista para o mês de agosto.

Quando de sua participação no jantar de lançamento da II Quermesse de Tradição e Cultura, que iniciou dia 03 e se prolongará até o dia 10, feita pelo presidente da Comissão Central organizadora, Guido Búrigo, na noite de quinta-feira, dia 02, no Restaurante Muchila's, o prefeito Altair Guidi confidenciou a nossa reportagem que o tão aguardado projeto Criciúma Criança será levado a público no dia 23 do corrente mês. (Projeto Criciúma Criança será lançado pela prefeitura dia 23, 1990, não paginado).

As divergências nas datas indicam que o projeto pode ter passado por ajustes ao longo do período até sua efetiva implementação e divulgação final. Observa-se a menção de duas datas diferentes em relação à inauguração, sugerindo que o projeto foi planejado e aprimorado por um longo tempo, sendo tratado pelo poder municipal como uma iniciativa assistencial de grande importância.

Outro aspecto a ser analisado, com base nas informações presentes nos jornais, é a composição dos participantes e formuladores do Projeto Criciúma Criança. Um destaque importante é a participação da então primeira dama, Sandra Zanatta Guidi, mencionada anteriormente pelo jornal Tribuna Criciumense. Formada em Ciências Biológicas em 1973 e em Pedagogia em 1986, Sandra presidiu a Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma (AFASC) nos anos de 1977 a 1992.

A Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma (AFASC) foi criada em 1973 pela ex-primeira dama Zulma Naspolini Manique Barreto, com objetivo de ser uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos e não governamental. Atuando na assistência de grupos como crianças, mulheres e idosos em situação de vulnerabilidade. Com o tempo, a associação ganhou maior espaço em Criciúma e, por meio de parcerias com a prefeitura, passou a integrar o setor de educação infantil, espaço no qual atua até hoje. Portanto, ao analisarmos a atuação de Sandra Zanatta Guidi como presidenta da instituição, especialmente no período de criação e implementação do Projeto Criciúma Criança, nos revela uma grande participação na questão infanto-juvenil, sobretudo na expansão dos Centros de Educação Infantil.

Dessa forma, Sandra a partir de seu lugar de primeira-dama, presidenta da AFASC e professora, colocou em espaço de centralidade a ampliação do número de creches e a formulação de diretrizes referentes à educação. No entanto, ao se discutir o governo de Altair Guidi, e especialmente o Projeto Criciúma Criança, a ex-primeira-dama é pouco ou até mesmo nunca mencionada, o que pode levar à falsa ideia de que o prefeito idealizou sozinho a cidade e o projeto. Ao analisarmos as referências jornalísticas e documentais, fica evidente que a AFASC exerceu um papel estruturante para que o projeto alcançasse determinados objetivos projetados para a educação infantil.

De forma similar, Antenor Naspolini também esteve envolvido em discussões sobre infância e adolescência em Santa Catarina. Natural de Criciúma, lecionou na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Entre 1983 e 1986, coordenou o programa Pró-Criança, uma iniciativa do governo do estado voltada para crianças com menos de sete anos, com foco em saúde e nutrição. Segundo jornal Tribuna Criciumense, Naspolini também participou do Projeto Criciúma Criança, conforme trecho a seguir:

Este projeto que atingirá crianças desde o seu nascimento, elaborado por gente de Criciúma tendo a frente Antenor naspolini, segundo Guidi, devido a sua abrangência eficiência e importância serviu de modelo Para que o governo federal implantasse, em tempo recorde, o estatuto do menor e do Adolescente, a ser lançado em outubro, por ocasião do dia da criança. (Projeto Criciúma Criança será lançado pela prefeitura dia 23, 1990, não paginado)

A participação de Antenor Naspolini, bem como a possível conexão entre o Projeto Criciúma Criança e o Estatuto da Criança e do Adolescente, levantam pontos importantes para a análise. Essa ligação é destacada nas declarações do jornal e nas palavras do prefeito, que apontam para a suposta relevância do nacional do projeto. O trecho a seguir ilustra essa perspectiva:

Num primeiro contato informal com o ministro da saúde oportunidade em que foi entregue o projeto Criciúma criança, o prefeito Guidi, além de receber boas informações sobre o projeto, obteve a confirmação que grande parte do estatuto da Criança e do Adolescente, implantado pelo Governo Federal, Foi extraído deste Arrojado projeto de fundamental importância para Criciúma, e que, para ser concretizado deverá Contar com a participação de todos os segmentos da sociedade. (Criança e adolescente: estatuto federal foi extraído do Projeto Criciúma Criança, 1990, não paginado).

Vale destacar que o ministro mencionado no trecho anterior é Alceni Guerra, então ministro da saúde. Médico pediatra formado pela Universidade Federal do Paraná, Alceni teve uma atuação relevante na Constituinte de 1988, sendo responsável pela elaboração da licença paternidade. Assim como ele, o prefeito Altair Guidi também se formou na Universidade Federal do Paraná, o que sugere uma possível afinidade acadêmica que pode ter facilitado conversas informais sobre o Projeto Criciúma Criança.

Esse vínculo pode indicar a possibilidade de que, além de contatos formais, ambos pudessem manter conversas informais sobre temas de interesse comum, como o Projeto Criciúma Criança. A matéria do jornal *Tribuna Criciumense*, intitulada “Definição do Projeto Criciúma Criança”, publicada em 9 de Maio de 1990, também menciona a presença de técnicos da Prefeitura de Curitiba: “[...] Para participar da reunião de amanhã, quinta-feira, foram convidados alguns técnicos da prefeitura de Curitiba que farão uma ampla explanação sobre projetos desta natureza que estão sendo feitos na capital Paraná.” (Definição do Projeto Criciúma Criança, 1990, não paginado).

A relação entre Alcioni Guerra e Altair Guidi, somada as interações entre técnicos da Prefeitura de Curitiba e a equipe do projeto, fortalece a hipótese de que o

Projeto Criciúma Criança tenha sido discutido em esferas estaduais e nacionais, possivelmente influenciando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Contudo, é importante considerar que o destaque dado a essa conexão nos veículos de mídias locais pode também refletir um esforço de autopromoção, ao buscar associar o projeto a um avanço de repercussão federal.

Dessa forma, é fundamental considerar o caráter intencional da mídia, especialmente dos jornais, como um instrumento a serviço dos interesses dos grupos que os controlam ou influenciam. Os jornais, longe de somente informar, operam como ferramenta de promoção política, positivando a imagem de aliados e reforçando a oposição a inimigos políticos. Essa intencionalidade permite que a mídia, tanto nacional quanto local, atue como legitimadora de certos sujeitos e suas agendas, enquanto silencia e deslegitima outros.

[...] Daí a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores. Igualmente importante é inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário. Ou seja, à análise da materialidade e do conteúdo é preciso acrescentar aspectos nem sempre imediatos e necessariamente patentes nas páginas desses impressos. (De Luca, 2005, p. 140).

No caso do Jornal Tribuna Criciumense, é necessário seguir o caminho sugerido na citação anterior, começando pela identificação de seus proprietários ao longo do tempo. O jornal que foi administrado por diversos grupos durante sua existência, foi fundado no ano de 1955 por José Pimentel, advogado envolvido em diversos debates políticos na cidade e membro fundador da União Democrática Nacional (UDN), um partido conservador que se opunha a Getúlio Vargas. Pimentel mantinha estreitas relações com setores mineradores e ceramistas de Criciúma, ou seja, com a elite política dominante da época. O Jornal Tribuna Criciumense circulou sem concorrência até o ano de 1965, o que lhe conferiu um patamar de grande influência no cenário local. (Zanelatto; Campos, 2018, p. 115).

Segundo Zanelatto e Campos (2018), o jornal passou por três fases distintas. Na primeira, esteve sob controle de José Pimentel e aliado a setores conservadores. Na segunda fase, foi adquirido por indivíduos considerados comunistas na época, o que lhe concedeu uma postura mais à esquerda. Por fim, na terceira fase, o jornal

retorna às mãos de setores mais conservadores, defendendo o regime militar brasileiro. Ao analisarmos brevemente o percurso do Jornal Tribuna Criciumense, é possível perceber que ele passou por diversas transformações, refletindo as mudanças de grupos no comando. Assim, no período de redemocratização, o periódico acompanhou as transformações sociais e políticas da época.

Contudo, é importante lembrar que o prefeito Altair Guidi, mencionado nas reportagens anteriores, foi filiado à ARENA, partido base do regime civil-militar. Isso indica uma proximidade com setores mais conservadores que integravam o jornal durante a ditadura militar. Mesmo após o fim do regime, quando Guidi mudou de partido e se alinhou à ideia de redemocratização, é possível pensar que ele manteve relações com esses grupos. Assim, a divulgação do Projeto Criciúma Criança no jornal tribuna cricumense, especialmente sua apresentação como um suposto projeto de relevância nacional, pode ser interpretada como parte de uma estratégia de promoção política.

Inicialmente, o documento aborda os aspectos filosóficos que orientam o projeto, destacando que alcançar os grupos mais empobrecidos é um grande desafio a ser enfrentado nos próximos vinte anos. Além disso, apresenta a educação como uma das principais possibilidades de emancipação desses sujeitos, como podemos observar no seguinte trecho:

O impulso que a experiência dos últimos dez anos tem dado sentido de possibilitar a educação primária universal, deve ser creditado não apenas às novas técnicas de baixo custo, mas à crescente conscientização de que a educação amplia os resultados dos investimentos feitos em quase todos os aspectos dos esforços em prol do desenvolvimento. (Criciúma, 1990a, não paginado)

De acordo com afirmação anterior, percebe-se o papel central que o projeto atribui à educação, alinhando-se os debates nacionais e internacionais que ressaltam a universalização da educação primária como uma necessidade. Nessa perspectiva internacionalista, a educação deixa de ser um fim em si mesma e passa a ser vista como uma ferramenta com benefícios amplos, supostamente conectados a diversas iniciativas de desenvolvimento, como economia, saúde e infraestrutura.

A perspectiva presente no documento base do projeto, assim como nas legislações nacionais e internacionais, reflete a tendência de atribuir à educação um papel salvador. Saviani (1984) identifica duas visões que orientam o entendimento sobre educação no Brasil: a primeira considera a educação como uma possibilidade

de superação da marginalização de sujeitos; a segunda, ao contrário, compreende a educação com a própria causa da marginalização, já que ela serve aos interesses dos grupos dominantes. Nesse sentido, tanto as legislações educacionais quanto a perspectiva adotada pelo Projeto Criciúma Criança se alinham a visão de que:

[...] a sociedade é concebida como essencialmente harmoniosa, tendendo à integração de seus membros. A marginalidade é, pois, um fenômeno acidental que afeta individualmente a um número maior ou menor de seus membros o que, no entanto, constitui um desvio, uma distorção que não só pode como deve ser corrigida. (Saviani, 1999, p.16).

Essa perspectiva não reconhece que a desigualdade e a marginalização são produtos da própria estrutura social em que os sujeitos estão inseridos, ignorando o fato de que a educação pode atuar como uma ferramenta para manutenção de privilégios e desigualdades, forçando os indivíduos a permanecerem em uma mesma condição social. Em vez de uma visão salvadora ou determinista, a educação pode ser compreendida como um espaço de encontros entre sujeitos e ideais diversos, um palco de disputas por narrativas. No entanto, um entendimento crítico passa por não descartar totalmente seu potencial transformador, desde que ela esteja engajada em romper com os interesses das classes dominantes.

Essa visão está amplamente ligada a outros documentos, como a própria Constituição de 1988, que estabelece a educação como um importante direito social. No Art. 205, o documento afirma que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, além de destacar a responsabilidade da sociedade em seu incentivo. Segundo o documento, é por meio da educação que o indivíduo se prepara para exercer plenamente a cidadania e para o trabalho.

Da mesma forma, o Estatuto da Criança e do Adolescente aborda, em diversos artigos, a educação como um direito de todas as crianças e adolescentes. No entanto, é em seu Art. 53 que se estabelece questões sobre as condições de acesso e plena participação nas instituições educacionais. Podemos, portanto, perceber que o projeto inicia suas discussões com um tema presente em outros documentos nacionais importantes, além de referências internacionais.

A Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada em 20 de novembro de 1989, entrou em vigor em 2 de setembro de 1990. Foi um dos primeiros tratados internacionais a reconhecer as crianças e adolescentes como portadores de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. O processo de criação da Convenção

começou na década de 1970, inspirado pela Declaração dos Direitos da Criança de 1959. Embora essa declaração não estabelecesse obrigações legais, teve um papel importante no cenário internacional, contribuindo para a ratificação e o comprometimento de países com medidas de proteção às crianças e adolescentes.

O Brasil foi um dos primeiros países a ratificar a Convenção e a se comprometer com medidas de garantia, o que teve impactos significativos na realidade nacional, com a elaboração de políticas públicas e legislações voltadas à proteção da infância e adolescência. Um exemplo é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 13 de julho de 1990, logo após a ratificação da Convenção. Assim, o Projeto Criciúma Criança está profundamente vinculado a essas legislações, que vão além de simples inspirações textuais, inserindo-se em um contexto de intensos debates sobre a infância e adolescência.

Esse entendimento pode ser compreendido na seguinte afirmação presente no documento base do projeto:

A década de 90 deverá representar a vez da criança. A proteção da saúde e da educação das crianças de hoje é o mais básico dos investimentos na capacidade física e mental da próxima geração e, portanto, no desenvolvimento social. (Criciúma, 1990a, não paginado)

Ao afirmar que a década de 1990 seria a vez das crianças, os formuladores do texto demonstram estar cientes dos debates e das mudanças representadas pelos novos documentos legais. Dessa forma, inserem o Projeto Criciúma Criança nesse contexto, buscando se comprometer com a nova noção de proteção integral, refletindo as transformações nas políticas públicas e em ações de assistência social voltadas à infância. Assim, o projeto incorpora os novos debates e legislações de atenção e cuidado com as crianças e adolescentes.

O segundo tópico do Documento Base, intitulado “Aspectos Científicos”, utiliza argumentos fundamentados em debates científicos sobre o desenvolvimento infantil. No entanto, o texto não faz referências diretas aos pesquisadores que influenciaram sua elaboração. Mesmo assim, algumas argumentações fazem parte de discussões amplamente conhecidas sobre a infância, como a obra do historiador Philippe Ariès, *História social da Criança e da Família*, que está presente no início do texto analisado.

O texto analisado começa com a seguinte afirmação: “Durante muito tempo não se deu maior importância aos primeiros anos de vida das pessoas. Os pequenos eram considerados adultos em miniatura.” (Criciúma, 1990a, não paginado). Embora

não mencione diretamente Ariès, esse trecho reflete o alinhamento com as ideias do autor. O qual foi um dos primeiros autores a compreender a infância como uma construção social moderna, suas discussões servem como ponto de partida para entender como, ao longo de diferentes momentos históricos, construíram e perceberam a infância. No contexto do Projeto Criciúma Criança, já é possível identificar uma visão que reconhece a infância e adolescência como fases singulares de desenvolvimento.

No entanto, é importante destacar as fragilidades presentes na perspectiva de Philippe Ariès, que sugere a inexistência do conceito de infância. Outros autores, alertam que essa generalização pode ser bastante perigosa. Ao se basear em um número limitado de fontes, não é possível fazer afirmações sobre toda sociedade medieval. Como aponta o autor Colin Heywood:

Tendo a poeira baixado um pouco no debate, parece indevidamente simplista polarizar as civilizações em termos de ausência ou presença de uma consciência a respeito da infância. Seguindo o pensamento de David Archard, poderia-se dizer que o mundo medieval provavelmente teve algum conceito de infância, mas suas concepções sobre ela eram muito diferentes das nossas. Como historiador, deve-se certamente reconhecer o papel de Ariès ao abrir o tema da infância, aproveitar suas tantas percepções do passado e seguir adiante. Uma abordagem mais frutífera é buscar essas diferentes concepções sobre a infância em vários períodos e lugares, e tentar explicá-las à luz do material e das condições culturais predominantes. (Heywood, 2001, p. 27)

A concepção de Ariès ainda é bastante pertinente e serviu de base para diversos debates e formulações legislativas. Todavia, é necessário ampliar essa visão, pois ela parte de um contexto ocidental que desconsidera sociedades e povos que possuem concepções diferentes sobre a infância, como é o caso de muitas comunidades africanas, indígenas e outros países do sul global, por exemplo. Além disso, pode contribuir para a marginalização de famílias empobrecidas, que adotam modos e costumes distintos à norma burguesa no processo de criar suas crianças.

Neste tópico do documento base do Projeto Criciúma Criança, são mencionadas questões de saúde, como a bioquímica cerebral e a importância de um ambiente adequado. Segundo essa perspectiva, o cérebro seria fortemente influenciado pelo ambiente em que vive, assim “Essas vivências terão sido determinantes na formação de sua autoimagem e irão, conseqüentemente, pautar todo seu desenvolvimento futuro.” (Criciúma, 1990a, não paginado). Essa afirmação

está alinhada aos debates da época sobre as experiências infantis e seus impactos na construção psíquica.

Dessa forma, a questão da classe afeta diretamente o modo com que cada criança e adolescente é socializado, impactando significativamente no futuro de cada indivíduo. Um estudo feito por Annette Lareau (2007) analisa o papel da classe social na criação de crianças, introduzindo dois conceitos: o de “cultivo orquestrado”, em que os pais de classe média promovem atividades organizadas e racionalizadas, como música, natação e aulas de idiomas, com intuito de desenvolverem habilidades em seus filhos; e o “crescimento natural”, em que pais da classe trabalhadora permitem que os filhos conduzam suas próprias atividades de lazer. No entanto, Lareau sugere que a classe social em seu estudo foi um fator com mais evidência que as questões raciais, não se aprofundando no surgimento da condição de classe que, em muitos casos, é influenciada por questões raciais.

A questão da classe não pode ser dissociada da questão racial, pois, como afirma Carneiro (2011), “Pobreza tem cor no Brasil. E existem dois Brasis [...] Nenhuma informação produzida até agora sobre as desigualdades raciais apresenta, com tanta contundência, o grau de apartação social no Brasil, que chega a configurar a existência de dois países, como diz Miriam Leitão em seu artigo.” (Carneiro, 2011, sn). Dessa forma, a desigualdade social brasileira possui raízes mais profundas do que as meramente associadas a divisão de classe. Dados do Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE) confirmam essa realidade ao apontar que a maioria da população mais empobrecida é composta por pessoas negras.

Ao considerar o contexto social de crianças e adolescentes, é essencial analisar questões de classe, raça e gênero que moldam suas vivências. Enquanto, Lareau (2007) evidencia a influência da classe social na criação dos filhos, Sueli Carneiro (2011) expande essa análise, ao destacar que as desigualdades raciais e econômicas estão profundamente interligadas. Nesse sentido, os conceitos de “cultivo orquestrado” e “crescimento natural”, aliados às questões estruturais, ajudam a entender o desenvolvimento infantil como um meio de perpetuação da dominação por parte das classes mais abastadas, formada por brancos. Ao criarem os filhos com atividades estruturadas e racionalizadas, essas classes buscam manter o *status quo* que assegura a continuidade de privilégios. Assim, ao considerar o contexto social de crianças e adolescentes, é essencial também analisar essas questões, que moldam

vivências determinantes para o futuro dos sujeitos em situação de maior vulnerabilidade.

Podemos vislumbrar o princípio de proteção integral presente no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e também no Projeto Criciúma Criança como uma forma de garantir experiências significativas a crianças e adolescentes, colaborando para seu pleno desenvolvimento. Como destacado no artigo 4º do ECA:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (Brasil, 1999, não paginado)

Reforçar a importância de assegurar todos esses direitos é fundamental para proporcionar um ambiente saudável e favorável ao crescimento e desenvolvimento integral das crianças e adolescentes. Essa abordagem da política pública federal também contribui para garantir um desenvolvimento menos desigual, independente das condições familiares. Assim, possibilitando um futuro mais equitativo e digno para todas as infâncias.

Ainda no tópico, "Aspectos Científico", de acordo com o documento, eram dois os principais problemas da infância: o ambiente favorável e a questão nutricional. O texto afirma que "uma em quatro crianças brasileiras é portadora de desnutrição de 2º a 3º graus." (Criciúma, 1990a, não paginado). Esse problema nutricional está diretamente associado à mortalidade infantil e a outros problemas de saúde significativos.

É importante pontuar que a mortalidade infantil não é um problema atual para o município de Criciúma, a cidade sempre foi assombrada pelo alto índice de mortes na primeira infância, principalmente crianças oriundas das vilas operárias. Portanto, ainda que o carvão fosse algo a se deixar no passado, seus efeitos ainda eram sentidos pela população cricumense a longo prazo, como demonstra a Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Taxas de Mortalidade Infantil por Estado e Municípios (coeficiente por mil nascidos vivos)

	1990	1994	1998
Santa Catarina	33,6	24,9	18,5
Criciúma	26,88	23,58	23,08

Fonte: tabela elaborada pela autora com base em dados do Ministério da Saúde. Out. 2024.

Conforme os dados do Ministério da Saúde, que abordam a taxa de mortalidade infantil dos nascidos vivos no Brasil entre os anos de 1990 a 2000, além da mortalidade infantil, considerando um coeficiente por ano no Município de Santa Catarina entre 1989 e 1998, observa-se o estado de Santa Catarina apresentou uma redução (embora pequena, porém significativa) nos índices de mortalidade. Ao comparar dados de 3 anos, o município de Criciúma, embora tenha registrado baixa, apresentou números ainda bastante elevados. É importante ressaltar que os índices posteriores à implementação do Projeto Criciúma Criança podem estar em constante queda, reflexo dos esforços para garantir a proteção integral, presentes na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Não é por acaso que um dos problemas apontados no documento base é a desnutrição. Este tema era um dos assuntos mais recorrentes no período, pois constituía uma questão nacional e internacional. Segundo o documento do projeto, a questão nutricional não pode ser desassociada da saúde de maneira geral, uma vez que é uma necessidade humana básica para o desenvolvimento humano.(Prefeitura Municipal de Criciúma, 1990, não paginado) A desnutrição, especialmente em crianças, pode levar a consequências severas, como o comprometimento do crescimento físico, dificuldades cognitivas e problemas no sistema imunológico, aumentando a vulnerabilidade à doenças.

Para encerrar o tópico “Aspectos Científicos”, o documento menciona:

Mais de 30% dos excepcionais atendidos pela Fundação Catarinense de Educação Especial são portadores de deficiência mental leve, os quais, geralmente pertencem aos estratos marginalizados da população, portanto, sujeitos a carências, múltiplas, determinantes de desvios no desenvolvimento intelectual. (Criciúma, 1990a, não paginado).

A afirmação apresentada atravessa limites perigosos em relação ao desenvolvimento intelectual de crianças e adolescentes, ao abordar a pobreza infantil como um determinante para desvios no desenvolvimento intelectual. Essa perspectiva ignora e não aprofunda outras questões que podem ser igualmente importantes, como

fatores genéticos. Vale destacar que os dados apresentados, que indicam que 30% das pessoas atendidas são portadores de deficiência, não são acompanhados de evidências, generalizando na sequência que as deficiências mentais são associadas a indivíduos marginalizados socialmente, o que por vezes reflete estigmas relacionados à classe e a raça, sem levar em conta a complexidade das questões biopsicossociais.

O item seguinte do Documento Base, intitulado “Aspectos Legais”, analisa as questões legislativas referentes às crianças e aos adolescentes, conforme estabelecido na Constituição de 1988. É importante ressaltar que, apesar de conter discussões relevantes, o documento não menciona de maneira direta o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ou a Convenção. O Projeto Criciúma Criança foi lançado em Janeiro de 1990 e o Estatuto da Criança e do Adolescente foi lançado somente em julho do mesmo ano. Deste modo, a carta constitucional é mencionada de maneira direta e o ECA está presente de maneira indireta.

O documento destaca três avanços significativos presentes na Constituição de 1988: a concepção da criança como sujeito de direitos; o reconhecimento de crianças e adolescentes como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento; e a prioridade absoluta. Com isso, o projeto reforça o compromisso com a proteção e a garantia de direitos ao trazer questões legislativas, especialmente constitucionais. Conforme discutido no capítulo anterior, foi um longo período até que o Estado assegurasse esses direitos fundamentais às crianças e adolescentes.

O texto ainda destaca na íntegra o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, que estabelece a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado em garantir os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, com "absoluta prioridade". Este artigo também enfatiza a proteção contra negligência, discriminação e qualquer forma de exploração e violência. Nesse contexto, o Projeto Criciúma Criança busca integrar-se com essa perspectiva ao adaptar suas ações locais para promover o desenvolvimento integral e a proteção das crianças no município, conforme os princípios constitucionais.

Deste modo, no âmbito municipal o Projeto Criciúma Criança objetiva alinhar-se com as perspectivas mais recentes em relação à população infantil.

Na mudança estrutural de conceituação jurídica surge o estado, um dos responsáveis em sustentar o homem embrião da sociedade que é a criança, nessa transmutação o papel institucional mais relevante é atribuído ao

município porque é nele que a criança nasce se torna Cidadã e procura espaço para a vida. O legislador constituinte atribui ao município (Art.30) uma responsabilidade ainda maior com a definição de políticas nacionais mas com execução descentralizada e autonomia local. (Criciúma, 1990a, não paginado).

Assim, compreende-se que, para os formuladores do projeto, a criança representava o futuro da cidade de Criciúma. Além disso, o município carrega uma responsabilidade central na garantia dos direitos infantis, pois é nele que ocorre o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Portanto, as políticas públicas deveriam estar em consonância com o pensamento nacional, mas ao mesmo tempo, considerar a realidade de cada cidade. Exercendo autonomia para identificar as múltiplas realidades infantis presentes em seu território.

Dessa forma, as crianças e adolescentes criciumenses eram vistos como o embrião de uma nova sociedade, com o potencial de revitalizar a cidade. Assim como a renovação democrática ocorrida em nível nacional nos anos anteriores, essa transformação agora aconteceria no âmbito municipal, alterando gradativamente sua identidade social e urbana.

3.2. A CIDADE COMO METÁFORA: CRICIÚMA UMA CIDADE CRIANÇA

De forma convencional, poderíamos definir a cidade como um espaço caracterizado pela aglomeração humana, com centros comerciais, culturais e industriais. No entanto, a cidade é muito mais do que somente seu espaço físico, é um fenômeno dinâmico e multifacetado, que envolve relações sociais, culturais e históricas complexas. Assim, a cidade se configura como um local de trocas, interações e significados, moldando e sendo moldada por aqueles que nela vivem. Em que cada elemento, seja uma rua, casa ou parques, carrega consigo significados múltiplos que refletem as relações sociais e disputas.

Dessa forma, a cidade não é estática, mas um lugar em constantes transformações, influenciadas por questões econômicas, sociais e políticas. Essas mudanças refletem, ao mesmo tempo, dinâmicas de poder, busca por identidade e os processos de exclusão e inclusão social. Ao considerá-la como objeto de análise, ela se torna algo extremamente complexo e, em alguns aspectos, inalcançável. Como definiu Henri Lefebvre (1970), a cidade quando analisada pode ser comparada a um “objeto virtual”, sugerindo que a cidade é muito mais do que apenas o espaço

físico, mas sim o tecido social que a compõe e a transforma continuamente. A cidade nessa perspectiva jamais pode ser apreendida totalmente em uma única visão, já que está sempre em processo, sempre se remodelando de acordo com as experiências, os conflitos e as práticas culturais de seus habitantes.

Desenvolver uma narrativa histórica sobre uma cidade significa lidar com um passado vivo, no qual o processo de análise revela transformações contínuas e profundas. Essas mudanças, por vezes, buscam apagar ou silenciar determinados grupos e narrativas. Consequentemente, a cidade se apresenta como um espaço em constante construção e reconstrução, uma utopia em movimento, que privilegia alguns grupos enquanto exclui outros. Esses grupos excluídos, lutam por inclusão e reconhecimento, confirmando a complexidade das dinâmicas urbanas. Nesse sentido, como “Horizonte aberto, é o movimento permanente do “fazer-cidade” que pode nos permitir encontrar alguma coisa da cidade que observamos nas experiências concretas do espaço.” (Agier, 2015, p. 484).

Muitas vezes, o privilégio concedido a determinados grupos se evidencia no contraste com a ausência de direitos de outros, localizados às margens, tanto geográficas quanto sociais. Segundo Agier (2015), é nos chamados lugares “fora-do-lugar” - espaços que emergem de forma não planejada - que os grupos marginalizados, motivados pela necessidade de moradia e pertencimento, constroem seus próprios territórios, como uma resposta à exclusão e uma tentativa de integração à dinâmica urbana que frequentemente os rejeita. Dessa forma, esses sujeitos, apesar da falta de acesso e precariedade de moradia, são exemplos de resistência ao reivindicarem sua própria cidade dentro da cidade.

No entanto, é importante lembrar que, apesar de reivindicarem seus espaços, esses grupos continuam marginalizados e enfrentam a falta de acesso a direitos básicos. Nesse contexto, a análise do ambiente urbano não pode ser dissociada da ideia de direito à cidade, como propõe Lefebvre (1970). Esse conceito abrange tanto o acesso igualitário à cidade quanto a participação efetiva na condução das transformações urbanas. Contudo, essa construção coletiva é bastante prejudicada pela lógica imposta pelo capitalismo, que atribui valor de mercado a todos os espaços da cidade, ignorando seu uso social e sua relevância para a coletividade.

Essa reflexão se torna mais complexa ao considerar o contexto histórico das cidades brasileiras, marcado não apenas por questões econômicas, mas também

pela dominação racial. Esses espaços, embora frequentemente se apresentem como neutros, são profundamente influenciados por desigualdades de classe, gênero e, sobretudo, pela questão racial. Por isso, a ideia de que a arquitetura e o urbanismo são neutros revela-se infundada, como destacado por Berth (2023, p.110):

Ao ocultar que o espaço físico que dividimos está “exalando” as consequências dos processos históricos que culminaram com uma divisão racial do território, oculta-se também parte fundamental da história da população negra e indígena na construção da nação brasileira. (Berth, 2023, p. 110).

Mais do que uma ausência de análise sobre a questão racial na formação das cidades, há um apagamento identitário dessas populações. Para além da exclusão de direitos de acesso, existem interrupções no processo de reconhecimento dessas comunidades no “*fazer-cidade*”. Portanto, o cenário brasileiro carrega as marcas da colonização e da escravização, que estruturaram desigualdades na organização de nossa sociedade e na maneira como as cidades foram projetadas e construídas. Assim, a divisão racial dos espaços determina quais grupos ocupam as áreas consideradas nobres e quais são relegados às regiões periféricas.

A partir do século XX, com a urbanização acelerada, especialmente nos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo, a população negra e empobrecida foi removida das áreas centrais das cidades. Como consequência, essas pessoas foram forçadas a se estabelecerem em zonas periféricas, onde formaram habitações posteriormente denominadas favelas. Esse processo contribuiu para a intensificação da marginalização social e econômica desses grupos, consolidando estigmas que os associavam à precariedade e a violência. Nesse contexto, favela pode ser compreendida como:

A definição de favela tem fundação na prática social do uso de terra sem a detenção de direitos reconhecidos a partir de registros sobre ela. Foram os pobres historicamente que viveram sem título de propriedade, posse, direitos de uso, e “se escondiam” em lugares no espaço intraurbano e periférico - terras devolutas, terras privadas com litígio entre herdeiros, mal localizadas - com nascentes, declives, etc, terras públicas sem programação de utilização. (Bueno, 2009, p. 46)

A ausência de reconhecimento legal da posse desses territórios faz com que o Estado não os considere formalmente, resultando na negligência em relação à infraestrutura básica, como saneamento, água encanada, manutenção de vias

públicas, iluminação, moradias adequadas e a viabilidade de acesso a serviços fundamentais, como saúde, educação e lazer. Além da evidente omissão do poder público, nota-se também a falta de investimento do setor privado, que percebe esses lugares como economicamente improdutivos. Assim, essas áreas foram historicamente marginalizadas, silenciadas e submetidas a diversas formas de violência estrutural, instrumentalizadas tanto pelo Estado quanto pela sociedade em geral.

Como resposta dos moradores desses ambientes denominados favelas, observa-se uma crescente apropriação desse termo. Embora tenha surgido carregado de preconceitos e estereótipos, ele vem sendo ressignificado como uma forma de resistência e de denúncia das negligências do Estado. Ao longo dos anos, especialmente após a promulgação da Constituição de 1988, foram desenvolvidas políticas públicas direcionadas a essas populações. Algumas das iniciativas propunham a melhoria nas condições habitacionais nos próprios territórios, enquanto outras propuseram a criação de conjuntos habitacionais que visavam a transferência desses moradores.

De acordo com Berth (2023), embora os conjuntos habitacionais tenham contribuído para retirar muitas pessoas de condições de insegurança habitacional, também perpetuaram dinâmicas de desumanização e exclusão social. Essas políticas, frequentemente impostas sem possibilidade de escolha, transferiram famílias para locais distantes e de difícil acesso, ignorando os laços comunitários e as redes de apoio já estabelecidas nesses espaços. Assim, ao invés de integrar efetivamente, esses projetos muitas vezes reforçaram estigmas de empobrecimento e violência, consolidando a insegurança habitacional e locus social desses sujeitos.

Mesmo com os estigmas enraizados profundamente na sociedade, as áreas periféricas não estão livres da especulação imobiliária, fenômenos como a gentrificação impactam negativamente essas localidades. Nesse processo, localidades de bairros populares são adquiridos por empresas do setor imobiliário, que promovem investimentos na região, atraindo novos moradores de classes economicamente mais abastadas. Essas transformações alteram drasticamente a dinâmica social e cultural do bairro, elevando os preços de aluguéis e dos comércios locais. Como resultado, essas áreas deixam de representar as classes populares, que passam a ser excluídas tanto financeiramente quanto socialmente. Além disso,

surtem novas formas de violências, como a intensificação de batidas policiais e preconceitos até então não sentidos dentro da comunidade.

As cidades e seus moradores são atravessados por múltiplas dinâmicas que estão intrinsecamente relacionadas a identidade dos sujeitos e a própria configuração urbana. Processos como segregação espacial, gentrificação, exclusão social, resistência comunitária e mobilidade urbana exercem influência no modo como os indivíduos vivenciam, ocupam e se identificam com a cidade. Essas dinâmicas refletem relações de poder que disputam reconhecimento e pertencimento, tornando o espaço urbano não apenas físico, mas também simbólico, um cenário onde múltiplas identidades e culturas coexistem e frequentemente se confrontam.

No caso de Criciúma, o processo de urbanização apresenta características bastante singulares. Inicialmente configurada como um pequeno núcleo urbano familiar voltado para agricultura, a cidade sofreu uma transformação abrupta com a exploração do carvão, que passou a regular as paisagens, a economia e a estrutura urbana. A atividade carbonífera não apenas determinou o desenvolvimento de Criciúma, mas também consolidou desigualdades que permanecem até hoje, evidentes na poluição ambiental e na distribuição geográfica dos bairros. Assim, compreender as desigualdades urbanas da cidade requer uma análise que considere os efeitos históricos, sociais e espaciais da exploração do minério e seus impactos na urbanidade e no cotidiano dos moradores.

A abertura de cada nova mina de carvão resultava na imigração de centenas de trabalhadores e seus familiares para a cidade, gerando um grande crescimento demográfico. Durante os anos de ouro da exploração carbonífera qualquer área era considerada viável para a criação de novas minas, o que levou a urbanização para regiões periféricas e mais distantes do núcleo central da cidade. Nesse contexto, as companhias carboníferas passaram a estabelecer vilas operárias próximo às “bocas de minas”, criando espaços urbanos marcados pelos rejeitos do carvão.

Nesse sentido, a cidade de Criciúma se consolidou urbanamente com a exploração do carvão, e o mesmo moldou sua estrutura espacial por muitos anos. Mesmo após o declínio da atividade carbonífera e a diversificação econômica, a cidade ainda refletia em sua dinâmica urbana os vestígios da mineração, que continuava a organizar e segmentar o espaço. As vilas operárias deram origem a bairros como Renascer, Cristo Redentor e Próspera, entre outros, que preservavam

em sua aparência e infraestrutura as marcas do carvão. Enquanto o centro passou por reestruturações, como revitalizações de praças e monumentos, e a criação da Avenida centenário, que substituiu os antigos trilhos ferroviários, os bairros periféricos das antigas vilas operárias pouco ou quase nada mudaram, permanecendo como espaços de segregação urbana.

Assim como os trilhos, a Avenida Centenário continuou a dividir e segregar o espaço urbano, mas agora disfarçada sob a fachada de modernidade. Portanto, as discussões desenvolvidas no primeiro capítulo, sobre os monumentos e a narrativa histórica da cidade, indicam que Criciúma passou por diversas fases de transformações, especialmente na década de 1980 e 1990, período em que houve investimentos significativos na cidade e na construção de uma narrativa histórica centrada na imigração. Esses indícios levam a análise, a princípio, de um período de intensas transformações urbanas. Contudo, essas mudanças muitas vezes se restringem às áreas centrais, deixando os bairros mais periféricos à margem.

A ideia de que os investimentos urbanos eram concentrados no centro da cidade foi uma crítica recorrente ao primeiro mandato do prefeito Altair Guidi. Durante sua primeira administração, houve a reestruturação das partes centrais, como um esforço para apagar os vestígios da exploração carbonífera, buscando transformar a cidade em um local mais atraente para os visitantes. Essas intervenções poderiam criar uma imagem positiva para aqueles que permanecem nas áreas mais centrais. No entanto, para aqueles que explorassem os bairros menos “nobres”, especialmente as antigas vilas operárias ou lugares próximos às antigas minas de carvão, perceberiam uma realidade bastante diferente daquela anunciada pelo poder municipal. O cheiro característico da pirita, que ainda contaminava o ar, os esgotos a céu aberto, as casas tingidas com resíduos de carvão e a poluição das águas. Essas condições revelavam a continuidade das mazelas ambientais e sociais que o processo de “modernização” não conseguia apagar, expondo desigualdades entre o centro e as áreas mais distantes da cidade.

No segundo mandato de Altair Guidi, em um contexto de redemocratização e de crescentes discussões sobre cidadania, houve um esforço para ampliar o alcance das ações municipais em diferentes regiões da cidade, especialmente a população mais empobrecida que habitava os bairros mais periféricos. Para isso, a gestão de Guidi adotou uma abordagem que não se restringia a ações isoladas, mas que se

fundamentava em uma política pública abrangente, voltada para questões urbanas e sociais. Essa iniciativa resultou na criação do Projeto Criciúma Criança, inaugurando um período baseado na lógica dos direitos e da democracia, buscando transformar a cidade em um reflexo desses princípios.

O Projeto Criciúma Criança pode ser entendido como uma iniciativa destinada a transformar a cidade e sua narrativa, marcando um rompimento com a exploração carbonífera e o período ditatorial. Nesse sentido, suas ações não se limitaram apenas à assistência ao público infantil, abrangendo iniciativas mais amplas que impactaram na vida cotidiana da população. Nesse contexto, o projeto surgiu em paralelo ao fortalecimento do discurso sobre as etnias e a fundação da cidade, reforçando seu caráter reestruturador, tanto no âmbito urbano quanto identitário. O título Criciúma Criança, portanto, pode ser entendido como uma metáfora, assim como as crianças criciumenses começavam a dar seus primeiros passos, a própria cidade também iniciava um novo momento.

No próprio documento base do projeto é possível analisar a tentativa de apagar os vestígios deixados pela extração de carvão, evidenciada por iniciativas voltadas à recuperação ambiental. Entre os objetivos dessas ações, destaca-se o plano de “dar um aspecto menos cinzento e mais saudável ao município” (Criciúma, 1990a, não paginado). No relatório final do Projeto Criciúma Criança, enfatiza-se que, antes de 1989, os bairros da cidade enfrentavam a precariedade: lama em dias chuvosos, poeira em dias de sol, lixo acumulado, ruas sem iluminação e a ausência de cuidados ecológicos. (Criciúma, 1993). Desse modo, o “aspecto cinzento” mencionado no documento remete diretamente à herança da atividade carbonífera. Ao mesmo tempo, os bairros descritos como menos ecológicos eram, em sua maioria, áreas periféricas situadas à margem da área central.

O Projeto Criciúma Criança foi apresentado como uma suposta solução abrangente desses problemas deixados pelo carvão, com a promessa de que suas ações seriam capazes de eliminar os impactos negativos dessa atividade. No entanto, é fundamental analisar como os impactos ambientais atingem o espaço urbano, frequentemente recaindo de forma desproporcional sobre a população mais vulnerável. Em Criciúma, enquanto antigo polo carbonífero, esses efeitos foram sentidos nos bairros mais próximos às minas ou nas áreas que recebiam os resíduos gerados pelo carvão. Essas localidades, historicamente negligenciadas pelo poder

público, sofriam com a ausência de serviços básicos como coleta de lixo, saneamento básico e água potável. Dessa maneira, o impacto ambiental atingia de maneira mais evidente e drástica essas localidades, afetando qualidade de vida e saúde desses moradores.

Os autores Silva, Pereira e Guadagnin (2018, p. 22) descrevem os bairros periféricos criciumenses:

além das casas de baixa estrutura (em geral por estarem em cima de área mineradora com risco de desabamento), também a aglomeração é comum, aproveitando todo o espaço do terreno, às vezes com mais de uma casa por terreno. em casas de catadores de materiais recicláveis é comum usar o espaço do terreno para fazer depósito do material, e a triagem para a venda. (Silva; Pereira; Guadagnin, 2018, p. 22).

Essas dinâmicas revelam como os espaços de moradia estão relacionados com estratégia de sobrevivência e trabalho da classe trabalhadora, que muitas vezes utilizam o próprio terreno para organizar e reaproveitar materiais. Essas práticas não são apenas uma necessidade econômica, mas uma adaptação a falta de infraestrutura que poderia possibilitar outras formas de geração de renda. Nos bairros periféricos, a relação entre espaço doméstico e espaço de trabalho é flexível, com os moradores fazendo do ambiente um local multifuncional, onde a casa e o processo de reciclagem se entrelaçam. Contudo, ao tratar o lixo como o principal problema ambiental, o poder municipal, acaba por ignorar essas práticas de economia informal, que são maneiras de resistir e sobreviver diante da precarização das condições de vida.

A questão ecológica foi destacada de maneira significativa nos documentos do Projeto Criciúma Criança, com ações voltadas para preservação ambiental. Dentre as iniciativas implementadas, destacam-se a criação de um horto florestal e a instalação de áreas de preservação no Morro Esteves, Morro Albino e Rio Maina, além da aquisição de caminhões de lixo para garantir a coleta adequada nos bairros. Entretanto, uma das ações mais simbólicas da tentativa de deixar os vestígios do carvão no passado foi a denominada “operação tapa piritá”. Que “Para recuperar esses terrenos, implantamos a Patrulha ecológica, composta por quatro caminhões, uma retroescavadeira e uma carregadeira. Esta patrulha carrega e distribui terra vegetal nos bairros mais atingidos.” (Criciúma, 1990a, não paginado).

Essa iniciativa de recuperação ambiental foi destaque no jornal a tribuna criciumense e na campanha de alfabetização do governo federal:

[...] Por ocasião do lançamento da campanha nacional de alfabetização do governo federal a gravação das cenas muito bem escolhidas em áreas críticas de poluição que estão sendo recuperadas, terá em seu áudio a participação especial do criciumense Celso Freitas, da TV-GLOBO. (Criciúma Criança: a principal meta de Altair Guidi, 1990, não paginado)

Essa recuperação do solo foi uma tentativa de minimizar os malefícios da pirita, um rejeito do carvão que, ao entrar em contato com oxigênio e a água, sofre oxidação, liberando metais pesados no ambiente e tornando o solo inutilizado. Além de contaminar os lençóis freáticos, a pirita pode liberar partículas de metais pesados, causando problemas respiratórios e aumentando o risco de erosão e rachaduras no solo. Ao analisar as medidas adotadas pela prefeitura na operação “Tapa Pirita”, é possível perceber que a simples cobertura com terra vegetal nas áreas contaminadas não passa de uma tentativa de mascarar o problema. Isso porque os efeitos dos dejetos do carvão continuaram a impactar o solo mesmo sob a camada de terra vegetal. Embora não seja o objetivo deste trabalho apresentar uma análise técnica detalhada sobre a recuperação de solos contaminados, o processo adequado exige abordagens abrangentes. Esse processo inclui a neutralização da acidez do solo, a remoção de metais pesados, a restauração da vegetação nativa e a reabilitação de corpos d’água locais.

Essas ações foram estrategicamente direcionadas aos bairros periféricos, considerados os mais afetados pelos resíduos do carvão e, conseqüentemente, aqueles que mais necessitavam de intervenções. Em uma matéria publicada no jornal *Tribuna criciumense* em 1991, intitulada *Criciúma Criança será discutido nos bairros*, destaca-se a iniciativa da gestão em estabelecer diálogo direto com representantes dessas localidades. Esse esforço representa não só informar, mas também engajar a população local na conscientização sobre o Projeto Criciúma Criança e nas ações para sua efetiva implementação. No texto, é mencionado que “Nesta primeira etapa compareceram os bairros maiores e periféricos e na próxima etapa outros bairros serão convidados a participar.” (Criciúma Criança será discutido nos bairros, 1991, não paginado). Esse trecho evidencia o planejamento do projeto, priorizando os bairros periféricos na execução inicial das ações.

Ao longo do projeto foram concretizadas diversas obras como: pavimentação, pontes, iluminação, anel viário, terminal rodoviário e centro de educação infantil (Criciúma, 1993). Todas essas obras, as quais serão analisadas melhor no próximo

capítulo, representam uma mudança significativa em diversos pontos da cidade. Todas essas obras tiveram impactos na mobilidade urbana, redução de poeira nas vias, conexão entre bairros, fluidez no tráfego urbano, centralidade no transporte público e melhoria na inclusão social. Embora essas mudanças representem avanços, é relevante refletir sobre os desafios que permanecem nessas localidades mesmo após essas intervenções, entre eles podemos citar a falta de inclusão social e a permanente exclusão dos grupos residentes nesses locais, além da precariedade de moradias.

O atual investimento em praças na cidade de Criciúma pode não ser uma iniciativa tão inovadora quanto aparenta. Durante a implementação do Projeto Criciúma Criança, houve significativo investimento na construção de praças em diversas localidades do município. O Relatório Final do Projeto Criciúma Criança destaca a criação de espaços como: “[...] as praças da Capela de São Brás, no Verdinho; a Praça da Capela de São Luiz; a Praça da Capela São João Batista, na Mina Brasil; a Praça da Capela de Nossa Senhora da Salete; e a Praça do Museu do Augusto Casagrande.” (Criciúma, 1993, p. 29).

Esses espaços incluíam infraestrutura abrangente, incluindo iluminação, árvores, grama, pavimentação, bancos e playgrounds, conforme ressaltado no *Jornal Tribuna Criciumense* em 27 de junho de 1992: “Espaços planejados com áreas de lazer para adultos e crianças, as praças tem como função oferecer um amplo lugar de convivência comunitária. São ajardinadas com gramados e árvores possuem área de estar com bancos e parque infantil.” (Projeto Criciúma Criança entrega novas praças, 1992, p. 7). Como descrito no jornal, esses ambientes buscavam a transformação do ambiente urbano, incluindo a preocupação com as interações sociais dos indivíduos.

De acordo com Scarduelli (2020), as praças podem ser definidas como espaços abertos, urbanos e públicos, cuja principal função é aproximar pessoas, promovendo usos culturais, políticos e sociais. Desde a antiguidade, esses espaços desempenham papéis fundamentais. Na Grécia, as ágoras eram locais de debate e convivência, enquanto em Roma, o fórum funcionava como centro administrativo e comercial, consolidando como espaço de interação coletiva. Durante o período medieval, as praças serviam para feiras e cerimônias religiosas, refletindo a organização social da época. No contexto brasileiro, no entanto, o surgimento das

praças esteve profundamente ligado ao processo de colonização. Elas frequentemente se formavam como extensões de igrejas e espaços religiosos, reforçando a influência católica na configuração urbana. Assim, não é mera coincidência que as praças mencionadas no Projeto Criciúma Criança estejam vinculadas a capelas ou espaços religiosos, especialmente católicos.

Segundo o jornal *tribuna cricumense*, o principal objetivo da criação das praças era:

Nessa perspectiva, a Prefeitura Municipal de Criciúma, com o objetivo de melhorar a paisagem urbana e possibilitar o convívio mais direto da população com a natureza, vem desenvolvendo um trabalho de arborização das ruas e a construção de novas praças. (Projeto Criciúma Criança entrega novas praças, 1992, p. 7).

Historicamente, as praças desempenharam papéis fundamentais na vida social, servindo como espaços de convivência, lazer e expressão cultural. No entanto, a criação de praças requer uma análise mais aprofundada, considerando o impacto real dessas estruturas na vida da comunidade. Quando a construção dessas áreas é orientada exclusivamente pela intenção de melhorar a paisagem urbana, como mencionado, sua funcionalidade e relevância para os habitantes locais podem ser questionadas. É crucial que as praças tenham significado para a comunidade que irá usufruir delas, incorporando elementos que atendam às suas necessidades. Sem essa conexão com o cotidiano da comunidade, corre-se o risco de que essas praças se tornem ambientes subutilizados ou até mesmo negligenciados, perdendo seu significado e importância. No contexto analisado, o valor estético estava associado a uma tentativa de diminuir a imagem de degradação vinculada à exploração do carvão, comum na região. Essa abordagem buscou mudar a percepção visual da cidade, muitas vezes deixou de considerar necessidades práticas e sociais dos bairros.

Parabéns Criciúma Criança! É assim que inicia a matéria publicada no *Jornal Tribuna Criciumense* em 06 de janeiro de 1991, data em que a cidade celebrava seus 111 anos. A publicação parabenizou Criciúma por sua capacidade de superar as dificuldades impostas pela dependência do setor carbonífero e destaca os esforços para revitalizar o município. O texto conclui com “vamos lá Criciúma Criança, nos seus 111 anos, fazer valer o seu potencial de cidade polo do sul de Santa Catarina!” (Parabéns Criciúma Criança, 1991, não paginado). Essa matéria reflete, de forma

sutil, a metáfora de Criciúma como uma cidade criança, aprendendo a caminhar sem o carvão.

A metáfora de Criciúma como uma “cidade criança” evoca a ideia de um novo começo, uma fase de transformação, potencial e possibilidades ainda por explorar. Assim como olhamos para uma criança e enxergamos um futuro repleto de promessas, era essa a visão que a gestão municipal desejava para a cidade: uma Criciúma que, como a infância, se transformaria em um futuro de progresso. Um progresso que, muitas vezes, é idealizado como algo superior ao passado, sempre em movimento, sempre em crescimento. No entanto, essa visão tende a ignorar o fato de que, embora seja a utopia que nos impulsiona, tanto a cidade quanto as crianças precisam ser valorizadas pelo que são agora, e não apenas pelo que ainda virão a ser.

4. O PROJETO CRICIÚMA CRIANÇA EM FOCO: UMA ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS

Neste capítulo, analisaremos como as diversas políticas públicas integradas ao Projeto Criciúma Criança estabeleceram a ideia de garantia de direitos para a população local. Além de examinar as ações em si, exploraremos os impactos e transformações que essas medidas provocaram na construção de uma nova dinâmica para diversos grupos locais.

Este capítulo será dividido em dois subtópicos, o primeiro intitulado “Políticas voltadas às crianças e adolescentes”. Concentremos nossa análise nas ações especificamente implementadas pelo Projeto Criciúma Criança e direcionadas ao público infante-juvenil. Exploraremos as políticas e iniciativas adotadas, examinando seu alinhamento aos fundamentos da proteção, desenvolvimento e bem-estar das crianças e adolescentes da cidade.

No segundo subtópico, intitulado “Políticas para a cidade criança”, exploraremos como as iniciativas do Projeto Criciúma Criança, embora inicialmente direcionadas à infância e adolescência, ultrapassaram esse grupo específico. Analisaremos como essas ações, de maneira simultânea, impactaram e remodelaram as dinâmicas da população local, contribuindo para uma nova configuração urbana e social em Criciúma no pós-ditadura.

4.1. POLÍTICAS VOLTADAS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Nos capítulos anteriores, discutimos aspectos legislativos relacionados às crianças e adolescentes, bem como a forma como esses marcos legais dialogam com o Projeto Criciúma Criança. Ainda que tenhamos mencionado algumas iniciativas relacionadas ao Projeto Criciúma Criança, não nos detivemos a sua análise detalhada. Portanto, neste tópico, propomos analisar com maior fôlego às ações voltadas especificamente às crianças e adolescentes, buscando compreender suas intencionalidades e suas articulações com a legislações estabelecidas no processo de redemocratização brasileira. Essa análise permitirá identificar os alinhamentos aos princípios de proteção integral e a uma reestruturação identitária baseada em uma nova percepção de infância e adolescência.

Para uma análise mais consistente, optamos por organizar as ações apresentadas no projeto em quatro eixos principais: saúde, educação, cultura e assistência social. Essa divisão tem como objetivo facilitar o entendimento das diferentes frentes do Projeto Criciúma Criança e suas contribuições específicas para a garantia de direitos e mudança identitária da cidade. Contudo, é importante destacar que essa separação objetiva um melhor entendimento e análise, pois compreendemos que todas as iniciativas estavam interligadas e se complementavam, refletindo a ideia de desenvolvimento integral adotada na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O Projeto Criciúma Criança teve diversas frentes de atuação, mas a área da saúde certamente recebeu prioridade, considerando o contexto social do município. Como discutido anteriormente, a atividade carbonífera deixou marcas profundas em Criciúma, impactando diretamente no processo de adoecimento coletivo. Assim, a mortalidade infantil era um dos principais indicadores a serem enfrentados, tornando-se foco central da intervenção municipal. Dessa forma, mesmo as ações voltadas ao meio ambiente e a infraestrutura tinham como objetivo final a promoção de saúde.

As políticas de saúde implementadas pelo projeto mantinham articulação com as diretrizes que começavam a se consolidar nacionalmente com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), instituído a partir da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 8.080/1990, fruto de grandes conquistas populares e de discussões oriundas do processo de redemocratização. Portanto, as ações do Projeto Criciúma Criança demonstraram alinhar-se aos princípios do SUS, principalmente no que diz respeito ao acesso universal à saúde e sobretudo o destaque na prevenção, por meio da atenção básica junto ao núcleo familiar.

Doenças como a sarampo, rubéola, poliomielite e meningite representavam preocupações constantes das autoridades de saúde brasileiras e criciumenses, sobretudo por afetarem com gravidade a população infantil, com altos índices de mortalidade. Diante desse cenário, o Projeto Criciúma Criança tinha como objetivo a prevenção dessas doenças, tanto por meio da melhoria das condições sanitárias quanto pela imunização através da vacinação. A qual se tornou um dos pilares fundamentais dos programas de saúde pública, especialmente no combate à meningite, uma doença que gerava sério risco à vida das crianças e adolescentes.

Tomando como exemplo a meningite, é possível observar a gravidade do cenário desde o surto de 1974, que se concentrou nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, mas que, de maneira geral, afetou o país como um todo. Em Santa Catarina, os dados revelavam que a enfermidade continuava sendo um desafio, mesmo após as campanhas de vacinação. Em 1988, a taxa de incidência era de 8,6 casos por 100 mil habitantes; em 1989, esse número subiu para 9,7, e, posteriormente, em 1993, caiu para 8,1 casos por 100 mil habitantes. (Puricelli; et al., 2004).

Nesse sentido, o Projeto Criciúma Criança fortaleceu campanhas de vacinação descentralizadas, que alcançaram comunidades com baixa cobertura, e criou novos postos de atendimento, o que possibilitou o aumento da imunização, especialmente contra sarampo, rubéola, poliomielite e meningite. Além disso, o município assumiu a responsabilidade pela testagem neonatal, oferecendo gratuitamente o teste do pezinho.

Esses esforços pela vacinação ficam evidentes em várias das fontes analisadas, exemplo disso é o Jornal Interno da Prefeitura de Criciúma (Casulo), que trata dos objetivos e investimentos do Projeto Criciúma Criança que evidenciam os esforços do poder municipal pela imunização.

[...] Apenas no primeiro semestre de 1990, implantamos o serviço em mais nove postos, descentralizando, assim, as ações e facilitando o acesso da população. Além disso, só em 90 foram realizadas oito campanhas de vacinação entre anti-meningocócica (meningite), anti-poliomielite (paralisia) e a multivacinação (tríplice e anti-sarampo). (Criciúma, 1991a, não paginado).

É importante ressaltar que a intensa campanha de imunização não foi uma iniciativa exclusiva da prefeitura de Criciúma, mas parte de um esforço nacional mais amplo, encabeçado pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI), criado pelo Ministério da Saúde em 1973. Esse programa teve como objetivo centralizar e coordenar ações de vacinação em todo o Brasil, visando centralizar as políticas de vacinações que eram marcadas pelas discontinuidades e sem efetividade no aspecto de erradicação das doenças. Dessa forma, o poder público municipal por meio do Projeto Criciúma Criança, foi incorporando metas e diretrizes nacionais como uma de suas frentes de atuação.

O plano principal do Projeto Criciúma Criança, demonstrava uma mudança significativa na política de saúde municipal, marcada pela transição de um modelo centrado no atendimento imediatista, para uma abordagem preventiva e integral da

saúde pública. Essa mudança é destacada no próprio documento, que afirma que “além de se ocupar com aspecto curativo do atendimento, a Secretaria Municipal de Saúde dedicou-se especialmente às ações destinadas à prevenir o aparecimento de doenças.” (Criciúma, 1993, p. 47).

Essa afirmação apesar de muitas vezes ter sido usada como discurso para promoção política, pode ser comprovada pela própria mudança nacional trazida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que estabelece a saúde como um direito de todos e dever do estado, com destaque na promoção da prevenção. (Brasil, 1988, art. 196). Segundo Paim (2008), o novo modelo representou uma ruptura com as práticas assistencialistas, ao incorporar os determinantes sociais da saúde e incentivar políticas intersetoriais, voltadas à melhoria da qualidade de vida.

Portanto, é plausível afirmar que o Projeto Criciúma Criança só pôde ser concebido e consolidado por meio das transformações proporcionadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A estrutura do SUS, ao garantir acesso universal e integral aos serviços de saúde, ofereceu as bases normativas e institucionais necessárias para que ações intersetoriais, como as do projeto, fossem possíveis no âmbito municipal. Já que, antes da sua criação:

O sistema de saúde brasileiro tendia cada vez mais a se assemelhar com a medicina americana. Havia uma multiplicidade de instituições e organizações - estatais e privadas - prestadoras de serviços de saúde, muitas vezes dirigidas a uma mesma clientela, deixando milhões de pessoas excluídas da atenção ou com serviços de baixa qualidade.” (Paim, 2008, p.24).

Assim, o SUS representou não apenas uma ampliação do acesso, mas uma ruptura com seu antecessor, um modelo fragmentado e excludente, possibilitando que municípios como Criciúma passassem a desenvolver ações de saúde voltadas à promoção e a prevenção, articuladas a políticas de assistência social, educação e saneamento.

Destacou-se ainda que, além de treinar todo o pessoal da rede de atendimento para a ampliação do trabalho de vacinação, a prefeitura de Criciúma “adotou duas importantes medidas para estimular os pais a manterem em dia a carteirinha de vacinação dos filhos” (idem, p. 50). Ambas tratavam sobre a condicionalidade de acessos a determinados direitos sociais, a primeira estabelecia que a merenda escolar seria disponibilizada nas escolas municipais apenas para alunos cujos pais apresentassem a carteirinha de vacinação em dia; a segunda previa

que as empresas deveriam utilizar a carteirinha de vacinação como comprovante essencial para acesso a vaga de trabalho.

Essas medidas levantam questionamentos éticos e jurídicos importantes, pois ao atrelar o acesso a direitos básicos como a alimentação escolar e acesso ao mercado de trabalho ao cumprimento de obrigações sanitárias, corre-se o risco de transformar a vacinação, que deve ser uma política pública universal de promoção da saúde, em um instrumento de controle social punitivo, o que pode violar princípios constitucionais como o da dignidade da pessoa humana e a própria universalidade de direitos.

A condicionalidade adotada no Projeto Criciúma Criança apresenta uma grande distinção em relação àquela discutida por autores como Torres (2014) no contexto de programas como o Bolsa Família, por exemplo, pois este associa a transferência de renda à frequência escolar e a vacinação. No caso de Criciúma, a exigência da carteira de vacinação era usada como condição para garantir direitos básicos, como a merenda escolar e o emprego. Essas medidas podem ser caracterizadas como excludentes, pois penaliza diretamente famílias e crianças que, por diferentes barreiras sociais, podem não ter acesso pleno à vacinação. Enquanto o Bolsa Família associa a segurança financeira a direitos como educação e saúde, com base em uma lógica de corresponsabilidade. Essa lógica, adotada pelo Projeto Criciúma Criança impõe restrições imediatas a necessidades humanas básicas.

No campo da saúde, o Projeto Criciúma Criança propôs uma série de ações relacionadas ao planejamento familiar, contemplando os cuidados com a saúde desde a concepção ao puerpério. Na Cartilha “Em Criciúma, criança tem constituição de pessoa” (1991), foram destacadas algumas:

- 1- informar aos casais sobre a oportunidade e os meios de determinar o número de filhos de acordo com suas reais possibilidades;
- 2- dar atendimento completo à gestante, durante todo o período da gravidez, incluindo médico, enfermeira, exames de laboratório e a complementação alimentar necessária;
- 3- assegurar a todas as mães a realização do parto em hospital e acompanhamento médico no pós parto;
- 4- incentivar o aleitamento materno, se necessário, fornecer suplementação alimentar ao bebê;
- 5- tratar com rapidez e eficácia os casos de desidratação e as infecções respiratórias agudas das crianças;
- 6- vacinar, sempre que necessário ou por solicitação do médico, as crianças contra todas as doenças que podem ser evitadas;
- 7- prevenir a ocorrência das epidemias que possam atingir as crianças;

8- dotar as creches dos serviços profissionais de uma equipe multidisciplinar que inclui médicos, enfermeiras, psicólogos e nutricionistas. (Criciúma, 1990b, não paginado)

Ainda que essas propostas demonstrem uma atenção integral à saúde infantil, é necessário refletir de maneira mais profunda sobre algumas de suas premissas. O primeiro item, por exemplo, revela uma concepção de planejamento familiar que pode se aproximar de uma lógica higienista, na medida que orienta os casais a determinarem o número de filhos “de acordo com suas reais possibilidades” (idem, 1991). Essa “orientação”, não promovia autonomia reprodutiva, já que esse mecanismo de controle de natalidade é direcionado especialmente às camadas mais empobrecidas da população.

De acordo com Foucault (1988), as práticas de biopoder atreladas as políticas públicas podem, sob o discurso de proteção e cuidado, atuar no controle dos corpos e da reprodução, especialmente daqueles considerados “improdutivos” pela lógica capitalista. Assim:

vê-se também tornar-se tema de operações políticas, de intervenções econômicas (por meio de incitações ou freios à procriação), de campanhas ideológicas de moralização ou de responsabilização: é empregada como índice da força de uma sociedade, revelando tanto sua energia política como seu vigor biológico”. (Foucault, 1988, p. 137).

Apesar do documento mencionar a orientação dos pais no planejamento familiar, na prática, observa-se a responsabilização quase que exclusiva das mulheres pelo controle reprodutivo. Isso se evidencia ainda mais no fato de que grande parte das ações de conscientização e orientação foram direcionadas pelos clubes de mães, espaços formados somente por mulheres, e que os métodos contraceptivos propostos são quase sempre femininos. Em nenhum momento os documentos fazem menção a métodos como a vasectomia, por exemplo, o que reforça uma culpabilização e responsabilização maior das mulheres. Esse entendimento revela uma contradição fundamental presente no projeto e na própria sociedade da época: embora o Criciúma Criança apresente frentes consideradas progressistas para a época em que foi criado, também reproduziu abordagens higienistas e moralizantes herdadas de políticas públicas anteriores.

No que diz respeito a outros aspectos da saúde, como a segurança alimentar, o Projeto Criciúma Criança vinculou suas ações à Legião Brasileira de Assistência (LBA). Criada em 1942, durante o Estado Novo, foi uma instituição federal com ações

voltadas ao atendimento assistencial da população mais empobrecida, especialmente mulheres e crianças, sendo marcada por uma lógica centralizadora e paternalista. Entre as ações realizadas pelo Projeto Criciúma Criança, encontrou-se a distribuição de leite para famílias em vulnerabilidade:

totalizando 800kg de leite distribuídos mensalmente sendo 2kg cada uma atingindo 400 crianças [...]. Fazendo parte do conjunto de ações do Projeto Criciúma Criança, foram cadastradas crianças de 6 meses a 3 anos de famílias cuja renda não ultrapasse a 2 salários-mínimos. [...] Procuramos atender a todos, mas trabalhamos sempre vinculados ao volume de alimentos que a LBA nos fornece. [...] As famílias cadastradas são, comprovadamente, necessitadas. (Prefeitura distribui leite às crianças carentes, 1991, não paginado)

Essa ação fazia parte de um conjunto de medidas adotadas pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) voltadas à promoção da saúde infantil, especificamente para crianças de 6 meses a 3 anos. A ação noticiada no jornal da época visava combater à desnutrição infantil, porém, ela também representava o caráter seletivo da distribuição, e a vinculação direta à comprovação da “necessidade” das famílias, reforçou uma abordagem caritativa mais do que um direito social garantido. Isto é, apenas aquelas consideradas comprovadamente “carentes” seriam atendidas, reforçando uma ideia assistencialista e seletiva, baseada mais em critérios de filantropia do que em um entendimento da alimentação como um direito universal.

Além disso, ao depender dos repasses de alimentos feitos pela Legião de Assistência Brasileira (LBA), é necessário questionar até que ponto essa ação pode realmente ser considerada uma frente própria do Projeto Criciúma Criança. Na prática, essa política assistencial já existia no país, e era gerida por um órgão federal, e não uma ação formulada pelo município. Contudo, tanto o poder público criciumense quanto a mídia local escolheram estrategicamente e intencionalmente vincularem as ações da Legião Brasileira de Assistência (LBA) ao Projeto Criciúma Criança. Ao incorporar essas ações como se fossem parte do projeto, buscava-se ampliar sua visibilidade e legitimidade perante a opinião pública, reforçando o protagonismo da gestão municipal e promovendo politicamente o programa como uma política social ampla.

Ao adentrarmos o campo da assistência social, é importante destacar que, embora a Constituição Federal de 1988 tenha reconhecido a assistência como um direito social, sua efetiva materialização enquanto política pública só ocorreu a partir da regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993. Portanto,

durante os anos de vigência do Projeto Criciúma Criança, as ações voltadas para essas políticas eram fortemente ancoradas na atuação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e em práticas de filantropia. Nesse contexto, as situações de vulnerabilidade socioeconômica eram tratadas com um viés caritativo, marcado pela focalização, pela seletividade e pela ausência de garantias universais de acesso. Desta maneira, o Projeto trouxe elementos dessa nova concepção, mas também encontrou dificuldade em romper com o paradigma anterior.

As ações sociais do Projeto Criciúma Criança também concentraram esforços para retirar as crianças das ruas, por meio do Centro Educacional Regional (CER), que foi municipalizado em julho de 1992 e passou a ser gerido pela Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma (AFASC). A instituição funcionava como um abrigo e espaço de acolhimento, responsável por medidas socioeducativas com oficinas de horticultura, marcenaria e práticas esportivas, visando atender “[...] vítimas de abandono, abuso, negligência e maus tratos na família.” (Criciúma, 1993, 58).

A presença de crianças e adolescentes em situação de rua não era uma novidade em Criciúma. Essa realidade se agravou nas décadas anteriores devido ao crescimento urbano desordenado, ao desemprego e à precarização das políticas sociais. A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, representou uma grande mudança ao estabelecer a doutrina da proteção integral e substituir a antiga lógica que frequentemente justificava práticas de recolhimento forçado e institucionalização.

Contudo, essas crianças ainda eram vistas como “problemas sociais”, alvos de estigmas e preconceitos. Ao invés de serem reconhecidos como sujeitos de direitos, conforme propunha o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), persistia a lógica punitivista, com o objetivo de enquadrá-los a ordem social vigente. A visão moralizante e criminalizadora dessas crianças e adolescentes é escancarada em matéria publicada pelo jornal Tribuna Criciumense, sob o título: “CER, um antro de marginais que apavora Vila Zuleima”. O texto da reportagem expressa de forma explícita o preconceito da sociedade e mídia local:

Não somos contra o funcionamento do CER - Centro Educacional Regional - desde que abrigue apenas crianças abandonadas pelos irresponsáveis pais. Mas da maneira como vem funcionando não é concebível e aceitável, pois vem tirando o sossego e a tranquilidade dos moradores da Vila Zuleima, uma comunidade trabalhadora que a cada dia se apavora com o pessoal que para lá são encaminhados, considerados verdadeiros marginais de difícil

recuperação. (CER, um antro de marginais que apavora Vila Zuleima, 1992, não paginada)

Esses discursos revelam o quanto o estigma da infância pobre e institucionalizada permanecia atrelado a noções de desvio, perigo e ameaça à ordem pública. Ainda que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) tenha estabelecido um avanço jurídico, a resistência social à sua efetivação era evidente. A população e mídia local, como demonstrado na reportagem, não viam essas crianças como vítimas de violações de direitos, mas como potenciais *delinquentes*, reafirmando a ideia de que políticas públicas voltadas a esse público deveriam ser, antes de tudo, instrumentos de contenção e correção.

No entanto, as reportagens do Tribuna Criciumense sobre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade foram analisadas por Elisangela da Silva Machieski (2013), que identifica a permanência de representações estigmatizantes mesmo após os avanços institucionais promovidos pela redemocratização e pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Segundo a autora, apesar das mudanças nos marcos legais e do novo entendimento da criança como sujeito de direitos, o jornal continuava a retratar esses jovens como uma ameaça à ordem pública e como responsáveis por “manchar” a imagem da cidade.

Todas essas movimentações podem ser interpretadas como uma forte resistência das elites locais à nova legislação, que propunha um tratamento profundamente distinto para as crianças e adolescentes em conflito com a lei. Essa mudança, no entanto, gerou incômodos nas classes dominantes, que passaram a exigir respostas punitivistas, especialmente em relação às crianças oriundas de famílias empobrecidas e majoritariamente racializadas, revelando a inconformidade com a nova perspectiva de cidadania para sujeitos historicamente marginalizados. Essa cobrança, muitas vezes mascarada por discursos de segurança e ordem pública, evidencia a persistência de uma lógica racista, que associa pobreza à criminalidade e rejeita o acesso de determinados grupos a legislações que garantem a dignidade humana.

O campo da educação foi marcado por interseções com diversas áreas, especialmente com a saúde. Um exemplo foi a atenção dada à saúde bucal infantil, com ações educativas nas escolas, distribuição de kits de higiene e capacitações de professores e familiares sobre cuidados preventivos. Essa articulação entre educação

e saúde concretizou em iniciativas como o atendimento odontológico nas escolas da rede municipal, conforme noticiado pelo Jornal Tribuna Criciúmensis:

No primeiro semestre do ano em curso, mais de 5.500 escolares da rede municipal de ensino na faixa etária de 6 a 14 anos, receberá atendimento odontológico prestados pela Secretaria de Saúde da Prefeitura de Criciúma. Este serviço tem como prioridade básica a prevenção, para evitar a rotina do trabalho curativo e o alto custo do mesmo. (Atendimento odontológico a milhares de crianças, 1990, não paginado)

Já em outra matéria do mesmo Jornal, em 15 de setembro de 1990, há um reforço da atuação do serviço de odontologia dentro das escolas, agora com a ampliação dos atendimentos para os 1º e 2º graus da rede estadual.

A intensificação do serviço de prevenção e recuperação da dentição entre os estudantes, conforme o responsável pela Divisão, Valdemir Rosso, foi desencadeada após a conclusão de um levantamento epidemiológico de cáries feito pela secretaria nas escolas. A partir desta constatação, disse Rosso, a secretaria começou a fazer reuniões com as crianças e pais, dando palestras educativas com o auxílio de slides e mostrando a importância de uma dentição sadia na saúde geral do indivíduo. (Serviço de odontologia chega às escolas, 1990, não paginado)

Essa iniciativa do Projeto Criciúma Criança, reforçou a articulação entre as áreas da saúde e da educação no âmbito municipal, abrindo caminho para práticas que só seriam institucionalizadas em nível nacional muitos anos depois, com a criação do Programa Saúde na Escola (PSE), este que é uma política intersetorial da Saúde e da Educação e que foi instituído em 2007 pelo Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007⁵. O PSE representa uma política intersetorial que busca promover ações de prevenção, promoção da saúde e educação em saúde no ambiente escolar, com base em diagnósticos locais e ações integradas entre profissionais da saúde e da educação.

As ações observadas no contexto do Projeto Criciúma Criança revelam uma concepção ampliada de saúde, próxima da abordagem desenvolvida pela Carta de Ottawa, elaborada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1986, durante a 1ª Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, realizada no Canadá. Esse

⁵ “As políticas de saúde e educação voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira se unem para promover saúde e educação integral. A intersetorialidade das redes públicas de saúde e de educação e das demais redes sociais para o desenvolvimento das ações do PSE implica mais do que ofertas de serviços num mesmo território, pois deve propiciar a sustentabilidade das ações a partir da conformação de redes de corresponsabilidade. A articulação entre Escola e Atenção Primária à Saúde é a base do Programa Saúde na Escola. O PSE é uma estratégia de integração da saúde e educação para o desenvolvimento da cidadania e da qualificação das políticas públicas brasileiras.” (Brasil, 2025, não paginado)

documento representou um marco ao afirmar que a escola é um espaço estratégico para ações de promoção da saúde, considerando seu potencial de alcance, de formação cidadã e de articulação com a comunidade.

O campo da educação, no âmbito do projeto, teve como principal ação a criação dos Centros Educacionais de Integração Comunitária (CEICs), mas a proposta intencionava ir muito além disto. Em diversos documentos, a educação foi tratada como uma pauta ligada à “mente”. O jornal interno da Prefeitura de Criciúma, por exemplo, apresenta a educação como questão central para a transformação mental, como se observa no tópico “A mente”, que destaca:

É Criciúma educando o indivíduo para a cidadania plena, desde sua mais tenra idade, através da participação efetiva no processo de mudança da realidade; é Criciúma preparando-se para viver um futuro mais justo, mais humano e mais seguro; é Criciúma buscando construir uma sociedade mais consciente, mais realizadora e portanto mais feliz. Por isso, a Secretaria de Educação e Cultura busca em cada uma de suas atividades: “Educar pela ação para a transformação”. (Criciúma, 1991c, p. 7)

Ao adotar o lema “Educar pela ação para a transformação”, o projeto transmitia a ideia de protagonismo dos estudantes da rede municipal de ensino, sugerindo que eles seriam agentes centrais no processo de mudança social. No entanto, observa-se que grande parte da aposta nessa transformação estava associada à melhoria da infraestrutura escolar, tratada como um dos principais fatores responsáveis por alcançar tal objetivo. De fato, houve investimentos significativos nesse setor, aspecto frequentemente lembrado e destacado como o carro-chefe da frente educacional do projeto. Essa concepção aparece na própria documentação do projeto, a qual descreve o processo de mudança vivenciado pela rede escolar municipal:

[...] A Rede Escolar Municipal como um todo está passando por um profundo processo de mudança, que tem sua raiz na definição e adoção de uma nova linha pedagógica. As escolas de Criciúma Criança vão se tornando participativas, sérias, competentes, alegres, atualizadas, bem equipadas. O ensino está sendo reformulado e adequado às necessidades da criança. Os alunos, estimulados a participar criativamente do processo de aprendizagem. E os professores, sistematicamente capacitados para operar dentro de uma nova proposta. (A rede escolar municipal, 1990, não paginado)

Ao citar as alterações na rede municipal de ensino, aquelas responsáveis por mudanças de currículo e de protagonismo não ficam evidentes, já que na maioria das vezes não se detalha quais mudanças ocorreram para além da infraestrutura. A ênfase maior recaiu sobre os aspectos estruturais e organizacionais da rede, como a

atualização e bom equipamento das escolas, reformulação do ensino e capacitação docente. Contudo, mesmo esses dois últimos pontos, aparecem de maneira geral, sem a descrição concreta das ações, metodologias ou resultados obtidos.

Diante dessa ausência, podemos lembrar o que Paulo Freire (1996) afirmou sobre protagonismo estudantil que implica que os educandos sejam sujeitos ativos na construção do conhecimento, participando criativamente do processo de aprendizagem e atuando como agentes de transformação. Assim, embora uma infraestrutura adequada seja fundamental para criar condições de ensino favoráveis, ela por si só, não garante autonomia e protagonismo dos estudantes, elementos que dependem de uma série de fatores como práticas pedagógicas participativas e de diálogo entre a comunidade escolar.

Uma das ações que pode ser associada a uma prática educativa além da infraestrutura, e também vinculada à área da cultura, foram os eventos e iniciativas realizados em praças e ruas da cidade. Essas atividades buscavam envolver a comunidade e discutir temas relevantes tanto para as crianças, quanto para a população em geral. Um exemplo foi a Rua da Criança, iniciativa na qual “[...] as noções básicas de Trânsito e Segurança foram assimiladas em clima de muita descontração e criatividade. (Criciúma, 1991a). Essa proposta visava permitir que as crianças vivenciassem de forma prática conceitos importantes para sua segurança e cidadania, fortalecendo o vínculo entre educação, cultura e vida em comunidade.

Ainda, o projeto apresenta seu olhar sobre os déficits de aprendizagens e a realidade social dos estudantes. O documento afirma:

Entretanto, como afirmam determinados estudiosos do fenômeno social brasileiro, “nas camadas mais populares da sociedade a família ainda não é família e a criança ainda não é criança”. [...] Por que esse fenômeno ocorre sobretudo entre as crianças mais carentes? Pela estrutura muitas vezes transitória dessas famílias pobres, com pais ausentes, excessivo número de filhos, pouca atenção ao cotidiano escolar das crianças, falta de estímulo. (Criciúma, 1990b, p. 7).

Essa afirmação revela um viés fortemente culpabilizador em relação às famílias mais empobrecidas, atribuindo a elas a responsabilidade pelos problemas de aprendizagem. Ao afirmar “a família ainda não é família e a criança ainda não é criança”, o texto compara veladamente o núcleo familiar desses grupos a norma burguesa de família, tomando a mesma como padrão universal a ser alcançado. Essa

perspectiva não leva em consideração os atravessamentos de classe, raça e gênero que moldam a constituição familiar.

Esse tipo de narrativa faz parte de concepções influenciadas por debates em torno do desenvolvimento do capitalismo, das revoluções burguesas e do funcionamento dos sistemas educativos nacionais. Essas ideias frequentemente responsabilizam as famílias pobres pelas dificuldades de aprendizagem (Patto, 1999, p. 28). Este tipo de discurso é proveniente de intencionalidades e da hegemonia discursiva das classes dominantes a respeito do sistema educativo que objetiva isentar o capitalismo da responsabilidade pelo fracasso escolar das classes populares.

O Projeto Criciúma Criança também propunha questões relacionadas à gestão escolar, entendendo como um elemento central para o fortalecimento do vínculo entre a escola e a comunidade. Entre essas iniciativas, destacou-se a realização de eleições para diretor nas escolas da rede municipal, buscando ampliar a participação social e consolidar processos democráticos no ambiente escolar:

A eleição para diretor nas escolas da rede municipal ocorre bienalmente, assegurando o direito a voz e voto da comunidade escolar: alunos, professores, pais e funcionários, à participação efetiva nas decisões educativas, refletindo o espírito democrático, consciente e responsável, bem como a integração de idéias e ações no andamento das atividades escolares. (Criciúma, 1993, p. 8)

Essa medida representava um avanço no sentido de democratizar a gestão escolar e integrar diferentes segmentos da comunidade nas decisões pedagógicas e administrativas. Haja visto que a eleição para diretores permite que a comunidade escolar participe da escolha de seus diretores, afastando-se de imposições políticas e de nomeações autoritárias que, historicamente, marcaram a gestão educacional no Brasil sendo um desafio ainda nos dias atuais.

Na área da cultura, o Projeto Criciúma Criança desenvolveu diversas ações e projetos articulados à educação, utilizando a mesma como meio de propagação de suas propostas. Um dos objetivos vinculava-se fortemente com a recente mudança na narrativa acerca da identidade de Criciúma, que passou a atrelar-se à noção de etnias, já discutida anteriormente. Como mencionado no documento intitulado Casulo da Criança “O Projeto Criciúma Criança propiciou a criação de uma nova mentalidade nos educandos, que passaram a ver as escolas como centros de levantamento históricos, étnicos e artísticos.” (Criciúma, 1991a)

Nesse sentido, o projeto investiu amplamente na noção de etnias que começavam a surgir em diversas pautas sobre políticas públicas e na própria narrativa identitária da cidade. Contudo, ao promover a formação de grupos étnicos voltados à consolidação dessa identidade, cabe questionar quais grupos foram enaltecidos e incorporados ao discurso oficial e quais permaneceram invisibilizados ou silenciados. Essa seleção de memórias e pertencimentos revelava que a valorização cultural não foi um processo neutro, mas que envolveu escolhas que demonstram intencionalidades políticas.

Assim como têm um corpo de pedra e tijolo, ferro e cimento, água e vidro, verde e cinzento, as cidades também têm alma. E sua História. A memória das suas etnias, com seus usos, costumes, culturas. Tradições que o Projeto Criciúma Criança está valorizando em todas as escolas, incentivando a formação de grupos étnicos e o desenvolvimento das suas manifestações culturais. (Criciúma, 1990b, p. 9)

Esses grupos étnicos não surgiram de um engajamento espontâneo da comunidade escolar, mas de uma ideia derivada de disputas externas, que aos poucos foi se estabelecendo como uma estratégia para consolidar a hegemonia de uma suposta identidade vinculada à Europa. Assim, esses grupos poderiam apresentar-se nas mais diversas comemorações, reforçando a ideia de legitimidade dessas identidades por meio da aparente adesão das crianças e adolescentes.

Nesse movimento de valorização cultural promovido pelo projeto, principalmente em torno das etnias e da construção de uma identidade oficial para a cidade, algumas ações práticas foram propostas para ampliar o acesso das crianças à Cultura e ao Lazer. Entre elas, destacava-se a elaboração de um livro adaptado à linguagem infantil intitulado História de Criciúma, que teria como função reforçar essa narrativa identitária desde a infância. No entanto, esse material não foi localizado entre as fontes consultadas, o que impede avaliar seu conteúdo. Ainda assim, considerando o contexto histórico e a narrativa predominante no projeto sobre a história de Criciúma, é bastante provável que a obra tenha silenciado ou minimizado a participação indígena e negra no processo histórico local. (Criciúma, 1993)

Em relação à cultura houve outras iniciativas bastante relevantes, como oficinas de arte, a Semana da Criança, entre outros, que não foram analisados de maneira direta neste trabalho. Contudo, ao findarmos nossa análise sobre as ações voltadas às crianças e adolescentes, é notável que o projeto apresentou diversas iniciativas alinhadas a noção de desenvolvimento integral, ao mesmo tempo em que

incorporou questões oriundas de lógicas mais conservadoras sobre a infância, refletindo o caráter complexo e dialógico da sociedade da época. Mas o que chama atenção, é que muitas dessas políticas convergiram para a tentativa de estabelecer uma nova identidade para Criciúma, uma identidade que buscou se distanciar do carvão, mas que também, se afastava da presença indígena e negra na história e na vida da cidade.

4.2. POLÍTICAS PARA A CIDADE CRIANÇA

Imagine uma Cidade onde toda criança fosse concebida com o direito de nascer sadia. E que, quando nascesse, tivessem direitos iguais aos de todas as outras crianças. O direito de crescer em liberdade, sem nenhum tipo de discriminação. Imagine: nesta Cidade, todas as crianças teriam o direito de desenvolver a inteligência, a vontade, a sensibilidade. O direito ao espaço e ao tempo para brincar. O direito de sonhar até com o impossível. Imagine uma Cidade onde todas as crianças tivessem o direito de viver e de se realizar integralmente como pessoa. Uma pessoa. Uma Cidade que todos os cidadãos assumissem o dever e o compromisso de construir. Cada qual colaborando com a sua parcela de trabalho, amor e imaginação. Imagine: esta Cidade pode ser sua. Basta que todos cumpram e façam cumprir a lei: a Declaração dos Direitos da Criança, promulgada pela ONU, em 1959, a Constituição Federal do Brasil, de 1988, e a Nova Lei Orgânica da Cidade de Criciúma. Faça a sua parte. Juntos, vamos construir uma cidade assim. (Criança não é menor, 1990, não paginado)

Essa formulação não se limita a um apelo poético; ela traduz um posicionamento político que buscava articular princípios legais com práticas concretas de planejamento urbano e social. Ao propor que a cidade seja estruturada com base nas necessidades e direitos das crianças, o projeto visou incorporar a infância e adolescência como eixo estruturante das políticas públicas. Contudo, as iniciativas mostraram-se muito mais abrangentes impactando toda a cidade e a população no geral.

Nesse sentido, as transformações promovidas pelo projeto demonstraram-se mais complexas e amplas do que somente um projeto para as crianças e adolescentes, já que suas propostas demonstraram significativo paralelo entre a superação do carvão com o surgimento de uma nova concepção de Criciúma, tanto do ponto de vista urbano quanto identitário. Portanto, analisamos as obras voltadas para as crianças e adolescentes e seus objetivos, mas boa parte do projeto trouxe ações e políticas que se estenderam a cidade e a população como um todo.

Esse compromisso se materializou em diferentes frentes, incluindo a criação e revitalização de espaços públicos voltados ao lazer e à convivência comunitária. Essas iniciativas buscavam não apenas atender à população infantil e adulta, mas também contribuir para a transformação da paisagem urbana. Como destacou matéria publicada no Jornal Tribuna Criciúmensis:

[...] a prefeitura Municipal de Criciúma, com o objetivo de melhorar a paisagem urbana e possibilitar o convívio mais direto da população com a natureza, vem desenvolvendo um trabalho de arborização das ruas e a construção de novas praças. Em breve estarão sendo entregues a população mais quatro praças [...] Espaços planejados com áreas de lazer para crianças e adultos, as praças tem como função oferecer um amplo lugar de convivência comunitária. São ajardinadas com gramados e árvores possuem áreas de estar com bancos e parque infantil. [...] Com esse projeto pretende-se ampliar os espaços que servem de lazer para aqueles que frequentam o Museu estudantes, pesquisadores, turistas e para os moradores da redondeza. [...] São iniciativas como estas, ainda que localizadas, que irão tecer um futuro com qualidade ambiental necessária e tão urgente nesse final de século. (Projeto Criciúma Criança entrega novas praças, 1992, p. 7)

Essas ações, exemplificam como o Projeto Criciúma Criança articulava políticas de urbanismo, cultura e meio ambiente com a intenção de construir uma cidade mais ambientalmente qualificada. Ao investir em espaços de convivência e lazer, o projeto reforçava a noção de que o direito à cidade também passava pelo acesso a ambientes públicos de qualidade, capazes de atender a diferentes faixas etárias e estimular o encontro entre diversos segmentos da população.

Essa perspectiva pode dialogar com a concepção de Henri Lefebvre (1970) sobre o direito à cidade, que não se restringe ao acesso físico ao espaço urbano, mas envolve a apropriação social e cultural desses espaços como condição para a vida coletiva. Nesse sentido, as praças, parques e áreas de lazer planejadas tem que gerar significado para a população não somente apagar as marcas do carvão ou embelezar a cidade.

A preocupação com áreas verdes e praças revela que o projeto não limitava sua ação a políticas assistenciais, mas buscava transformar o ambiente urbano. Esses espaços assumem papel simbólico e funcional, por um lado, representam a construção de uma nova imagem para a cidade; de outro, podem ampliar as possibilidades de interação social e promover vínculos comunitários e fortalecer a vida pública.

Contudo, ao relacionar tais iniciativas à narrativa mais ampla de identidade urbana promovida pelo projeto, percebe-se que a requalificação dos espaços públicos

não foi neutra. Assim como ocorreu com as ações culturais e educativas, a criação e revitalização de praças e áreas verdes convergiram para a construção de uma identidade oficial para Criciúma que buscava se distanciar da imagem do carvão, mas que também diminuía a presença histórica de povos indígenas e da população negra da cidade. Dessa forma, a paisagem urbana renovada e os símbolos construídos nesse processo ajudaram a legitimar a narrativa seletiva sobre quem é reconhecido como parte da história e quem permanece à margem dela.

Além de parques e arborização da cidade o relatório final do ano de 1992, que trata sobre o projeto Criciúma Criança desde a sua implementação, também apresenta um informações sobre a indústria no município, dizendo que “Criciúma experimentou um notável avanço com a criação da área industrial de Rio Maina [...] os trabalhadores encontrarão na área industrial um campo onde crescerá o nível de emprego.” (Criciúma, 1993, p. 22). A inclusão deste dado no relatório do projeto voltado, em tese, para crianças e adolescentes, revela que o Projeto Criciúma Criança não se restringiu a ações de educação, saúde e lazer.

Esse investimento na industrialização de bairros tinha implicações diretas na reorganização urbana. Seu objetivo aparente era aproximar oportunidades de emprego das áreas residenciais e estimular a fixação das famílias sem longos deslocamentos. Contudo, essa política também pode ser interpretada como a tentativa de afastar complexos industriais de áreas mais centrais da cidade, liberando esses espaços para outros usos e, ao mesmo tempo, separando a classe trabalhadora da elite local. Uma vez que:

Uma boa parcela da economia urbana pode, assim, desenvolver-se sem custos de investimentos adicionais em infra-estruturas, já que somente as atividades hegemônicas exigem a renovação do espaço construído. Podemos dizer que, nos próximos decênios, o "custo" das grandes cidades vai baixar e não aumentar, uma vez que muitas indústrias hegemônicas já estão se localizando nas periferias das megalópoles, das metrópoles e, mesmo, das cidades médias. (Santos, 1993, p. 123).

Assim, essa análise revela que a descentralização industrial, muitas vezes vendida como medida para melhorar a qualidade de vida urbana, cumpre uma função estratégica na lógica capitalista de produção do espaço. Ao deslocar atividades produtivas para áreas mais periféricas, o planejamento urbano responde não só a questões de infraestrutura, mas também a interesses econômicos, que buscam valorizar áreas centrais, como o mercado imobiliário de alto padrão. Portanto, o

Projeto Criciúma Criança investia em arborizar a cidade e criar parques, enquanto as periferias ainda continuavam expostas aos efeitos do carvão e os efeitos de indústrias em seu território.

Essa remodelação urbana de Criciúma dialogava, portanto, a questões mais amplas de reconfiguração urbana e econômica, no qual comércio e turismo assumiram papel de destaque. Nesse sentido, registros apontam iniciativas voltadas à dinamização dessas atividades, como a realização de exposições em pontos estratégicos da cidade, onde “foram montados 51 stands permanentes para a venda de confecções diretamente dos micro e pequenos empresários aos comerciantes” (Idem, 1992, p. 22). Essas ações revelavam que, todas as ações de reconfiguração urbana faziam parte de uma proposta muito maior a de tornar Criciúma uma cidade atrativa do ponto de vista turístico e econômico.

Dessa maneira, as mudanças urbanas foram amplamente divulgadas, uma vez que:

A Prefeitura confeccionou 20 mil folhetos com informações sobre hotéis, bares, vida noturna, restaurantes, pontos turísticos, postos de vendas, centros de compras e telefones de serviço, com distribuição feita em toda a região e orla marítima. [...] E para que tudo andasse direito nesta área, organizou-se a formação da Comissão Municipal de Turismo, órgão subordinado ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Industrial. (Criciúma, 1993, p. 23)

Essas ações evidenciavam que o turismo foi pensado de forma integrada ao planejamento econômico e urbano. A vinculação da Comissão Municipal de Turismo ao Conselho de Desenvolvimento Industrial revelou que o turismo não era visto apenas como lazer ou atividade cultural, mas como engrenagem estratégica do desenvolvimento local, capaz de movimentar o comércio, criar novas oportunidades de negociações e tentar fortalecer a imagem de Criciúma como cidade competitiva e atrativa na região.

Assim, podemos conjecturar que as mudanças urbanas e a promoção da identidade histórica de Criciúma como “cidade das etnias” faziam parte de um planejamento amplo que buscou não apenas diversificar a economia, mas também construir uma narrativa culturalmente atrativa, capaz de aproximar simbolicamente a cidade de referências europeias. Essa estratégia de identidade urbana insere-se na lógica do que David Harvey (2005) denomina empreendedorismo urbano, na qual o poder público passa a gerir as cidades como empresas competitivas, buscando atrair

investidores, turistas e grandes eventos. De acordo com o autor, essa lógica consolidou-se sobretudo no contexto posterior às grandes recessões econômicas.

Nessa perspectiva ao se discutir turismo urbano e patrimônio esse processo tende a privilegiar narrativas mais pacificadoras e visuais, enquanto memórias incômodas ou conflitos históricos são minimizados ou invisibilizados. No caso de Criciúma, a valorização da herança cultural europeia funcionava como ativo turístico e simbólico, mas também como instrumento para reposicionar a cidade no imaginário regional, afastando-a da imagem vinculada exclusivamente à mineração.

O Projeto Criciúma Criança também articulou essa reconfiguração simbólica a uma ampla intervenção física na malha urbana. O jornal interno da prefeitura (Jornal – Criciúma II), que apresenta o processo de planejamento, implementação e avaliação do projeto, detalha que.

todo sistema viário de Criciúma foi redesenhado, prevendo a ampliação das áreas de lazer e recreação, sinalização e alargamento de passeios [...] trevos foram construídos, escolas foram ampliadas, praças foram equipadas e o antigo centro de compras foi revitalizado [...] ainda a realização de muitas obras: pavimentação asfáltica e com lajotas; galerias de águas pluviais e drenagem profunda; construção de pontes e a recuperação de caixas coletoras de águas pluviais. (Criciúma, 1991c, p. 4-5)

Mais informações detalhadas sobre as obras podem ser identificadas no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 - Obras concluídas/em execução e projetos (Planejamento Urbano do Projeto Criciúma Criança)

(Continua)

Obra em execução/realizada	Detalhamento
-----------------------------------	---------------------

(continua)

Pavimentação com lajotas	Pavimentação de 143.267,00 m ² em 14 bairros diferentes do município
Pavimentação asfáltica	12,5 km de ruas, avenidas e rodovias pavimentadas em diferentes locais do município
Galeria de águas pluviais e drenagem profunda	instalação do total de 85.816m de tubos de concreto (de 1000mm - 200mm) em todo o território municipal
Pontes	Construção de 9 pontes de acesso em ruas e rodovias estratégicas do município

Ruas com serviços de terraplanagem e reforço para pavimentação asfáltica executados	extensão de 10,9 Km em ruas municipais e acessos à região
Ruas com serviços de terraplanagem, drenagem, reforços e base para pavimentação asfáltica	extensão de 3,6 km em ruas municipais e acessos à região
Bairros com serviços de terraplanagem e drenagens executados para pavimentação com lajotas e asfalto	extensão de 4 km em dois bairros municipais
Construção de Trevos	realizadas 5 obras em diferentes ruas, rodovias e cruzamentos municipais e de acesso à região
Capeamento asfáltico	19.723 m ² de execução em bairros e ruas municipais
Recuperação de caixas coletoras de águas pluviais, tipo boca de lobo	991 unidades em locais espalhados por toda a cidade
Execução de caixas coletoras de águas pluviais, tipo boca de lobo “novas”	1086 unidades novas em locais espalhados por toda a cidade
Recuperação de iluminação das escadarias	locais espalhados em toda a cidade
Recuperação de iluminação das praças e trevos	locais espalhados em toda a cidade
Construção de escolas	total de 6 novas escolas, com ampliação de 60

(Conclusão)

	salas + 1 clube de mães em locais espalhados em toda a cidade
Construção da Creche de Forquilha	Espaço físico da área construída de 459,51 m ² em Forquilha
Sanitário público com urbanização	77,79 m ² de área construída + 296,10 m ² de área urbanizada
Implantação do anel viário central - 1ª etapa	8 ações diversas concluídas ou em execução em locais espalhados por toda a cidade

Reforma do Centro Municipal de Compras	iniciado com previsão de conclusão em fev/1991
Obras no Trânsito	2 ações de sinalização em locais espalhados por toda a cidade
Obras para aquisição de equipamentos e trabalhos diversos	Coleta de lixo (10 veículos), Limpeza Pública (6 empreiteiras + 2 equipes), Limpeza de rios e canais (2 equipamentos + 1 empreiteira), Conservação de vias (1 equipe permanente de conservação)
Projetos Diversos	pautas diversas voltadas ao comércio, urbanização, transporte, CEIC, URS
Distrito Industrial do Rio Maina	Aquisição de área e elaboração do projeto
Implantação do serviço de análise de projeto arquitetônicos e hidro-sanitários	Implantação do serviço de análise de projeto arquitetônicos e hidro-sanitários coibindo o lançamento dos efluentes líquidos sem tratamento prévio
Fiscalização intensiva de obras, posturas e meio ambiente	duas ações direcionadas em locais espalhados na cidade
Frota Municipal	Aquisição de equipamentos e recuperação de veículos (total de 37 itens novos + 151 recuperações + 8 a reformar)
Quadro de pessoal	existente em 01/01/1989: 530 funcionários; total hoje: 327 funcionários; redução: 203 funcionários; contratados empreiteiras: 306 funcionários
Obras Previstas	21 obras previstas em locais espalhados por toda a cidade

Fonte: quadro construído pela autora com base no Jornal Criciúma II da Prefeitura Municipal de Criciúma, ano de 1991. Elaborado em Julho/2025.

Ao observar o quadro de obras executadas, nota-se que o Projeto Criciúma Criança extrapolou, em muito, a dimensão de ligação somente voltada à infância e adolescência, articulando um conjunto de intervenções que, embora apresentadas com a justificativa de “modernizar” a cidade e melhorar a qualidade de vida, também se alinham a uma lógica de valorização de áreas estratégicas. Deste modo, essas obras refletiam a possibilidade de trazer mais visibilidade.

Tudo isso faz parte de uma lógica em que a gestão municipal passa a investir em espaços que possam gerar retorno simbólico e econômico. Assim, a pavimentação

de ruas estratégicas, a construção de trevos e a revitalização de áreas centrais objetivavam a legitimação de uma imagem de Criciúma como cidade organizada, limpa e competitiva. Deste modo, esse processo além de reorganizar o espaço urbano, também elabora e difunde uma narrativa nova acerca da cidade de Criciúma, visando a reposicionar no cenário local e nacional.

Esse conjunto de ações revela que determinados lugares da cidade foram arborizados, novas praças surgiram e a malha viária recebia melhorias, funcionando como espaços vitrines que seriam usados para atrair turismo e servir como propaganda política. Contudo, é inegável que muitas dessas obras levaram qualidade de vida à população e melhoria no deslocamento urbano. Entretanto, estavam longe de ser meras respostas técnicas a demandas urbanas, faziam parte de tramas complexas de intencionalidades e refletiam tensões inerentes ao processo de produção e disputa de Criciúma.

Outro eixo estruturante nas ações e obras do Projeto Criciúma Criança foi a agenda ambiental. O Relatório Final de 1992 destaca que

O problema ambiental foi provocado pela atividade mineradora extrativista de carvão. Os relatores da Eco 92, no Rio de Janeiro, também se preocuparam com a degradação ambiental da cidade. Esta questão diferencia Criciúma das demais cidades brasileiras. Diferencia e exige uma política muito especial para a preservação do meio ambiente. (Criciúma, 1993, p. 35).

A apropriação de pautas ambientais ao Projeto Criciúma Criança dialogava com um contexto nacional e regional, marcado pela propagação do discurso da sustentabilidade no início da década de 1990, especialmente após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92). A mesma que levantou pautas importantes sobre desenvolvimento e meio ambiente e produziu a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que estipulou 27 princípios que giravam em torno de aspectos como vida produtiva e harmonia ambiental. Nesse sentido, a questão da degradação ambiental estava sendo amplamente discutida e Criciúma se inseriu nesse debate de maneira distinta pelo seu passado de extensa extração carbonífera.

Essa adesão à retórica ambiental em planos e projetos urbanos, não foi apenas uma resposta às pressões internacionais e locais, funcionou também como um instrumento de legitimação política e de reposicionamento simbólico das cidades. No caso de Criciúma, a degradação provocada pelo carvão representava um problema

ambiental visível e de difícil negação, tornando impossível não incluir a questão ambiental no discurso e nas ações municipais. Nesse sentido:

A associação da noção de sustentabilidade ao debate sobre desenvolvimento das cidades tem origem nas rearticulações políticas pelas quais um certo número de atores envolvidos na produção do espaço urbano procuram dar legitimidade a suas perspectivas, evidenciando a compatibilidade delas com os propósitos de dar durabilidade ao desenvolvimento. (Acselrad, 1999, p.81).

A partir dessa perspectiva, compreende-se a rearticulação da exploração capitalista, apesar de aparentemente incompatível com as noções de sustentabilidade, apropria-se seletivamente de discursos ambientalistas para consolidar projetos e perpetuar desigualdades. Como exemplo podemos observar que a própria valorização ambiental caminha junto com a valorização imobiliária, promovendo o território como um produto a ser consumido e comercializado. Esse raciocínio se aplica ao Projeto Criciúma Criança, a agenda ambiental integrava-se a um planejamento urbano mais amplo, no qual infraestrutura, saneamento e embelezamento transformaram drasticamente a cidade. Desse modo, drenagem, pavimentação e arborização, embora fundamentais para a melhoria da qualidade de vida, também funcionaram como instrumentos capazes de valorizar seletivamente determinados espaços, muitas vezes à custa de outros.

Como observa Penna (2002, p.128):

Assim, pelo uso e apropriação privada da beleza do verde da paisagem, do ar puro, da água, entre outros valores que se espacializam, localizando-se e constituindo-se em lugares de maior valorização, eles são produzidos em relação a uma centralidade, tornando-se "raros" e adquirem um novo significado - espaços residenciais em potencial, que determinam o paradoxo entre o consumo do meio ambiente pelo urbano causando sua degradação. (Penna, 2002, p.128).

A partir dessa leitura, é possível compreender que o Projeto Criciúma Criança, com suas obras e ações voltadas para a pauta ambiental, contribuiu, direta ou indiretamente, para aprofundar as desigualdades no espaço urbano. Ao priorizar intervenções em áreas estratégicas, criou-se um efeito de valorização seletiva que estimulou a especulação imobiliária e pode ter elevado o custo de vida em determinados bairros, especialmente nas regiões centrais.

Concomitantemente às obras de infraestrutura, os locais degradados pela exploração do carvão foram recobertos por camadas de terra. Enquanto o projeto assumia um discurso comprometido com o meio ambiente e com a superação da

herança da mineração, as regiões mais impactadas pela extração do minério foram aterradas em uma tentativa simbólica e literal de enterrar a própria memória do carvão, como se, ao escondê-lo poderia apagar os danos ali deixados. Essa fina terra funcionou como um simples véu. abaixo dela, o carvão continuava vivo, contaminando o solo, a água e o ar. imperceptível aos olhos desavisados, mas sentindo intensamente pela comunidade. Essa ação revela o paradoxo perverso entre capitalismo e meio ambiente: em vez de solucionar o problema, prefere-se cobri-lo para que a cidade pareça mais com a utopia desejada por determinados grupos do que ela de fato é.

É nesse contexto que o poder municipal demarcava, uma criciúma antes e outra depois do Projeto Criciúma Criança:

Assim, atendendo ao direito das crianças, a Prefeitura fez com que toda a população saísse ganhando. A cidade ficou melhor para todos. Ao mesmo tempo que promoveu esta verdadeira revolução na estrutura urbana de Criciúma, a Prefeitura também dotou a cidade de uma estrutura de prestação de serviços de boa qualidade, a qualidade que as crianças merecem. E não custa lembrar: todos sabem que não foi sempre assim. (Criciúma, 1993, p. 41)

Objetivamente, a cidade havia se transformado, as intervenções do Projeto Criciúma Criança, articulou à própria reordenação urbana em curso, redesenhou espaços, criou novos aparatos públicos, melhoraram parte da infraestrutura e alteraram a paisagem. Boa parte dessas mudanças foram impulsionadas, coordenadas e legitimadas pelas iniciativas do projeto, que atuou como criador e legitimador de uma série de ações.

Entretanto, podemos questionar em que medida essas ações produziram uma transformação estrutural. Embora o discurso oficial celebrasse uma “revolução” urbana que beneficiaria toda a população, a análise crítica sugere que grande parte das iniciativas não rompeu com os paradigmas que ainda hoje marcam a infância e a adolescência no Brasil: a desigualdade social e os processos de exclusão estruturais como raça, classe e gênero. Melhorias na malha viária, criação de praças, arborização e requalificação de áreas centrais impactaram positivamente determinados grupos e territórios, mas não necessariamente alcançaram, com a mesma intensidade, as populações que vivem às margens da cidade.

Assim, as obras, ainda que significativas, não enfrentaram as causas estruturais que produziam a exclusão social. Crianças e adolescentes das periferias,

principalmente das áreas mais afetadas pela mineração e também pela falta de acesso a serviços básicos, continuaram a enfrentar barreiras de acesso a direitos básicos, como saúde, educação, mobilidade e lazer. O projeto reconfigurou a face da cidade, em prol das relações desiguais que moldavam a vida dos sujeitos.

Um dos grandes desafios na análise do Projeto Criciúma Criança foi seu massivo investimento destinado a sua publicização. Já no início, o poder municipal preocupou-se com a forma que as iniciativas seriam divulgadas para a população. Para isso, engendrou um detalhado plano de comunicação que visava selecionar as narrativas a serem promovidas e quais narrativas seriam de certa forma caladas. Este planejamento envolveu não somente a produção de materiais impressos, como folhetos, cartilhas e relatórios, mas também a realização de eventos públicos, solenidades de inauguração e discursos oficiais proferidos pelo Prefeito.

E, principalmente, destacava-se a utilização de chamadas na televisão e na rádio locais, que funcionavam como instrumentos importantes na difusão da imagem do projeto. Conforme registrado:

[...] VTs serão mostrados os projetos já executados ou em execução, os trabalhos em desenvolvimento, incentivando a comunidade a participar, informando e fazendo o elo de ligação com os outros projetos do Criciúma Criança. [...] VTs: 1. Criciúma Criança (institucional); 2. Direito de Viver; 3. Direito ao Saneamento Básico; 4. Direito de Ir e Vir; 5. Direito à Educação; 6. Direito à Educação Ambiental; 7. Direito à Saúde; 8. Direito à Assistência Social. (Criciúma, 1991d, não paginado).

Essa movimentação ia muito além da mera divulgação de ações ou iniciativas. Ao se colocar nas mídias o projeto produzia uma narrativa oficial capaz de transmitir a positivação e a sua aceitação. Contudo, essa forte ênfase na publicização levanta questões acerca de uma narrativa oficial mais preocupada em consolidar a imagem da gestão do que do nas transformações e iniciativas voltadas à cidade e a infância.

Assim, o “Projeto Criciúma Criança” implementou mais do que obras, praças ou ruas: construiu-se a partir de uma metáfora. A criança, com seus direitos recém reconhecidos, foi erguida como símbolo de um futuro que se almejava promissor, puro e harmonioso. Essa imagem se ampliava para a própria cidade de Criciúma que assim como as crianças, também buscava crescer e desenvolver-se, moldada por um projeto forte e rígido, pensado para afastá-la do carvão.

Para a população, a ideia de “Cidade Criança” buscava evocar a inocência, a igualdade e a esperança, mas na prática as estruturas históricas que a influenciam

eram difíceis de serem rompidas. As praças arborizadas e as ruas pavimentadas eram vitrine para uma cidade antiga que desejava apresentar-se como nova. A infância, nessa narrativa, funcionava como lente para legitimar um projeto mais amplo de reconfiguração urbana e identitária que, ao tentar relegar o carvão ao passado, esquecia-se de que todo futuro se constrói sobre a memória e que apagar o passado não o transforma em ausência.

5. CONCLUSÃO

A presente dissertação buscou analisar as conexões entre os novos direitos constitucionais de 1988 e o Projeto Criciúma Criança, evidenciando seu papel fundamental no processo de construção de uma nova identidade urbana pautada na garantia dos direitos infantojuvenis. Ao longo do nosso estudo, foi possível compreender que a Constituição Cidadã e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) inauguraram um marco legal que ressignificou a infância e a adolescência no Brasil, deslocando-as da condição de objeto de caridade para a condição de sujeitos de direitos, conforme reafirmado pelos documentos do Projeto Criciúma Criança.

A análise dos documentos e das políticas públicas parte do Projeto demonstrou que a iniciativa visava materializar a incorporação desses direitos no cotidiano da cidade, mas também atuou como propulsor de transformações urbanas, sociais e simbólicas. O projeto promoveu a articulação entre setores públicos e privados, integrando saúde, educação, lazer e infraestrutura, visando superar a economia carbonífera e a elevada mortalidade infantil. Destaca-se, nesse sentido, que o Projeto Criciúma Criança foi a base na construção de uma nova narrativa sobre a cidade que passou da antiga “cidade do carvão” para a nova “cidade das etnias”. Assim, a mudança na narrativa histórica de Criciúma foi legitimada pelo projeto.

Compreendemos que as ações voltadas para a infraestrutura não apenas complementaram e legitimaram a nova narrativa urbana construída pelo Projeto, mas também concretizaram, os princípios dos novos marcos legais da época. Ao promover a requalificação de espaços públicos, a ampliação de equipamentos de lazer e cultura, bem como melhorias nas áreas de saúde e educação, tais ações contribuíram para “modernizar” Criciúma segundo a lógica democrática e participativa inaugurada pela Constituição de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

É necessário destacar que o projeto Criciúma Criança só se tornou possível em um momento de mudança na política nacional, em que os discursos sobre democracia e cidadania passaram a orientar novas formas de modificar o espaço urbano. A infância e a adolescência, nesse contexto, emergem como uma categoria portadora de legitimidade e de apelo social, capaz de obter apoios em torno de um projeto de reordenação urbana.

Esta dissertação visou contribuir para a história das políticas públicas em Criciúma ao revelar a centralidade dos direitos das crianças e adolescentes na construção da identidade urbana no período de redemocratização. Além disso, reforça a importância de abordagens históricas na análise das políticas públicas. Entretanto, devemos considerar como limitações o fato da pesquisa centrar-se principalmente em documentos oficiais e na imprensa local, o que de certa maneira pode restringir a compreensão das experiências cotidianas das famílias e crianças impactadas pelo projeto.

Recomendamos que as investigações futuras aprofundem a análise da participação efetiva dos próprios sujeitos na execução e avaliação das políticas municipais, reconhecendo-os como agentes ativos no processo de construção e transformação da cidade e do Projeto Criciúma Criança. Tal abordagem permitiria compreender de forma mais ampla como esses sujeitos influenciaram, ou não, na sua constituição.

Além disso, torna-se relevante investigar o impacto do Projeto Criciúma Criança sobre as desigualdades sociais e espaciais que persistem na cidade, analisando até que ponto as ações desenvolvidas contribuíram para reduzir ou perpetuar essas assimetrias. Por fim, sugerem-se estudos comparativos com outras cidades brasileiras que vivenciaram processos semelhantes de reestruturação urbana e de implementação de políticas voltadas à infância no contexto pós 1988.

Ao final desta pesquisa, reafirma-se a importância de compreender a infância como socialmente construída, profundamente atravessada pelas relações de poder, pelas disputas e contradições do projeto de sociedade que se busca consolidar. O projeto Criciúma Criança, insere-se justamente nesse campo de tensões e disputas, no qual as infâncias não apenas figuram como sujeitos de direitos, mas também como instrumentos de legitimação de projetos políticos, culturais e urbanos. Analisar suas dinâmicas levando em consideração seu momento histórico, o processo de redemocratização, a promulgação da Constituição de 1988 e a consolidação de novos marcos legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), permitiu desvelar camadas profundas de sua elaboração e efetivação.

O projeto não pode ser lido de forma deslocada das condições que o produziram. As transformações no espaço urbano, a decadência do setor carbonífero, as demandas por uma nova identidade urbana e os reflexos do processo de abertura

política encontram-se com a emergência de um plano que não só objetivava atender aos direitos das crianças e adolescentes, mas também reposicionar a identidade de Criciúma perante a uma nova ideia modernidade e de democracia.

REFERÊNCIAS

AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 1, n. 1, p. 79-90, 1999.

AFASC. Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma. Disponível em: <<https://www.afasc.com.br/>> Acesso em 29 set. 2024.

AGIER, Michel. **Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro**. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mana/a/wJfG33S5nmwwjb344NF3s8s/?format=pdf&lang=pt>> acesso 20 nov. 2024.

ALVES, Ismael Gonçalves. **(Re)construindo a maternidade**: as políticas públicas materno-infantis brasileiras e suas aplicações na região carbonífera catarinense (1920-1960). 2014. 294 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

A REDE escolar municipal. **Jornal Criciúma Criança: crescendo juntas**. Criciúma, agosto de 1990. Disponível no Acervo Municipal da cidade de Criciúma.

AREND, Silvia Maria Fávero. Convenção sobre os Direitos da Criança: em debate o labor infante-juvenil (1978-1989). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 7, n.14, p. 29-47. Jan/abril, 2015.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986. 279

ATENDIMENTO odontológico a milhares de crianças. **Jornal Tribuna Criciumense**. Criciúma, 01 de agosto de 1990. Disponível no Acervo Municipal da cidade de Criciúma.

BENETTI, Estela. **Quem é o catarinense que colocou a educação do Ceará no topo do Ideb**. Site NSC Total. 2024. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/estela-benetti/quem-e-o-catarinense-que-colocou-a-educacao-do-ceara-no-topo-do-ideb>> acesso em 10 nov. 2024.

BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa**. São Paulo: Todavia, 2023.

BLOCH, Marc. **“A história, os homens e o tempo”**. In: Apologia da História ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 51-68.

BRANDÃO, Lucas Coelho. **Os movimentos sociais e a Assembléia Nacional Constituinte de 1987-1988**: entre a política institucional e a participação popular. 2011. 92p. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BRASIL. [**Constituição (1988)**]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 out. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: promulgado em 13 de julho de 1990. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 1999. (Coleção Legislação Brasileira).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Indicadores e Dados Básicos. Indicadores de Mortalidade**: C.1 Taxa de mortalidade infantil. 2012. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2012/c01a.htm> Acesso em 27 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Mortalidade Infantil: Coeficiente de Mortalidade Infantil por Ano segundo Município Santa Catarina, 1989 a 1998**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/mortinf/municsc.htm> Acesso em 27 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Saúde na Escola (PSE)**. Gov.br, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pse/>. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Imunizações – 50 anos**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/cgpnir/pni>. Acesso em: 29 jul. 2025.

BUENO, Laura Machado de Mello. **Contribuição para o conhecimento sobre as favelas no Brasil**. In: SILVA, Jailson de Souza e. *et al.* O que é favela, afinal? Organizador: Jailson de Souza e Silva. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://www5.pucsp.br/ecopolitica/downloads/1_D_2009_O_que_favela_afinal.pdf acesso em 24 nov. 2024.

CARDOSO, Michele Gonçalves. **De volta para a casa**: a inserção dos retornados à cidade de Criciúma/SC (1995-2009). Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. Disponível em: <https://institutoressurgir.org/wp-content/uploads/2018/07/Racismo-Sexismo-e-Desigualdade-Sueli-Carneiro-1.pdf> acesso em 14 nov. 2024.

CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história : as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. 1997.

CARS vacina contra a meningite. **Jornal Tribuna Criciumense**. Criciúma, 23 de junho de 1990. Disponível no Acervo Municipal da cidade de Criciúma.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CER, um antro de marginais que apavora Vila Zuleima. **Jornal Tribuna Criciúmensis**. Criciúma, 22 de agosto de 1992. Disponível no Acervo Municipal da cidade de Criciúma.

COSTA, Caroline Rios. “CRIME: SER FILHO DE RESISTENTE”: a infância nos anos de chumbo da ditadura militar brasileira. **Revista Historiar**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p.77-95, jan. 2023. Bimestral.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2010.

CRIANÇA e adolescente: estatuto federal foi extraído do Projeto Criciúma Criança. **Jornal Tribuna Criciúmensis**. Criciúma, 01 de setembro de 1990. Disponível no Acervo Municipal da cidade de Criciúma.

CRIANÇA, Não é menor. **Jornal Criciúma Criança: crescendo juntas**. Criciúma, agosto de 1990. Disponível no Acervo Municipal da cidade de Criciúma.

CRICIÚMA. **Lei nº 911 de 31 de Julho de 1972**. Oficializa o Hino de Criciúma. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/c/criciuma/lei-ordinaria/1972/92/911/lei-ordinaria-n-911-1972-oficializa-hino-de-criciuma>> Acesso em 30 nov. 2024.

CRICIÚMA, Prefeitura Municipal. **Projeto Criciúma Criança: Documento Base**. Criciúma, Santa Catarina, 1990a.

CRICIÚMA, Prefeitura Municipal. **Em Criciúma, criança tem constituição de pessoa** [Cartilha Criciúma Criança]. Criciúma, Santa Catarina, 1990b.

CRICIÚMA, Prefeitura Municipal. **Criciúma Criança** [Casulo]. Criciúma, Santa Catarina, 1991a.

CRICIÚMA, Prefeitura Municipal. **Criciúma Criança: Breve relato de um encontro marcado 1989-1992** [Relatório Final]. Criciúma, Santa Catarina, 1993.

CRICIÚMA, Prefeitura Municipal. **Projeto Criciúma Criança: Plano de Comunicação**. Criciúma, Santa Catarina, 1991b.

CRICIÚMA, Prefeitura Municipal. **Criciúma: mais adulta e mais criança** [Objetivos e Investimentos]. Jornal Interno, Ano II, nº 2. Criciúma, Santa Catarina, Março, 1991c.

CRICIÚMA, Prefeitura Municipal. **Projeto Criciúma Criança** [Plano de Comunicação]. Criciúma, Santa Catarina, 1991d.

CRICIÚMA CRIANÇA: A principal meta de Altair Guidi. **Jornal Tribuna Criciumense**. Criciúma, 08 de setembro de 1990. Disponível no Acervo Municipal da cidade de Criciúma.

CRICIÚMA CRIANÇA será discutido nos bairros. **Jornal Tribuna Criciumense**. Criciúma, 06 de abril de 1991. Disponível no Acervo Municipal da cidade de Criciúma.

DAMINELLI, Camila Serafim. **Uma Fundação para o Brasil Jovem**: Funabem, Menoridade e Políticas Sociais para Infância e Juventude no Brasil (1964-1979). Tese (Doutorado). Curso do Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis: 2019.

DEFINIÇÃO do Projeto Criciúma Criança. **Jornal Tribuna Criciumense**. Criciúma, 09 de maio de 1990. Disponível no Acervo Municipal da cidade de Criciúma.

DE LUCA, T. R. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, C. B. (org.). Fontes Históricas. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.

EM CRICIÚMA, criança tem constituição de pessoa. **Jornal Criciúma Criança: crescendo juntas**. Criciúma, agosto de 1990. Disponível no Acervo Municipal da cidade de Criciúma.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais da legislação da assistência à infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011. Cap. 2. p. 34-97.

FAUSTO, Boris, **História do Brasil**, Editora USP, São Paulo, 1996.

FESTA para a criançada cricumense. **Jornal Tribuna Criciumense**. Criciúma, 06 de outubro de 1990. Disponível no Acervo Municipal da cidade de Criciúma.

FONTOURA, Bárbara Pamplona. **A aplicação da Doutrina da Proteção Integral da Criança e do Adolescente pelo Judiciário Brasileiro**. 2011. 62 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Uniceub, Brasília, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. 1988. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1226/foucault_historiadasesexualidade.pdf. Acesso em: 29 jul. 2025.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Out. 2002, n. 63, pp. 7-20.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FÜLLGRAF, Jodete Bayer Gomes. **A infância de papel e o papel da infância**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina,

Florianópolis, 2001.

GALVÃO, Priscila Kelida; SILVEIRA, Telma Aparecida Teles Martins; BARBOSA, Ivone Garcia. A conquista do direito das crianças à educação:: da proposição à materialização. **Rbpae**, [s. l], v. 36, n. 3, p. 990-1009, 10 out. 2020. Mensal.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de; CARVALHO, Levindo Diniz; SILVA, Isabel de Oliveira e. Movimentos sociais, participação infantil e direitos da criança no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, e237436, 2021.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

HEYWOOD, Colin. **A história da infância: de uma perspectiva global**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IANNI, Otávio. A questão social. **Revista USP**, (3), 145-154. 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i3p145-154>. Acesso em: 7 set. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento geral do Brasil 1940**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=765&view=detalhes>> Acesso em 13 fev. 2024.

LAREAU, Annette. **A desigualdade invisível: o papel da classe social na criação dos filhos em famílias negras e brancas**. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 46, p. 13-82, dez. 2007.

LBA volta com nova estrutura para atender crianças carentes. **Jornal Tribuna Criciúmens**. Criciúma, 05 de julho de 1992. Disponível no Acervo Municipal da cidade de Criciúma.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LOPES, Ana Christina Brito; BERCLAZ, Márcio Soares. A invisibilidade do Esporte e da Cultura como Direitos da Criança e do Adolescente. **Revista Direito e Práxis**, [S.L.], v. 10, n.2, p. 1430-1460, jun. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2019/40696>.

LUNA, Ana Claudia Vergamini. **Direitos sociais**: controle jurisdicional de políticas públicas, limites e possibilidades. 2012. 165 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direitos Humanos, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MACHIESKI, Elisangela da Silva. **Crianças e adolescentes nas páginas do jornal: uma infância perigosa ou uma infância em perigo?** (Criciúma, 1970–1990). 2013. Dissertação (Mestrado em História – Área: História do Tempo Presente) –

Universidade do Estado de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2013.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Sandra Guidi**. 2023. Disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1105-Sandra_Guidi>. Acesso em: 27 out. 2024.

MENINGITE está sendo combatida. **Jornal Tribuna Criciumentense**. Criciúma, 22 de agosto de 1990. Disponível no Acervo Municipal da cidade de Criciúma.

MOREIRA, Adriano et al. Crianças e adolescentes na constituinte: fragmentos de luz sobre os invisíveis. **Educ. Foco**, Juiz de Fora, v. 22, n. 3, p. 180-199, 02 ago. 2017. Anual.

NASCIMENTO, Dorval do. **Faces da urbe: processo identitário e transformações urbanas em Criciúma/SC (1945–1980)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

NEVES, Ozias Paese. A redemocratização investigada por meio de cartilhas do movimento Pró-participação Popular na Constituinte: educação política e cultura. **Revista Brasileira de Pesquisa Jurídica**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 97-117, 25 fev. 2020. Mensal.

OLIVEIRA, Fabiana de. **A criança e a infância nos documentos da ONU: a produção da criança como "portadora de direitos" e a infância como "capital humano do futuro"**. 2018. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Departamento de Metodologia de Ensino, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Carta de Ottawa. Ottawa: OMS, 1986.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 3 a 14 de junho de 1992. Disponível em: <https://www5.pucsp.br/ecopolitica/projetos_fluxos/doc_principais_ecopolitica/Declaracao_rio_1992.pdf> Acesso em 03 ago. 2025.

PAIM, Jairnilson Silva. **O que é o SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

PARABÉNS Criciúma Criança. **Jornal Tribuna Criciumentense**. Criciúma, 06 de janeiro de 1990. Disponível no Acervo Municipal da cidade de Criciúma.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. in: DEL PRIORE, Mary. (org.) **História das Crianças no Brasil**. 7ª ed. Editora Contexto, São Paulo: 2023.

PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1999.

PENNA, Nelba Azevedo. Urbanização, Cidade e Meio Ambiente. GEOUSP - **Espaço e Tempo**, São Paulo, N° 12, pp. 125 - 140, 2002. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/geousp/article/view/123776/119965>> acesso em 03 ago. 2025.

PINHEIRO, Ângela de Alencar. A criança e o adolescente, representações sociais e processo constituinte. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 3, p. 343-355, 25 ago. 2004. Mensal.

PREFEITURA mantém oficinas de arte com quase 800 alunos. **Jornal Tribuna Criciúmensense**. Criciúma, 22 de maio de 1992. Disponível no Acervo Municipal da cidade de Criciúma.

PREFEITURA distribui leite às crianças carentes. **Jornal Tribuna Criciúmensense**. Criciúma, 06 de julho de 1991. Disponível no Acervo Municipal da cidade de Criciúma.

PRIORE, M. D. (org.). **Histórias das Crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PROJETO, Criciúma Criança será lançado pela prefeitura dia 23. **Jornal Tribuna Criciúmensense**. Criciúma, 08 de agosto de 1990. Disponível no Acervo Municipal da cidade de Criciúma.

PROJETO Criciúma Criança elabora dois eventos para a criançada. **Jornal Tribuna Criciúmensense**. Criciúma, 03 de agosto de 1991. Disponível no Acervo Municipal da cidade de Criciúma.

PROJETO Criciúma Criança entrega novas praças. **Jornal Tribuna Criciúmensense**. Criciúma, 27 de junho de 1992. Disponível no Acervo Municipal da cidade de Criciúma.

PURICELLI, R. C. B. et al. **Controle de surto de meningite meningocócica por vacinação em Corupá**. Santa Catarina, Brasil, 2001. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2004.

RAGO, Luiza Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil, 1890-1930**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RIZZINI, Irene et al. **A efetivação de políticas públicas no Brasil: o caso das políticas para crianças e adolescentes em situação de rua**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; CIESPI, 2011a.

RIZZINI, Irene. A infância sem disfarces: uma leitura histórica. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais da legislação da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011b. Cap. 1. p. 15-33.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a**

infância no Brasil. 2 ed. rev. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

ROSA, Leticia Barros Palma da. Trabalho juvenil em redes de fast food: ideologia e exploração. **Temporalis**, Brasília, v. 14, n. 28, p. 173-192, 21 set. 2014.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política.** 32 ed. Editora Autores Associados. Campinas-SP: 1999. (Coleção Polêmicas do nosso tempo, v. 5)

SCARDUELLI, Grasielle de Costa. **A praça, paisagem urbana e seus processos de identidade: um estudo sobre a Praça Nereu Ramos- Criciúma/SC.**

Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Área de Concentração: Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento. Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2020.

SERVIÇO de odontologia chega às escolas. **Jornal Tribuna Criciumense.** Criciúma, 15 de setembro de 1990. Disponível no Acervo Municipal da cidade de Criciúma.

SILVA, José Gustavo Santos da; PEREIRA, Rafaela Brito; GUADAGNIN, Mário Ricardo. Segregação Espacial e Segregação Social: Um Breve Olhar Sobre a Cidade de Criciúma. **Revista Tecnologia e Ambiente**, v. 24, 2018, Criciúma, Santa Catarina/SC.

SITUAÇÃO do CER volta a ser analisado. **Jornal Tribuna Criciumense.** Criciúma, 04 de abril de 1992. Disponível no Acervo Municipal da cidade de Criciúma.

SOUZA JUNIOR, José Geraldo de; FONSECA, Livia Gimenes Dias. O Constitucionalismo achado na rua - uma proposta de decolonização do Direito. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 08, N.4, 2017.

TEIXEIRA, José Paulo. **Os donos da cidade:** poder e imaginário das elites em Criciúma. 1995. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

TORRES, Julio Cesar. Políticas sociais e condicionalidades: a questão educacional no Programa Bolsa Família. **Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia.** Volume 01 - Número 09. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. Medianeira: 2014.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Relatório Brasileiro de Pobreza na Infância e na Adolescência. Brasil: UNICEF, 2018.

VACINAÇÃO contra a poliomielite. **Jornal Tribuna Criciumense.** Criciúma, 06 de junho de 1990. Disponível no Acervo Municipal da cidade de Criciúma.

VIEIRA JÚNIOR, Ismael Lemes. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A SUA APLICABILIDADE: o que dizem as leis?. **Revista Humanidades e Inovação**, Tocantins, v. 56, n. 8, p. 83-92, 23 ago. 2021.

VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto- propostas e vicissitudes da política do atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais da legislação da assistência à infância no brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011. Cap. 5. p. 299-346.

ZANELATTO, João Henrique; CAMPOS, Krislaine da Cruz de. Comunismo e Anticomunismo no jornal Tribuna Criciumense– 1955-1965. **Diálogos**, v.22, n.2, (2018) 98-119. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/39739/pdf>> acesso em 14 nov. 2024.